



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL - PPGHIS

MARIANA ANTÃO DE CARVALHO ROSA

**CEMITÉRIO SÃO JOSÉ:  
HISTÓRIA, MEMÓRIA E SENSIBILIDADES TERESINENSES.**

São Luís - MA

2019

MARIANA ANTÃO DE CARVALHO ROSA

**CEMITÉRIO SÃO JOSÉ:  
HISTÓRIA, MEMÓRIA E SENSIBILIDADES TERESINENSES.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-  
Graduação em História Social-PPGHIs da  
Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

Área de concentração: Linguagens,  
Religiosidades e Culturas

Orientador: Prof. Dr. João Batista Bitencourt.

São Luís - MA

2019

MARIANA ANTÃO DE CARVALHO ROSA

**CEMITÉRIO SÃO JOSÉ:  
HISTÓRIA, MEMÓRIA E SENSIBILIDADES TERESINENSES.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social-PPGHIs da Universidade Federal do Maranhão-UFMA.  
Área de concentração: Linguagens, Religiosidades e Culturas.

Defesa em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. João Batista Bitencourt. (Orientador)  
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

---

Prof. Dr. Vitor Oliveira Pinto Coelho (Examinador interno)  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

---

Prof. Dr. Dimas, dos Reis Ribeiro (Examinador externo)  
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

São Luís - MA

2019

*À Anacleide Antão e Ideblando Rosa, meus amados pais, com imensurável gratidão!*

## RESUMO

O presente trabalho propõe investigar os comportamentos, significados sociais e sensibilidades com os mortos em Teresina, a partir da inauguração do Cemitério São José, em 1859. Compreende-se que a construção desse cemitério público, higienizado e, inicialmente, afastado do perímetro urbano da capital está relacionada à publicação de leis nos códigos de postura piauiense a partir de 1854. Estas visavam, dentre outras coisas, normatizar os espaços de sepultamento em toda a província, mudando assim, as práticas funerárias da população naquela época. Por outro lado, observando a forma como a sociedade cuida de seus mortos, materializados em túmulos, diz muito sobre aquela comunidade, sobre sua cultura e religiosidade, busca-se entender sobre de que forma, a análise do sistema de objetos que compõe o Cemitério São José ajuda a compreender o tratamento social com os mortos em Teresina no segundo quartel do século XIX e início do século XX. Por fim, a pesquisa se desenvolve na cidade de Teresina, mas também lança luz sobre as sensibilidades dos homens piauienses de forma geral. A exemplo disso, em um ou outro momento, a pesquisa se estende ao interior do Piauí, especificamente, às cidades de Barras e Monsenhor Gil.

Palavras-chave: Cemitério. Sensibilidades. Teresina. Piauí.

## AGRADECIMENTOS

O melhor no interior dos desafios é que eles proporcionam crescimento, nos tornam mais forte e, sobretudo, nos levam a conhecer pessoas que são um tipo de paraíso na Terra. Assim, ao fim dessa breve trajetória, que foi breve por ter sido doce, fica o prazeroso dever de registrar a minha imensa gratidão a todos que, com grandes esforços, ou pequenos (mas muito valiosos) auxílios contribuíram para que eu galgasse essa tão sonhada vitória.

Em primeiro lugar, agradeço a *Deus*, o Senhor dos exércitos, o único guia da minha existência, por ter plantado, em meu coração, o desejo de possuir a titulação de mestrado. Tenho ciência de que sem Ti, eu nada conseguiria fazer. Obrigada, Senhor, por manter acesa a chama da fé, foi ela (a Fé) que jamais permitiu que eu pensasse e desistir. Peço que permaneça ao meu lado em qualquer batalha que esteja por vir e que os meus planos sejam também os Teus, se não o forem, que os Teus planos prevaleçam sobre os meus.

Registro aqui imensurável gratidão aos meus pais, *Anacleide Antão de Carvalho* e *Ideblando Pereira Rosa*, a eles dedico todas essas laudas escritas durante horas com muito esforço e, principalmente, amor. Reconheço que ainda é muito pouco diante de todo sacrifício, empenho e sofrido investimento destinado à minha educação. Aqui vale ressaltar a enorme força de minha mãe ao me levar, ainda muito cedo, para a escola em que trabalhava pelo fato de não haver ninguém com que eu pudesse ficar. Sou grata pela sua paciência ao me ensinar as tarefas diárias e impor regras na hora dos estudos. Grata por ter me ouvido em todas as angústias, pelas orações, por ser minha maior torcedora e entusiasta, por ter acreditado em mim mais que eu mesmo. Mais grata ainda pela sua total abdicação e completa dedicação ao papel de mãe. Tu és a melhor mãe do mundo.

Ao meu pai, pelos conselhos, preocupação, proteção, carinho e amor. A tua felicidade ao ver meu desenvolvimento, foi e sempre será um importante combustível para a minha caminhada. Em teu jeito atrapalhado e boêmio, tu és para mim o melhor pai que eu poderia ter. Enfim, aos dois, obrigada por me fornecerem todos os ensinamentos cívicos e valores de que necessitei para ser uma cidadã, antes disso uma pessoa feliz.

Essa felicidade se completa pela existência de minha amada irmã *Vitória Antão de Carvalho Rosa*. Obrigada por toda sua torcida em prol do fim dessa jornada, obrigada pelos conselhos e por me atualizar quanto ao mundo juvenil, você sempre fornece pincelada de vigor a minha vida. Destaco aqui também a minha tia *Ana Amélia Antão* por sempre ter acompanhado de perto todos os meus passos até aqui. Obrigada pela compreensão quanto a minha ausência, por todas as orações, incentivo e torcida sincera em prol desta e de tantas

outras vitórias. As suas velinhas acesas para o meu anjo da guarda são de importância imensurável para mim. Muito grata.

Jamais posso esquecer o enorme acolhimento da *Família Mendes Rosa Carreiro* comigo em São Luís. *Manoel de Jesus Rosa Carreiro, Maria Antônia Mendes Carreiro, Lorena Mendes Carreiro Fernandes, Anderson Sousa Fernandes, Maria Dolores Machado Mendes, Louise Machado Mendes, Fernanda Machado Mendes Dutra* e a pequena *Letícia Mendes Dutra*, meu muito Obrigada, pois vocês poderiam apenas me dar abrigo, ou nem isso, no entanto, fizeram além do que foi solicitado, vocês me presentearam com um segundo lar e uma segunda família. Foram o paraíso na Terra que o desafio do mestrado me levou a conhecer.

Agradeço especialmente a *Dona Antônia Mendes Carreiro* pelo acolhimento como filha, pelas deliciosas refeições, por todo amor e dedicação e a meu tio *Manoel de Jesus Rosa Carreiro* por toda proteção, aconselhamento e espiritualidade. Sou imensamente grata por ter conhecido vocês. A família Mendes Rosa Carreiro, tornou, sem dúvida alguma, a incrível jornada rumo à conclusão do mestrado bem mais doce.

Falando em jornada, agradeço a equipe do *Senhor Elias* que me transportava, toda semana, de Santa Inês para São Luís. A amizade construída tornou as viagens pela madrugada bem mais prazerosas. Grata também ao *Senhor Carlos*, que de forma muito atenciosa e protetora me transportava da rodoviária para casa e se tornou um amigo confiável.

Registro meu agradecimento a *Adalberto Paulo de Castro Júnior* pelas vezes que me disse “Cuida” nos momentos em que a distração se abatia sobre mim. Obrigada pela compreensão da ausência e, principalmente, por se dispor a me acompanhar, de muito bom grado e com grande entusiasmo, em minha última visita ao Cemitério São José. Esse dia rendeu fotos belíssimas que muito contribuíram para a elaboração do presente trabalho. Obrigada também por me fazer esquecer, durante os momentos em que estávamos juntos, a seara acadêmica. Esse deslocamento ajuda, e muito, para a construção do labor dissertativo.

Ao *Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA)* agradeço imensamente pela oportunidade, boa estrutura e profissionais competentes e solícitos. De forma especial, registro a minha gratidão a meu orientador *Prof. Dr. João Batista Bitencourt* pelas intervenções de precisão cirúrgica e grande objetividade. Muito grata pela atenção, dedicação, conselhos e pela leveza com que conduziu a orientação. Muitíssimo grata pelo seu saber.

Não poderia deixar de agradecer a *todos os Professores do PPGHIS-UFMA* por demonstrarem a paixão pela docência e pesquisa. O amor dos senhores e senhoras é o que nos

faz prosseguir. Obrigada a todos os servidores dessa instituição (UFMA) que é extremamente importante para a construção de uma sociedade mais politizada, justa e, portanto, melhor.

A todos os integrantes do *Centro de Ensino Neusa de Carvalho Bastos*, meu muito obrigada pela compreensão e torcida sincera. Agradeço a direção da escola, ressaltando, sobretudo, o nome da diretora *Maria Valderice Ferreira Cabral* que jamais impôs obstáculo algum para que eu conseguisse concluir o mestrado. Ao contrário disso, ajudou na difícil tarefa de conciliação do estudo ao trabalho. Obrigada por sempre perguntar “como vai o mestrado?” e, por, tão cedo, já me incentivar na busca pelos demais degraus acadêmicos. A senhora é uma pessoa sem descrição.

Obrigada a todos os professores da escola, especialmente a minha tão amada amiga e mãe em Santa Inês *Gardenilda Resplandes da Silva Lopes*, a te peço desculpas pela ausência e agradeço a disposição em sempre me ouvir. À *Ilma Marques da Silva Sousa, Celine de Jesus Lima Gama e Thiciane Maria Freitas Brito* pelas alegrias, experiências compartilhadas, cuidado e atenção. Agradeço aos meus amigos professores *Antônio Dias de Oliveira Junior, Paulo Roberto Rêgo da Silva, Marcelo Oliveira Souza* e o nobre piauiense *Francisco Adriano Saraiva dos Reis* que tanto me ouviu falar sobre as minhas aperreadas projeções de futuro. Obrigada pela imensa compreensão, solidariedade, companheirismo e torcida dos senhores.

Aos meus alunos agradeço também, pois é a existência deles que faz com que nós, professores, busquemos o aperfeiçoamento acadêmico. As aulas e projetos empolgantes alegram meu dia e fornecem vigor para prosseguir, além disso, reavivam a certeza da importância do estudo como pilar para a modificação positiva do cotidiano social.

É necessário agradecer também a todos os professores que tive em minha vida escolar desde as séries menores até o último ano do ensino médio. Muito do que sei e muito dos valores que construí, aprendi com eles. De modo especial agradeço ao Professor *Camilo Filho* que há muito tempo não vejo, mas que ainda permeia minha memória com suas aulas empolgantes e o professor *Sebastião Martins*. Ambos me mostraram o vigor da disciplina história.

Aos *quatorzes mestrados da turma 2017 PPGHIS da UFMA* o meu “muito obrigada” por terem compartilhado esse sonho, além disso, por terem apresentado com tanta disposição os “seus mundos” a mim. Agradeço a vocês pelas calorosas, mas amigáveis discursões que tanto contribuíram para minha formação. Aos que chegaram até mim com uma ou outra informação para ajudar no desenvolvimento do meu tema, o meu “muito obrigada” pelas suas contribuições. Dentre tão bons amigos gostaria de destacar aqui o meigo e

prestativo *Alexandro Almeida Lima Araújo*, a piauiense arretada *Ana Priscila de Sousa Sá*, o politizado *Jefferson Maciel Lira*, a extremamente responsável *Mayjara Rêgo Costa Garcia Oliveira*, a quem eu sempre mandava mensagem preocupada com o fim do prazo para a defesa, o divertido *Pablo Gatt Albuquerque de Oliveira*, a serena *Karen Cristina Costa da Conceição* e a pesquisadora e mãe *Pryscylla Cordeiro Rodrigues Santirocchi*.

Jamais poderia deixar de registrar aqui a minha gratidão a enorme contribuição de meu amigo *Ferdinand Almeida de Moura Filho* desde o início da seleção para o mestrado. Obrigada pelos debates, ensinamentos e torcida sincera. Para além disso, obrigada por me tornar, por meio de seu exemplo, uma pessoa mais prestativa e disposta a ajudar os outros.

Fora do mundo acadêmico, agradeço a minha amiga *Ianny Miranda Bomfim Lima* pela compreensão da minha ausência e incentivo nos momentos iniciais dessa trajetória. À *Dayane Nayra de Sousa Frota*, sou imensamente grata pela torcida sincera, paciência em me ouvir e compreensão quanto ao meu barulho pela madrugada tentando estudar. Suas sátiras da vida em Santa Inês tornaram e ainda tornam tudo mais leve. A querida *Duana Revena dos Santos Vieira* agradeço o exemplo de determinação, alegria, desprendimento e inventividade. Jamais poderia deixar de agradecer também a *Honorina da Silva Lima*, essa amiga, conselheira e uma espécie de cuidadora que a jornada por Santa Inês me deu de presente, obrigada pelos almoços no domingo quando eu só pensava em terminar algum artigo ou capítulo e não tinha paciência alguma para preparar comida.

Desde a graduação, meus amigos pela fé conhecidos como “*Garotos Simpáticos*” também contribuem para a minha jornada acadêmica, pois, quando temos com quem compartilhar as nossas conquistas elas se tornam muito mais triunfais. A tia *Carine Leal Silva* e ao tio *Marcos Antônio Silva Sousa*, grata pelo exemplo de espiritualidade, fé e família. A *Layza Valléria Pinheiro Mourão* pela correção atenta e minuciosa do presente trabalho.

A lista de agradecimentos é demasiadamente extensa, pois muitas pessoas estão por trás de qualquer jornada, seja ela qual for. No mundo da escrita é impossível seguir sozinho. Nesse sentido, agradeço a todos os pesquisadores que dedicaram seu tempo ao estudo da morte, do morrer, das mentalidades e da arte cemiterial. De modo especial, cito aqui *Dimas dos Reis Ribeiro*, sempre muito prestativo e atento em solucionar meus questionamentos e *Maria Elizia Borges*. Seus trabalhos contribuiriam grandemente para a construção da minha pesquisa.

Agradeço também aos trabalhadores do Cemitério São José por toda disponibilidade em me ajudar a percorrer os apertados caminhos daquele recinto. Seus conhecimentos de campo me ajudaram a construir o que sei.

Por fim, agradeço a sociedade teresinense dos séculos passados, em especial, àqueles que inumaram seus “entes queridos” no Cemitério São José. Ao darem seus testemunhos de amor e saudades que, muitas vezes, se expressaram em forma de monumentos, ornamentos, esculturas, lápidas, artes e granito vocês possibilitaram que eu conhecesse algumas “migalhas” da “história viva”.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**  
**(TABELAS, IMAGENS E FOTOS)**

Tabela 1: Comparação dos valores dos enterramentos no cemitério de Teresina nos anos de 1855 e de 1873.....	91
Tabela 2: Data do sepultamento e localização das sepulturas no interior da Igreja Menino Deus.....	101
Tabela 3- Pessoas inumadas nas catacumbas de alvenaria nos muros do cemitério São José, destacando data de nascimento, falecimento e local da sepultura.....	156
Imagem 1: Localização de Oeiras no mapa do Piauí. Fonte. OEIRAS. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédialivre.....	41
Imagem 2: Localização de Teresina no mapa do Piauí. Fonte: TERESINA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre.....	46
Imagem 3: Miniatura do plano original de Teresina. Fonte: Fundação Monsenhor Chaves, 1987.....	52
Imagem 4 - Recorte da notícia de falecimento e detalhe da imagem que a precede. Fonte: MACHADO, José Amaro. O Piauhy, Teresina, 23 mar. 1872. ano V, n. 211, p.3-4 .....	107
Imagem 5 - Vista aérea do cemitério São José. Fonte: Google Maps.....	117
Imagem 6 -vista aérea do Cemitério São José, destaque para o sítio original e sua ampliação em 1862.Fonte: Google maps. Edição de imagem: Emanuel de Almeida Muniz.....	119

Foto 1- Monumento erigido sob a sepultura de Jacob Manuel D'Almendra. 1859. Fonte: Acervo Mariana Antão, 2014.....	21
Foto 2- Igreja Matriz de nossa Senhora do Amparo. Teresina. Fonte: Acervo Mariana Antão, 2018.....	60
Foto 3- Foto 3: Imagem de Nossa Senhora do Amparo, interior da igreja Matriz de nossa Senhora do Amparo. Teresina. Fonte: Acervo Mariana Antão, 2018.....	61
Foto 4 - Paróquia de Menino Deus, 2014, Município de Monsenhor Gil. Acervo: Mariana Antão.....	99
Foto 5: Sepulturas debaixo dos bancos da Igreja. 2014. Igreja de Menino Deus no Município de Monsenhor Gil. Acervo: Mariana Antão.....	99
Foto 6 - Sepultura de Monsenhor Raymundo Gil d Silva e Brito. 1919. Igreja de Menino Deus no Município de Monsenhor Gil. Acervo: Mariana Antão.....	100
Foto 7- Sepultura sacra do primeiro arcebispo de Teresina Dom Severino Vieira de Melo. 1995. Catedral Nossa Senhora das Dores. Fonte: Acervo Mariana Antão, 2014.....	104
Foto 8 - Paisagem do cemitério São José a partir de sua entrada principal.....	120
Foto 9 - Entrada da Capela. Cemitério São José, 2015, Teresina.....	121
Foto 10 - Lateral da Capela. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	121
Foto 11 - Jazigo de grande porte da família Costa Araújo e Sousa Martins. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	122
Foto 12 - Jazigo-capela de Horácio Narciso Couto. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	123
Foto 13 - Jazigo-capela da família Costa Teixeira e Fernando Marques. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	124

Foto 14 - Sepultura de Jacob Manoel D'Almendra e detalhe da escultura que orna essa mesma sepultura. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	125
Foto 15 - Sepultura de Jacob Manoel D'Almendra e Antônio de Sampaio Almendra e detalhe da lápide desta mesma sepultura . Cemitério São José, 2019, Teresina.....	127
Foto 16 - Sepultura de Jacob Almendra de Souza Gayoso. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	128
Foto 17 - Sepultura de Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes e detalhe da escultura sobre sua sepultura. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	129
Foto 18 - Sepultura de Lina Josephina. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	130
Foto 19 - Sepultura de Dr. João Henrique de Souza Gayoso e Almendra. Cemitério São José, 2015, Teresina.....	132
Foto 20 - Sepultura de Amélia Pereira Mendes da Silva (1898) e Zezé Mendes de Melo (1924). Cemitério São José, 2015, Teresina. Acervo: Mariana Antão. Nome do(s) sepultados: Amélia Pereira Mendes da Silva (1898) e Zezé Mendes de Melo (1924).....	133
Foto 21- Sepultura de Antônio Gonçalves Pedreira Portelada. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	134
Foto 22 - Sepultura de Antônio Coelho Furtado De Albuquerque Cavalcante e José Furtado Beleza. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	135
Foto 23 - Sepultura de Emília Francisca Nogueira. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	137
Foto 24 - Sepultura de Dr. Antônio Furtado. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	138
Foto 25 - Sepultura de Francisco Alves de Paiva. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	139
Foto 26-Pranteadora em alto relevo. Sepultura de Raimundo Gomes de Sousa (1897), Rosa Lia de Sousa (1860-1903) e Raimunda de Sousa Castelo Branco (1886-1923). Cemitério São José, 2019, Teresina.....	140
Foto 27 - Sepultura de Joaquim Berillo Gonçalves Pereira e Justina Brígida da Silva Pereira. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	142

Foto 28 - Sepultura de D Antônia Joaquina de Lobão Portellada. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	143
Foto 29 - Sepultura Fausto Luiz Fernandes da Silva, Zelinda Rosa de Carvalho E Silva, Zulmira Rosa da Silva. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	144
Foto 30 - Sepultura de Constantino Luiz da Silva Moura. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	145
Foto 31 - Catacumba de alvenaria no muro norte. Cemitério São José, 2015, Teresina.....	148
Foto 32 - Muro norte do cemitério São José durante a obra que visava conter seu desmoronamento. Cemitério São José, 2012, Teresina.....	149
Foto 33 - Espaço interno de uma das catacumbas de alvenaria localizada no Muro norte do cemitério São José. Cemitério São José, 2012, Teresina.....	149
Foto 34 - Espaço interno de uma das catacumbas de alvenaria localizada no muro norte do cemitério São José, com destaque para os restos de caixão e dois crânios humanos. Cemitério São José, 2012, Teresina.....	150
Foto 35 - Catacumba de alvenaria do Comendador Francisco da Cunha Castelo Branco e de seus netos no muro norte Cemitério São José. Cemitério São José, 2015, Teresina.....	150
Foto 36 - Catacumba de alvenaria que pertence à família Jayme de Sousa Martins localizada no muro norte Cemitério São José. Cemitério São José, 2015, Teresina.....	151
Foto 37 - Catacumba de alvenaria que pertence à família Moura Falcão localizada no muro norte Cemitério São José. Cemitério São José, 2015, Teresina.....	152
Foto 38 - Catacumba de alvenaria em que foram inumados os restos mortais do coronel Firmino Alves dos Santos. Cemitério São José, 2015, Teresina.....	153
Foto 39 - Catacumba de alvenaria em que foram inumados os restos mortais de Thomaz D'Aquino Ozório localizada no muro sul do Cemitério São José. Cemitério São José, 2015, Teresina.....	154
Foto 40 - Catacumba de alvenaria que pertenceu a Família Martins Santos e Sousa Martins localizada no antigo muro sul do Cemitério São José Cemitério São José, 2015, Teresina...	155

Foto 41- Catacumba de alvenaria que pertenceu a Família Martins Santos e Sousa Martins. Detalhe. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	155
Foto 42: Sepultura de criança sem epígrafe e detalhe da escultura sobre a sepultura. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	160
Foto 43 - Anjo negro sobre a sepultura de Edson Thomas Tajra. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	161
Foto 44 - Anjo da saudade sobre a sepultura de José Massoud Sady. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	162
Foto 45 - Anjo da saudade depositando coroa de flores sobre o crucifixo. Sepultura das Mariettas. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	162
Foto 46- Criança representando a saudades em posição jacente com a cabeça apoiada em um vaso. Sepultura do inocente José. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	163
Foto 47 - Anjo orante na sepultura do inocente José Genuíno D´Oliveira. Cemitério São José, 2019, Teresina.....	163

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. DA FORMAÇÃO DO PIAUÍ À CONSTRUÇÃO DE TERESINA: UM BREVE PASSEIO PELA CIDADE DOS VIVOS.....	35
1.1 A Construção de Teresina: Uma invenção de Saraiva.....	35
1.2 Os primeiros anos da Nova capital.....	46
1.3 “Obra pública de máxima urgência”: a construção do Cemitério de Teresina.....	65
2. “NÃO SE PODE MAIS ENTERRAR NAS IGREJAS”: ORDENAMENTO FUNERÁRIO NA LEGISLAÇÃO PIAUIENSE NO SÉCULO XIX.....	71
2.1 “Enterros só em cemitérios”: o papel das posturas municipais no ordenamento do espaço urbano em Teresina e Piauí .....	71
2.2 Regulamentando o cemitério de Teresina: medicalização e sanitarismo no espaço dos mortos .....	79
2.3 O caso da Igreja Matriz de Barras: José Carvalho de Almeida.....	94
2.4 O caso da Igreja Menino Deus: sepultamentos em sagrado na cidade de Monsenhor Gil.....	98
2.5 O caso da igreja de Nossa Senhora das Dores: Dom Severino Vieira de Melo.....	103
3. DA MORTE À CONSTRUÇÃO DE UM ABRIGO ETERNO: SENSIBILIDADES NOS ANÚNCIOS DE FALECIMENTO E ARTE FUNERÁRIA EM TERESINA.....	105
3.1 “A mão pesada da morte acaba de arrebatara mais uma vida preciosa”: sensibilidades nos anúncios de falecimento no jornal O Piauí entre 1869 e	105

1873.	
3.2 O silêncio dos túmulos é encharcado de lágrimas e saudades: arte funerária no cemitério São José .....	106 111
3.3 Cemitério São José: um breve passeio pela cidade dos mortos.....	117
3.3.1 Jazigo-capela.....	122
3.3.2 Túmulo de porte médio.....	125
3.3.3 Túmulo simples.....	137
3.3.4 Catacumbas de alvenaria .....	146
3.3.5 Sepultura de anjinhos .....	158
CONCLUSÃO.....	164
REFERÊNCIAS .....	167
ANEXOS.....	171

## INTRODUÇÃO

O triste e parco inverno teresinense já se despedira há algum tempo. Por aquela época, a temperatura não chegava a ser insuportavelmente desagradável como nos últimos meses do ano. Os ventos não estavam intensos e secos como costuma acontecer em junho e julho, talvez por isso, não havia nenhuma pipa colorindo o céu azul, rabiscado aqui e ali com raras nuvens. Ao contrário, eles sopravam suavemente de leste a oeste para então balançar as lerdas águas do Parnaíba. Pareciam saber o que se passava.

Naquele fim de tarde, dia 24 de agosto do ano de 1859, Teresina seguia triste em cortejo fúnebre. O destino deste era os limites norte da nova capital. A missão, prestar as últimas homenagens ao ilustre português Jacob Manoel D' Almendra, comendador da ordem de Cristo e comandante superior da Guarda Nacional do município de Campo Maior. Nascido em maio de 1796, na província de Traz os Montes, reino de Portugal, completaria 64 anos se não tivesse a vida ceifada naquele triste agosto de 1859.

Jacob Manoel D' Almendra chegou ao Brasil em 1804, quando ainda era um menino contando apenas 8 anos de idade. Em 1820, tendo abandonado a infância e necessitando assumir os compromissos da mocidade, casou-se com D. Lina Clara de Castelo Branco, que foi sua companheira durante 39 anos e com quem teve 5 filhos.

Quando Jacob faleceu, os seus pais, o senhor Manoel Caetano de Carvalho e D. Maria José D'Almendra já haviam deixado esta vida, obedecendo a ordem natural das coisas. Assim, o cortejo que aconteceu naquela triste tarde, provavelmente, foi presidido pela viúva e seus cinco filhos, agora órfãos de pai.

Todos despediram-se do nobre português depositando seu corpo sem vida próximo à capela do Cemitério São José, este fora inaugurado no mesmo ano em que Jacob faleceu, em 1859, tendo sido construído como um lugar relativamente higienizado e juridicamente legal para a inumação de corpos.

Por essa data, a primeira necrópole pública de Teresina possuía poucos habitantes, Jacob provavelmente foi um de seus primeiros “moradores”. O novo cemitério, naquela época, era bastante distante dos limites urbanos da igualmente nova capital do Piauí pois, a Teresina de Saraiva, que havia sido inaugurada em 1852, ainda era uma cidade no início de sua formação.

Assim, durante o intervalo de sete anos que separam o começo da construção de Teresina e a inauguração de sua primeira necrópole, os corpos dos teresinenses eram inumados em espaços não institucionalizados, mas estabelecidos pelo costume da época.

Sobre isso, Miridan Brito Knox <sup>1</sup> afirma que houve 1.013 sepultamentos na igreja Nossa Senhora do Amparo da Villa do Poti entre os anos de 1831 e 1859. Segundo a historiadora:

Envoltos em ‘panos brancos, panos pretos ou encarnados’, foram feitos ‘das portas travessas para baixo’ na igreja de Nossa Senhora do Amparo da Villa do Poty. Ali estão sepultados recém-nascidos, crianças, jovens, mulheres que morreram ao dar à luz, homens abastados e um ancião de 100 anos, fossem eles pardos, brancos, livres ou escravos. São 1013 sepultamentos entre 1831 e 1859.<sup>2</sup>

Assim, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo da Vila do Poti, erigida no lugarejo que antecedeu a construção de Teresina, se estabeleceu como um lugar não institucionalizado para a inumação dos corpos no período anterior a 1859.

Além dessa pequena igreja, o local que era conhecido, antigamente, como “Morro da Jurubeba”<sup>3</sup> também foi apontado como um sítio primitivo onde eram realizados os sepultamentos dos corpos em Teresina.<sup>4</sup> Sobre isso, Iracilde Maria de Moura Fé Lima afirma que o cemitério primitivo do Alto da Jurubeba só foi desativado em 1891,<sup>5</sup> quando o Brasil escreve sua primeira Constituição Republicana que prescrevia, entre outras coisas, que os sepultamentos dos mortos passariam da jurisdição da Igreja para o Estado e, portanto, deixariam de acontecer nos espaços das igrejas para serem realizado apenas nos cemitérios públicos.

Cada vez mais a prática de inumação em solo sagrado, ou seja, nas igrejas, bem como em lugares não institucionalizados era considerada insalubre e retrógrada. No início do século XIX, os poderes legislativos de diversas cidades brasileiras criaram leis para proibir esse costume secular ao tempo em que ordenavam a construção dos cemitérios públicos. Aos poucos, ensejava-se a transformação dos costumes funerários, crenças e religiosidade da população.

---

<sup>1</sup> KNOX, Miridan Brito. *Viver nos trópicos: aspectos da mortalidade na província do Piauí*. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 1990, Curitiba, 23 jul.1990, p. 2.

<sup>2</sup> KNOX, 1990, p. 2.

<sup>3</sup> Genu Moraes menciona durante a entrevista concedida ao documentário “Cidade Descarnada: Memória e resistência dos antigos moradores do centro de Teresina”, que geograficamente o “Alto da Jurubeba” era a região em que foi construída a Igreja de São Benedito. O local hoje corresponde ao início da Avenida Frei Serafim, que homenageia o pároco responsável pela construção daquela igreja, inaugurada em 1886. Enfim, segundo essas informações todo o sítio em volta da igreja de São Benedito, onde foi construída a praça da Liberdade já funcionou, no passado, como uma necrópole não institucionalizada. Ali repousavam os corpos dos teresinenses até pelo menos o ano de 1859.

<sup>4</sup> LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. *Teresina: urbanização e meio ambiente*. In: *ScientiaetSpes*. Teresina, v. 1, n. 2, 2002, p. 181- 206. P. 6 Disponível em: <[https://iracildefelima.webnode.com/\\_files/200000039-1cc061dad6/Revista%20ICF.pdf](https://iracildefelima.webnode.com/_files/200000039-1cc061dad6/Revista%20ICF.pdf)>

<sup>5</sup> LIMA, 2002, p. 6

A própria construção do Cemitério São José, como veremos adiante, foi resultado da aplicação das leis implantadas nos Códigos de Posturas Piauienses a partir de 1854<sup>6</sup>. Tais leis proibiam a realização de sepultamentos nas igrejas, seus arrabaldes e em quaisquer outros lugares não institucionalizados.

No mesmo sentido, as resoluções determinavam a construção de cemitérios fora do perímetro urbano das vilas, cidades e povoações no Piauí. Em suma, o Cemitério São José foi concebido como um lugar higienizado para a inumação dos corpos sem vida. Além disso, seria também, um espaço de piedade, celebração, recolhimento e cuidado com os mortos.

Aqui chamamos atenção do leitor para o fato de que Jacob Manuel D'Almendra, personagem apresentado no início desta narrativa, faleceu em 1859, ou seja, em meio à transição dos espaços de enterramento em Teresina. Isso explica o fato de termos escolhido o ilustre comendador para nos ajudar a tecer os fios e rastros dessa história. Lembramos aqui que o ano de seu falecimento, marcou o fim dos enterramentos em lugares não institucionalizados e o início de uma nova prática funerária que consistia na inumação dos corpos apenas em cemitérios públicos, institucionalizados, higienizados e afastados o máximo possível do perímetro urbano. Assim era inaugurada uma separação clara entre os espaços que deviam ser ocupados pelos vivos e os espaços reservados para os mortos em Teresina.

Dessa forma, destacamos o fato de que pertence ao comendador a mais antiga sepultura que pudemos encontrar em Teresina. Nem na igreja de Nossa Senhora do Amparo da Vila do Poti, hoje Poti Velho,<sup>7</sup> e nem no local que atualmente corresponde ao antigo Morro da Jurubeba, espaços apontados como destinados a realização de inumações antes de 1859, foi possível encontrar indícios visíveis de sepultamento. Nenhuma lápide, cruz ou escritura foi encontrada nesses lugares. Certamente os vestígios de enterramento foram apagados pelo tempo ou nem ao menos foram produzidos, possivelmente, devido à falta de recursos da sociedade naquele período.

Ao contrário disso, ainda hoje, ano de 2019, ao passear pelo Cemitério São José é possível identificar facilmente a sepultura do Comendador Jacob Manuel D'Almendra. Esta resiste relativamente intacta há mais de dois séculos de existência, e é um testemunho da posição social que ocupava e chama a atenção por ser uma das mais belas obras de arte expostas nesse grande museu a céu aberto. Abaixo, a foto do monumento erigido sob a cova de Jacob Manuel D'Almendra.

---

<sup>6</sup> PIAUÍ. Título VI. Proíbe o enterro de cadáveres no interior das igrejas. Código das leis piauienses de 1854. Teresina, 1854.

<sup>7</sup> Algumas décadas após a construção de Teresina, a Vila Nova do Poti ficou conhecida como Poti Velho.

Foto 1: Monumento erigido sob a sepultura de Jacob Manuel D'Almendra



Fonte: Acervo Mariana Antão, 2014.

Este monumento, provavelmente, foi encomendado pela família de Jacob algum tempo depois de seu falecimento. Seria, talvez, uma forma de testemunhar a dor da perda e o tamanho afeto construído em vida.<sup>8</sup>

Na lápide, posta à frente da escultura, mandaram registrar uma breve narrativa sobre a vida e morte do comendador. Tal texto nos possibilitou conhecer um pouco sobre esse homem que viveu no Piauí no século XIX. Na lousa, Jacob Manoel D'Almendra é descrito como um “Cristão fiel, bom filho, esposo amante, pai extremo, ótimo amigo e cidadão prestimoso”.

Além disso, como demonstração de fé na ressurreição cristã, seus familiares mandaram gravar o seguinte epitáfio: “Sua alma dotada de tão nobres virtudes descanse na paz do senhor”. Logo abaixo está registrado em latim da seguinte forma: “Requiem ternam dona ei. Domine. Et lua perpetua luciati ei. Requiescat in pace.” Em português a frase teria o seguinte significado: “Senhor, conceda-lhe o eterno descanso. Que a luz perpetua brilhe sobre ele e que descanse em paz”

Em resumo, a história do falecimento de Jacob, que aqui teve seus espaços em branco preenchidos pela imaginação histórica, nos leva a refletir sobre os impactos sociais

---

<sup>8</sup> A leitura artística deste túmulo está no terceiro capítulo do presente trabalho quando realizamos um inventário tipológico analisando os túmulos mais antigos que resistem no interior do cemitério São José

produzidos pela inauguração do Cemitério São José. Lembramos que este era um cemitério público, institucionalizado, afastado do perímetro urbano e devidamente higienizado. Diante disso, questionamo-nos se a inauguração dessa necrópole teria contribuído para uma mudança de atitudes e significados elaborados pelos homens teresinenses frente à finitude?

Nesse sentido, o presente trabalho propõe, como seu objetivo norteador, investigar os comportamentos, significados sociais e sensibilidades para com os mortos, em Teresina a partir da inauguração do Cemitério São José, em 1859. Partimos da observação de que o cemitério é, antes de tudo, um espaço social de memória. Nele são depositados corpos que representaram todo um valor simbólico para a sociedade a qual pertenceram.

Não apenas corpos, a sociedade deposita nos cemitérios a saudades e a esperança do suposto reencontro futuro. Talvez por isso, é um lugar que também pode aguçar o faro do historiador, pois possibilita o encontro com as sociedades passadas, com as suas formas de ver o mundo, com a sua cultura e sua memória. Neste trabalho, o Cemitério São José, primeiro cemitério público de Teresina, é entendido como um lugar de memória e saudades que, no limite, possibilita estabelecer certa aproximação para com a sociedade teresinense da segunda metade do século XIX até os dias que correm e, principalmente, com suas formas de relacionamento com a morte e os mortos.

É importante ressaltar que o cemitério oitocentista, apresenta características contrastantes quando comparados aos cemitérios mais recentes, especialmente, no que diz respeito aos cemitérios Jardins. Estes procuram silenciar ao máximo a existência da morte. Neles não há referências explícitas que evidenciem a morte e o morto. Já no Cemitério São José a morte é dramatizada e o morto é enaltecido, monumentalizado.

Parte-se do pressuposto de que a forma como a sociedade cuida de seus mortos, materializados em túmulos, diz muito sobre aquela comunidade, sobre sua cultura e religiosidade. Assim, busca-se entender também sobre de que forma, a análise do sistema de objetos que compõe o Cemitério São José ajuda a compreender o tratamento social com os mortos em Teresina no segundo quartel do século XIX e início do XX.

A pesquisa se desenvolve na cidade de Teresina, mas também lança luz sobre as sensibilidades dos homens piauienses de forma geral. A exemplo disso, em um ou outro momento, o estudo se estende ao interior do Piauí, especificamente, às cidades de Barras e Monsenhor Gil.

Seu marco inicial é o ano de 1859, data da inauguração do cemitério São José. Estabeleceu-se como limite temporal da pesquisa o início do século XX. O recorte temporal determinado dessa forma, nos permite concentrar a análise na segunda metade dos oitocentos

e os momentos iniciais dos novecentos, observando assim o período de transição entre os séculos XIX e XX.

Após ter apresentado o objetivo norteador do presente trabalho, imagino que o leitor deva estar se perguntando o porquê desse gosto pelos estudos cemiteriais, ou, o porquê da escolha em narrar o que se pretende ser uma história das sensibilidades do homem piauiense frente à finitude da vida.

Dessa forma, antes de explicitar quais obras e autores permeiam a presente escrita, as categorias conceituais, fontes e metodologias utilizadas para a construção dessa narrativa, torna-se necessário contar-lhes sobre o momento gerador dessa pesquisa, sobre como e a partir de qual instante o Cemitério São José se tornou, para mim, uma possibilidade de conhecer um fragmento ainda pouco explorado da história de Teresina .

Assim, desde o ingresso no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Piauí (UFPI), no ano de 2011, eu, ainda imatura, via a sede de meus colegas e principalmente professores pelas tão comentadas “fontes históricas”. No entanto, tinha um receio inexplicável e até desânimo para explorá-las. Todos os temas perscrutados durante as aulas me chamavam atenção, mas, nenhum empolgava o suficiente para que pudesse fazer a escolha de dedicar longos anos em sua pesquisa.

A vida acadêmica, no entanto, nos reserva surpresas. Foi então que no mês de janeiro do ano de 2012, o professor Dr. Manoel Ricardo Arraes, convidou-me para acompanhá-lo em uma visita a obra que estava sendo realizada nos muros do Cemitério São José, na zona norte de Teresina.

O professor havia recebido a notícia de que essa construção, realizada a fim de conter o desmoronamento dos muros mais antigos do cemitério, resultou na exposição dos restos mortais que haviam sido depositados nas catacumbas edificadas naquelas paredes. De já, imaginamos que os enterramentos que ali foram realizados remontavam ao século XIX.

Aquela visita ao cemitério foi o meu primeiro despertar para a observação e curiosidade acerca do estudo do passado. A obra que expôs as catacumbas incrustadas nas paredes daquela necrópole, desnudou uma realidade que poucos conheciam. As pessoas que passavam por ali se mostravam surpresas com a cena, procuravam saber o que acontecia enquanto nós (eu e o Prof. Arraes) tirávamos fotos das catacumbas extraviadas.

No limite, as imagens revelavam o esquecimento da sociedade teresinense com os mortos. Para mim, aquelas catacumbas de alvenaria, as quais talvez nunca soubesse da existência se não fosse a ameaça de desmoronamento dos muros, poderiam revelar os costumes, valores e hierarquias de uma sociedade separada da minha por um “breve” século.

Naquele momento, algumas perguntas me inquietavam, a título ilustrativo, queria saber quais valores, crenças e ideologias informavam a prática de inumação nos muros daquele cemitério? Quem eram as pessoas naquelas catacumbas que convencionamos chamar de aéreas? Quais eram enterradas nos chãos? Qual a relação existia entre o lugar da sepultura e a religião do morto?

Aquela visita me presenteou com um tema a ser pesquisado e resultou no trabalho monográfico intitulado “*Cemitério São José: Entre a história e a memória dos enterramentos em Teresina*”<sup>9</sup>, apresentado à banca avaliadora no ano de 2015. Durante a tessitura desta primeira pesquisa, reuni esforços no sentido de narrar momentos importantes da história do cemitério São José inserido no contexto de transição das práticas de sepultamentos que deixaram de acontecer nas igrejas e, aos poucos, passaram a ser realizados estritamente nos cemitérios extramuros.

Após essa primeira experiência escriturária, percebi que as possibilidades de pesquisas sinalizadas pela observação do mais antigo cemitério de Teresina não haviam se esgotado. Assim, após ter ingressado no mestrado oferecido pelo Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) comecei a desenvolver, orientada pelo professor Dr. João Batista Bitencourt, a presente pesquisa que agora reúne esforços no sentido de conhecer as sensibilidades do homem teresinense diante da finitude da vida.

Para tanto, é necessário apresentar alguns autores e categorias conceituais que ajudam a pensar o Cemitério São José enquanto objeto de estudo desta pesquisa. A princípio, destacamos o conceito elaborado por Pierre Nora acerca dos Lugares de Memória desenvolvido em seu clássico “*Entre memória e história: a problemática dos lugares*”<sup>10</sup>.

Segundo ele, a sociedade tem-se apropriado dos lugares (sejam arquivos, monumentos, museus, datas comemorativas e os próprios cemitérios) com o objetivo de cristalizar a memória, ou seja, evitar que ela se perca frente à aceleração da história.<sup>11</sup> Nas palavras do autor: “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários,

---

<sup>9</sup> ROSA, Mariana Antão de. *Cemitério São José: entre a memória e a história dos enterramentos em Teresina*. 2015. 108 p. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

<sup>10</sup> NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7 - 28.

<sup>11</sup> Por aceleração da história, Nora entende como o sentimento de que cada vez mais rapidamente o passado está morto.

organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notaria atas, porque essas operações não são naturais”<sup>12</sup>.

No trecho acima, Nora anuncia a perda da memória coletiva, pois os indivíduos já não conseguem visitar a memória sobre algum acontecimento do passado de maneira espontânea, natural. Para isso, faz-se necessário o uso dos lugares físicos, ou seja, da materialidade como suporte para construção de uma memória coletiva. Portanto, no âmbito da pesquisa que se enseja realizar, o Cemitério São José, enquanto lugar de memória, é também, um suporte material visitado pela sociedade teresinense, a fim de relembrar fragmentos de sua história.

Desse modo, enquanto espaço preservador da memória coletiva e individual, o Cemitério São José é também um patrimônio histórico e cultural da cidade e do país. A Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 216, define patrimônio Cultural como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”.

De acordo com essa definição, considera-se o Cemitério São José como espaço que agrega a memória coletiva dos teresinenses contribuindo para formar uma identidade comum. Além disso, seus mausoléus, a capela, as catacumbas construídas nas paredes, as obras de arte que adornam as sepulturas, especialmente aquelas que remontam ao século XIX, todo o mobiliário que compõe o seu cenário possui um enorme valor artístico e cultural.

Tendo em vista que patrimônio cultural “não é apenas o resultado do fazer humano, mas também todo o processo que envolve esses fazeres e seus significados, ou seja, as formas de expressão humana em sua plenitude,”<sup>13</sup> considera-se o cemitério em sua materialidade, mas também, como um espaço de manifestação da cultura imaterial, lugar de culto aos mortos.

Lembramos aqui que, esse espaço físico é também, o lugar, por excelência, onde parte da sociedade teresinense depositou os corpos de seus mortos, erigiu monumentos, pronunciou elogios fúnebres e, principalmente, reproduziu as hierarquias do mundo dos vivos na cidade dos mortos.

Em síntese, as categorias *Lugar de Memória e patrimônio cultural* nos ajudam a pensar no Cemitério São José enquanto objeto de pesquisa que leva a compreender, também, as atitudes, relações de afetividade e cuidado com mortos, em Teresina, no período de 1859

---

<sup>12</sup> NORA, 1993, p.12.

<sup>13</sup> CARRASCO, G.; NAPPI, S. *Cemitérios como fonte de pesquisa, de educação patrimonial e de turismo*. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG. V.2, n.2, p. 46 – 60, 2009, p. 46. Disponível em: em <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmu>>

até 1900. Já tendo propriedade sobre esses conceitos é necessário localizar o tema a ser trabalhado no interior de uma literatura em âmbito global, nacional e local.

O estudo sobre a morte, as atitudes do homem diante dela, bem como todos os temas que a circunscrevem, ganharam notoriedade a partir do avanço de um campo de possibilidades que se convencionou chamar nova história cultural, porém inicialmente muito vinculado à história das mentalidades. Aqui vale fazer uma breve pausa para apresentar ao leitor um pouco da história desse campo, buscar compreender como ele surgiu e qual a sua difícil definição. Começaremos pelo maior desafio, qual seja, esclarecer sobre o que vem a ser mentalidades, essa ideia vaga que agitou e forneceu oxigênio a história<sup>14</sup>.

Sobre isso, fazendo uso de uma história contada por Lucien Febvre a respeito da ambiguidade vivida pelo rei Francisco I que, ao anoitecer visitava a amante e durante o dia rezava devotamente, Philippe Ariès explica que a história das mentalidades é aquela que compreende como “certas coisas, portanto, eram concebíveis, aceitáveis, em determinada época, em determinada cultura, e deixava de sê-lo em outra época e numa outra cultura”<sup>15</sup>

Portanto, a história das mentalidades pode ser vagamente definida como a compreensão de que se configura como um grande erro interpretar as atitudes e sensibilidades dos homens de outro tempo e cultura a partir dos nossos próprios valores, pois, entre esses diferentes tempos históricos pode ter ocorrido uma mudança das “atitudes mentais”, mudança das mentalidades. Por fim, a história das mentalidades busca observar os comportamentos mentais dos homens do passado, é “muito mais a história das mentalidades de outrora, das mentalidades não atuais”<sup>16</sup>

Quanto a origem desse campo (história das mentalidades), é possível afirmar que o seu surgimento está relacionado ao nascimento da Nova História, sacramentado pela fundação da revista “*Annales d'histoire économique et social*” em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, e , principalmente, está imbricado à luta travada pela nova história contra alguns preceitos da história positivista do século XIX.

Nesse sentido, o primeiro rompimento se deu, sobretudo, com relação ao conceito de documento histórico. Sem dúvida alguma, a História Nova ampliou o campo documental disponível para os historiadores.

ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa

<sup>14</sup> LE GOOF, Jacques: *A História Nova*. Martins Fontes: São Paulo, 1990. p. 49

<sup>15</sup> ARIÈS, Philippe: *A história das mentalidades*. In LE GOOF, Jacques (org.). *A História Nova*. Martins Fontes: São Paulo, 1990. p. 154

<sup>16</sup> ARIÈS, Philippe: *A história das mentalidades*. In LE GOOF, Jacques (org.). *A História Nova*. Martins Fontes: São Paulo, 1990. p. 172.

multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem.<sup>17</sup>

Aqui vale fazer a ressalva de que, apesar da revolta contra a história positivista, não houve a intenção ou desejo de aniquilamento ou rompimento total. Ao contrário disso: “uma parte das conquistas técnicas do método positivista na história permaneceu válido”<sup>18</sup>. Portanto, a crítica bem apurada ao documento conquistada no século XIX pode ser considerada como uma das joias da história e que permaneceu guardada, também, pelos historiadores que pertenceram ao que chamamos de Nova História.

Para além da revolução documental, a História inaugurada pelos Annales rejeita uma história predominantemente política, dos grandes homens e dos grandes fatos ao passo em que propõe a construção de uma explicação histórica global, que seja total, que seja capaz de explicar múltiplos aspectos de uma sociedade, isto é, que observe sua economia, política e também a imensidão de sentidos englobados pelo termo “social”.

Com isso, em um primeiro momento, ainda no período de seus pais fundadores, não havia no interior dos Annales um compartimento separado para as mentalidades ou que fosse definido como história das mentalidades. Enfim, “o compartimento das mentalidades ainda não estava bem separado do da economia, ou do socioeconômico. Os dois juntos constituíam a história total, ou que se pensava ser total”<sup>19</sup>

O que havia, de fato, era uma história social, que era também econômica e cultural e, portanto, das mentalidades em oposição à história tradicional que

interessava-se quase exclusivamente por indivíduos, pelas camadas superiores da sociedade, por suas elites (os reis, os estadistas, os grandes revolucionários) e pelos acontecimentos (guerras, revoluções), ou pelas instituições (políticas, econômicas, religiosas) dominados por essa elite”<sup>20</sup>

De forma oposta, a história social “interessava-se pela massa da sociedade, que permanecia distante dos poderes, por aqueles que lhes eram submetidos”<sup>21</sup>. Daí vem também

<sup>17</sup> LE GOOF, Jacques. *A História Nova*. Martins Fontes: São Paulo, 1990. p. 28

<sup>18</sup> LE GOOF, 1990, P.28.

<sup>19</sup> ARIÈS, Philippe. *A história das mentalidades*. In LE GOOF, Jacques (org). *A História Nova*. Martins Fontes: São Paulo, 1990. p. 156

<sup>20</sup> ARIÈS, Philippe. *A história das mentalidades*. In LE GOOF, Jacques (org). *A História Nova*. Martins Fontes: São Paulo, 1990. p. 156

<sup>21</sup> ARIÈS, Philippe. *A história das mentalidades*. In LE GOOF, Jacques (org). *A História Nova*. Martins Fontes: São Paulo, 1990. p. 156

o grande interesse por documentos diversificados como registros de nascimento, inventários, obituários e tudo que pudesse informar sobre as massas populares dos tempos passados.

Em um segundo momento, após 1945, devido a expansão econômica mundial, no interior da Nova História, a história econômica passou a ser privilegiada em detrimento do social e do cultural. No entanto, faz-se a ressalva de que:

A história econômica foi privilegiada. Mas não qualquer história econômica. Os historiadores franceses preservaram para melhor e para o pior, algo do primeiro caráter da história econômica: uma história coletiva de ambição humanista, que possibilita alcançar a vida das massas, a multidão dos pequenos, dos obscuros.<sup>22</sup>

Após esse período de retrocesso, a partir de 1960, a ideia de mentalidade volta com maior força. Na década seguinte, 1970, houve um fenômeno que Ariès define como uma “invasão de temas raríssimos e desconhecidos” que são próprios dos estudos das mentalidades, como a morte, por exemplo. Por fim, é nesse momento “que se pode falar da uma história das mentalidades como um fenômeno significativo da nossa cultura contemporânea.”<sup>23</sup>

Retomando o nascimento da nova história, destacamos que, referindo-se ao ofício do historiador, Bloch<sup>24</sup> afirma que “onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça.” Esta frase resume bem o quão vasto tornou-se o campo de pesquisa em história após a década de 1920. Os historiadores passaram a estudar os sentimentos, as atitudes, sensibilidades, aspectos relacionados à vida e à morte dos seres humanos.

Dessa forma, inseridos no campo de possibilidades trazidas pela história das mentalidades, podemos citar Philippe Ariès, Jacques Le Goff, Georges Duby, Michel Vovelle e Michel Lawers como autores que se debruçaram sobre o estudo do imaginário, das atitudes e sensibilidades dos homens e mulheres ocidentais diante da morte. No clássico livro “O homem diante da morte”, Ariès<sup>25</sup> investiga o comportamento humano frente à finitude na perspectiva da longa duração, utilizando fontes diversas como, por exemplo, textos literários, testamentos, iconografias, obras de arte, e até mesmo as inscrições em lápides.

No âmbito da historiografia brasileira, a história da morte ganhou maior proporção a partir das duas últimas décadas do século XX podendo-se destacar as contribuições de João

---

<sup>22</sup> ARIÈS, Philippe. *A história das mentalidades*. In LE GOFF, Jacques (org). A História Nova. Martins Fontes: São Paulo, 1990. p. 157

<sup>23</sup> ARIÈS, Philippe. *A história das mentalidades*. In LE GOFF, Jacques (org). A História Nova. Martins Fontes: São Paulo, 1990. p. 161

<sup>24</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.54.

<sup>25</sup> ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.

José Reis, Cláudia Rodrigues, bem como uma obra, pouco conhecida, do sociólogo e historiador Gilberto Freyre sobre os cemitérios afro-cristãos de Moçâmedes.

No artigo *O Cotidiano da Morte no Brasil oitocentista*<sup>26</sup>, Reis entende a morte como um evento social, um ritual festivo realizado, com o objetivo de integrar o morto ao seu novo lugar, ou seja, o além-mundo. Nessa perspectiva, o autor investiga os significados que foram sendo construídos em torno da morte e do morto no Brasil ao longo do século XIX. A problemática da transferência do lugar de sepultamento das igrejas para os cemitérios extramuros é um tema bastante explorado nesse texto.

Além desse trabalho, Reis presenteia a historiografia sobre a morte no Brasil com o livro *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*<sup>27</sup>. Na obra o autor constrói uma narrativa sobre a “Cemiterada”, revolta contra a construção de um cemitério que teve lugar na Bahia em outubro de 1836, ao tempo em que discorre sobre a economia e mentalidade funerária no estado às vésperas da mencionada revolta.

Já Cláudia Rodrigues<sup>28</sup> analisa os argumentos médicos que defendiam a construção dos cemitérios extramuros, ao tempo em que alertavam o perigo que os mortos representavam para a saúde dos vivos. No limite, a autora parte da tese de que a modificação do local dos sepultamentos alterou as sensibilidades e redefiniu os costumes fúnebres e o cuidado com os mortos no Rio de Janeiro durante a época estudada.

Destaca-se também a obra do historiador e sociólogo Gilberto Freyre: *Em torno de Alguns túmulos Afro-Cristãos (1951-1952)*<sup>29</sup>. Nessa ocasião Freyre visita os cemitérios em Moçâmedes<sup>30</sup>, procurando nos túmulos e em todo o mobiliário fúnebre, algum elemento que evidenciasse a sobrevivência da cultura luso-brasileira no território africano. Destarte, Freyre fez uso do espaço cemiterial para rastrear um complexo cultural binário que ele denominou de civilização luso-tropical.

No que diz respeito ao diálogo estabelecido entre a obra de Freyre e o presente trabalho, ressalta-se o fato de no livro abordar o cemitério como objeto de pesquisa que pode fornecer indícios de uma identidade cultural coletiva nas obras de arte e representações

---

<sup>26</sup> REIS, João José. *O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista*. In ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 95-141.

<sup>27</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 1.ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>28</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação cultural, 1997.

<sup>29</sup> FREYRE, Gilberto. *Em torno de alguns túmulos afro-cristãos de uma área africana contagiada pela cultura brasileira*. Salvador: Universidade da Bahia/Livraria Progresso Editora, 1959.

<sup>30</sup> Moçâmedes é a denominação colonial dada a Namibe que é a capital de uma província que possui o mesmo nome. Namibe está localizada em Angola.

inscritas nos túmulos. Da mesma forma, reconhece-se o valor artístico, cultural e documental do Cemitério São José, em Teresina.

Por outro lado, as produções dos Programas de Pós-graduação em várias cidades do Brasil têm contribuído para alargar o campo de estudo referente à morte e ao morrer. O trabalho de Fernanda Maria Matos da Costa<sup>31</sup> faz análises acerca do tema em Juiz de Fora, Minas Gerais, tendo como ponto de partida as transformações vivenciadas após a construção do cemitério público em 1864. A autora insere a construção do cemitério como um desdobramento do processo de transferência dos enterramentos nas igrejas e seus arrabaldes para os cemitérios afastados do centro urbano.

Em Porto Alegre, Harry Rodrigues Bellomo<sup>32</sup> tornou-se referência para os estudos cemiteriais brasileiros a partir de sua dissertação de mestrado sobre a arte estatuária nos cemitérios da capital gaúcha. Em seu trabalho, faz um levantamento acerca das manifestações artísticas inscritas nos cemitérios do Rio Grande do Sul.

A cidade de Ribeirão Preto (SP) e os estudos relacionados a arte cemiterial brasileira foram presenteados com a obra *Arte Funerária no Brasil (1890-1930): Ofício de Marmoristas Italianos em Ribeirão Preto*<sup>33</sup>. Nesta, Maria Elizia Borges reuniu esforços no sentido de tecer a história das artes plásticas na cidade de Ribeirão Preto no período da Primeira República (1890-1930) por meio do resgate da memória de antigos marmoristas que atuaram na região. Além de revalorizar os artistas e sua produção, a autora constrói um inventário de grande fôlego a respeito da produção artística funerária brasileira.

A publicação do livro *Cemitério sem mistérios: a arte tumular no Sul de Minas (1890-1925) Região dos Lagos de Furnas*<sup>34</sup> é resultado da reescrita e publicação da dissertação de mestrado realizada por Dimas do Reis Ribeiro e defendida na Unesp. O trabalho que analisa os cemitérios das cidades mineiras da região dos Lagos de Furnas entre 1890 e 1925 também lança luz sobre os significados sociais da morte e do morrer. Em resumo, o livro é uma verdadeira e rara obra de arte.

No Piauí, pioneiros e instigantes trabalhos também surgiram com o objetivo de tecer fios da história da morte e do morrer a nível local. Quais as peculiaridades dos ritos fúnebres, lugares de enterramentos, comportamentos e sensibilidades dos homens piauienses frente e

<sup>31</sup> COSTA, Fernanda Maria Matos da Costa. *A Morte e o Morrer em Juiz de Fora: Transformações nos costumes fúnebres (1851-1890)*. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

<sup>32</sup> BELLOMO, Harry Rodrigues. *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. OMO, Harry Rodrigues (org.). 2. ed. Porto Alegre: EDPRCRS, 2000.

<sup>33</sup>

<sup>34</sup> RIBEIRO, Dimas do Reis. *Cemitério sem mistérios: a arte tumular do sul de Minas – 1890 a 1925 – Região dos Lagos de Furnas*. 1.ed. Alterosa: Minas Gerais, 2006.

finitude da vida? Essas foram questões colocadas pelos historiadores que escolheram o Piauí como *locus* de pesquisa e a morte como tema que possibilita conhecer o passado.

Dentre estes pesquisadores podemos citar o trabalho pioneiro de Nercinda Pessoa da Silva Brito<sup>35</sup> que colocou os escritos do poeta Lucídio Freitas, além dos demais escritos literários, médicos e religiosos como possibilidade de rastrear as atitudes frente à morte em Teresina. Brito desenvolve assim a sensibilidade de compreender os rastros da morte e os sentimentos relacionados ao fim inexorável da vida na Literatura. Como expressão de cultura a produção literária também exala os sentimentos do morrer.

A literatura, mais especificamente, *Memórias e memórias inacabadas*<sup>36</sup>, *Um maníaca*<sup>37</sup> e *Ataliba o Vaqueiro*<sup>38</sup> inspiraram Josilene dos Santos Lima a tecer valiosos fios da história da morte e do morrer no Piauí oitocentista<sup>39</sup>. Além disso, a pesquisadora faz uso também de uma enorme variedade de fontes (dentre elas Compromisso das irmandades, mensagens governamentais, códigos de postura das cidades, leis aprovadas pela assembleia legislativa, testamentos e periódicos) afim de narrar a trajetória da morte no Piauí no século XIX que, perpassa desde a preparação para o fim inexorável da vida, observada por meio da escrita do testamento e a preocupação em tornar-se membro de alguma irmandade até os ritos realizados logo após a morte e o sepultamento.

Dessa forma, Lima investiga as sensibilidades e sentidos nas práticas mortuárias vivenciadas pelos piauienses oitocentistas. Por fim, todos esses atos são observados em meio ao cenário religioso desse lugar e temporalidade.

Podemos dizer que o ano de 2013 rendeu bons trabalhos que deram novo vigor ao estudo da morte no Piauí. Ainda neste ano a historiografia da morte nesse estado brasileiro foi presenteada com o trabalho de Marluce Lima de Moraes intitulado *Em cada conto um Lamento: incelências, benditos e Rezas*<sup>40</sup>. Trata-se de uma pesquisa de caráter histórico etnográfico acerca dos comportamentos de rezadeiras e rezadores na cidade de Alto Longá (interior do Piauí). O trabalho de Marluce Lima de Moraes instiga os pesquisadores a

---

<sup>35</sup> BRITO, Nercinda Pessoa da Silva. *O experimentar da morte: comportamentos frente a finitude em Teresina de 1900 a 1930*. 231f. Dissertação. Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

<sup>36</sup> CAMPOS, Humberto de. *Memórias e memórias inacabadas*. São Luís: Instituto Geia, 2009. p. 353.

<sup>37</sup> NEVES, Abdias. *Um maníaca*. Teresina: Corisco, 2000.

<sup>38</sup> CASTELLO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba, o vaqueiro*. 5. ed. Teresina: Convenio Editora Corisco, 2001.

<sup>39</sup> LIMA, Josilene dos Santos. *Pelas almas do purgatório: religiosidade e atitudes diante da morte no Piauí oitocentista*. 2013. 159 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

<sup>40</sup> MORAIS, Marluce Lima de. *Em cada conto um Lamento: Incelências, benditos e rezas* [Alto Longá, Piauí, Brasil 1980-2011]. 2013. 170 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

investigarem as pluralidades de vivências e temporalidades plurais inscritas nas mais diversas comunidades.

Recentemente, em 2014, pode-se destacar a enorme importância dos trabalhos de Elene da Costa Oliveira<sup>41</sup> e Elane da Costa Oliveira<sup>42</sup>. A primeira investigou a cultura da morte em Teresina a partir dos testamentos, inventários e estatutos das irmandades católicas. A segunda, em sua dissertação que recebe o título “*IM MEMORIAN*”: *O Cemitério Igualdade. Cidade de Parnaíba, Litoral Norte do Piauí, Brasil (1859-1930)* analisou a arte tumular do Cemitério da Igualdade em Parnaíba enquanto patrimônio cultural da cidade.

Nesta seara de pesquisas que foram frutos do mestrado em História da Universidade Federal do Piauí, deve-se ressaltar ainda, a contribuição de Raul Marcel Ribeiro Barros<sup>43</sup> que apesar de ter narrado o deslocamento dos enterramentos do interior das igrejas para os cemitérios públicos entre os séculos XVIII e XIX na capital do Maranhão, São Luís, acabou por instigar a realização de estudos nesse mesmo sentido no território piauiense.

Sobre as fontes consultadas para a tessitura desta pesquisa ressaltamos o grande leque de possibilidades abertas pela revolução historiográfica dos Annales. Nesse sentido “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele”<sup>44</sup>.

Assim, a partir dos Annales, tudo que o homem fabrica ou produz passou a ser reconhecido como fonte histórica. O historiador não está mais aprisionado aos arquivos oficiais; hoje, ele pode, por exemplo, passear pelos cemitérios e encontrar ali fragmentos de história.

No presente trabalho, com o objetivo de compreender de que forma o Estado atuou no que concerne à proibição dos enterramentos no interior das igrejas piauienses, analisamos os Códigos de Postura municipais entre os anos de 1854 até 1873. Utilizamos também os relatórios dos presidentes da Província nos anos de 1858 e 1859, estes relatórios ajudam a tecer os fios da história da construção do cemitério São José.

---

<sup>41</sup> OLIVEIRA, Elene da Costa. *A arte de bem morrer: cultura funerária na cidade de Teresina, Piauí (1852-1896)*. 2014. Dissertação. Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

<sup>42</sup> OLIVEIRA, Elane da Costa. “*In Memória*”: *o cemitério Igualdade cidade de Parnaíba, Litoral Norte do Piauí, Brasil (1859 -1930)*. 2014. Dissertação. Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

<sup>43</sup> BARROS, Raul Marcel Ribeiro. *A desterritorialização funerária: da inumação no interior das igrejas aos enterramentos em cemitérios públicos entre os séculos XVIII e XIX*. 2007.. Dissertação, Mestrado em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

<sup>44</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 79.

Fizemos uso também do regulamento publicado em 1855 que normatiza o cemitério da capital<sup>45</sup>. Este permite perceber certa preocupação com a manutenção da salubridade interna daquele campo santo, ao tempo em que nos fornece indícios de que Teresina está inserido no processo nacional de higienização das cidades brasileiras que acontecia em meados do século XIX. Tais fontes estão disponíveis no arquivo público da capital piauiense. Além disso, nossa pesquisa já dispõe de algumas digitalizadas e catalogadas.

Em um segundo momento, o estudo tem como aporte documental o jornal “*O Piauí*” entre 1869 a 1873, dessa forma contempla a segunda metade do século XIX. Esse foi digitalizado e está disponível no site da Hemeroteca Digital<sup>46</sup>. Foram analisadas, mais precisamente, as notícias sobre o falecimento das pessoas notórias, em geral, membros da elite piauiense.

As notícias sobre os falecimentos nos permitem perceber de que forma a morte era anunciada em Teresina durante a transição dos séculos XIX e XX, qual o tratamento dispensado ao morto e os elogios que lhes eram prestados. É possível observar até mesmo os interesses políticos que perpassavam esses tipos de anúncios. Por fim, a comparação entre os anúncios de óbito que remontam do início da segunda metade do século XIX àqueles elaborados nas últimas décadas do mesmo século, permitem assimilar as mudanças que foram se processando acerca das atitudes e significados elaborados perante a morte.

Da mesma forma, outra categoria de fontes utilizadas no presente trabalho são as fotos produzidas no Cemitério São José, em Teresina. Assim, durante pesquisa realizada nos dois últimos anos da graduação foi possível construir um acervo com aproximadamente mil fotografias. Os ensaios fotográficos tinham como foco a captura de imagens dos túmulos que foram edificadas no final do século XIX e primeira metade do século XX. Fez-se fotografias não apenas dos túmulos, mas de todo o mobiliário fúnebre que compõe o cenário daquele lugar, como as capelas familiares, catacumbas, monumentos, estátuas de anjos, santos e cruzeiros.

A partir da análise desse material iconográfico, buscar-se-á compreender de que forma o mobiliário fúnebre reflete os cuidados e tratamento social destinado ao morto em um determinado período. Como as modificações na arte e no modo de adornar as sepulturas refletem uma mudança na atitude do homem diante da morte. No limite, procurou-se sinais de riqueza nas construções fúnebres daquele lugar.

---

<sup>45</sup> PIAUÍ. Resolução n. 29, de 27 de novembro de 1855. Dispõe sobre as regras internas do cemitério de Teresina. *Código das leis piauienses de 1855*. Teresina, 1855. Tomo 11, parte 2. Seção 2.

<sup>46</sup> Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>

Por fim chamo atenção do leitor para o fato de que todo início de capítulo contém o resumo daquilo que escolhemos expor. Mesmo assim, de forma bastante sutil, apresento aqui uma breve divisão de capítulos.

Em um primeiro momento, objetivando apresentar o lugar onde as sensibilidades investigadas se desenvolveram, buscamos narrar a história da construção de Teresina, que é perpassada pela transferência da capital do Piauí de Oeiras para a Vila Nova do Poti, ainda no ano de 1852. Destacaremos aqui o fato de que a Teresina de Saraiva já nasce possuindo um planejamento prévio que, separava os espaços ocupados pelos vivos e, principalmente, os que deveriam estar reservados aos mortos. Isso fica evidente quando observamos que o local de construção do cemitério já estava sinalizado na planta germinal da cidade.

Já no segundo capítulo, reunimos esforços a fim de analisar a legislação que determinava como e onde deveriam ocorrer os sepultamentos na província do Piauí. Para tanto, observaremos os arquivos do estado, mais precisamente, os códigos de postura, relatórios de presidentes da província e resoluções que buscavam regulamentar os enterramentos no Piauí e em Teresina na segunda metade do século XIX. Em resumo, narraremos nessa parte do texto, o processo de transição funerária no estado que tem início a partir do ano de 1854 com a elaboração das leis que proibiam os sepultamentos nas igrejas ao passo em que determinavam a construção de cemitérios institucionalizados.

O terceiro e último capítulo apresentará o Cemitério São José enquanto local em que se reproduz as hierarquias dos vivos na metrópole dos mortos, e enquanto palco em que desfilam memórias, saudades e sensibilidades. Desse modo, na segunda parte do capítulo observaremos as sensibilidades construídas pelos piauienses em dois momentos distintos do longo processo de despedida dos seus falecidos, qual sejam: a hora de anunciar o falecimento nos jornais e algum tempo depois escolher e mandar construir um monumento no lugar onde foram sepultados os restos mortais desses parentes ou amigos. Quais as intenções e sensibilidades perpassam esses dois momentos? Essa é uma questão que norteia nossas reflexões.

Espero que o leitor se sinta convidado a permanecer a leitura, conhecer outros tantos personagens que passearam pelas ruas da antiga Teresina e hoje repousam silenciosamente no mais antigo cemitério da cidade. Além disso, que seja possível conhecer as atitudes, comportamentos e sensibilidades dos teresinenses dos séculos passados diante da finitude da vida.

## **1. A FORMAÇÃO DO PIAUÍ E A CONSTRUÇÃO DE TERESINA: UM BREVE PASSEIO PELA CIDADE DOS VIVOS.**

O primeiro capítulo do presente labor dissertativo buscará narrar a história da construção de Teresina que é perpassada pela transferência da capital do Piauí de Oeiras para a Vila Nova do Poti ainda no ano de 1852. Destacaremos o fato de Teresina ter sido uma das poucas cidades brasileiras que receberam um planejamento anterior a sua construção. Nesse projeto, já era possível observar o cuidado em reservar um lugar específico para o cemitério. A cidade dos vivos, nesse caso, já nasce com um lugar reservado, afastado e higienizado para os seus mortos.

### **1.1 A construção de Teresina: uma invenção de Saraiva**

Sandra Jatahy Passavento entende a cidade enquanto lugar, por excelência, em que as coisas acontecem<sup>47</sup>. No mesmo sentido, durante a tessitura desta pesquisa, Teresina enquanto cidade-capital do Piauí é colocada como lugar em que as coisas, a vida e a morte acontecem.

Para lograr êxito em construir uma narrativa acerca da edificação de Teresina, torna-se necessário compor dois cenários naturalmente imbricados. O primeiro diz respeito à colonização do Piauí. E o segundo, por seu lado, corresponde à transferência da capital do Piauí de Oeiras para a Vila Nova do Poti ainda no ano de 1852. Esses dois processos são capítulos fulcrais da história piauiense e, portanto, amplamente discutidos pela historiografia local.

Durante o período colonial e mesmo para além deste, o Brasil vivia, o que Luiz Mott denominou de “a ditadura do ruralismo”<sup>48</sup>. A expressão foi utilizada pelo pesquisador paulista para ressaltar o caráter rural de nossa colonização, pois esta não teria favorecido, em um primeiro momento, o surgimento de cidades, principalmente, quando se observa as áreas mais afastadas da costa litorânea, como é o caso do território que viria a ser o Piauí.

Os portugueses, colocados pela historiografia como os autores de nossa colonização, apresentavam certa resistência em adentrar ao território que mais tarde corresponderia ao sertão brasileiro<sup>49</sup>. Esse posicionamento das autoridades portuguesas se deu, primeiramente,

---

<sup>47</sup> PASSAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGS, 1999. p.8.

<sup>48</sup> MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. 2.ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010. p. 54.

<sup>49</sup> Sertão é colocado nesse trabalho como região afastada do litoral, no mesmo sentido de interior do território ou continente. FILHO, Fadel David Antônio. *Sobre a palavra Sertão: Origens, significados e usos no Brasil*.

devido ao receio de que as entradas terra adentro causassem o despovoamento do litoral<sup>50</sup>. Era talvez, uma medida protetiva adotada pelos nossos colonizadores.

Por outro lado, do ponto de vista econômico, em tese, não seria tão vantajoso o enorme esforço despendido em desbravar os sertões, pois os transportes dos gêneros explorados gerariam custos demasiadamente elevados, para não citar o fato de ser uma tarefa bastante arriscada. Holanda, referindo-se ao colono português, reconhece que este tinha ciência das dificuldades e carestia da exploração de gêneros no sertão adentro.

Sabia que os gêneros produzidos junto ao mar podiam conduzir-se facilmente à Europa e que os do sertão, pelo contrário, demoravam a chegar aos portos onde fossem embarcados e, se chegassem, seria com tais despesas, que os lavradores “não fariam conta largá-los pelo preço por que se vendesses os da marinha”.<sup>51</sup>

Devido a isso, “a ditadura do ruralismo” se fez mais notável nas áreas interioranas do território, uma vez que estas não participaram dos primeiros ciclos exportadores<sup>52</sup>. A exclusão dessas áreas, com relação às atividades econômicas que geravam lucro para coroa portuguesa foi um fator que contribuiu, significativamente, para a dificuldade no que diz respeito ao surgimento de vilas e cidades no interior do Brasil colonial.

Nesse mesmo sentido, a historiografia oficial apresenta que a nossa ocupação e, portanto, “civilização” teria caminhado, a passos lentos, do litoral para o interior<sup>53</sup>. Como exemplo desse fenômeno, Bitencourt, referindo-se a ocupação de Santa Catarina<sup>54</sup> explica que “Nossa evolução histórica parte do litoral para o interior, segue-se, por exemplo, a chegada dos açorianos e a criação de Lages no século XVIII, a formação das colônias de imigrantes italianos e alemães no século XIX, que deu origem a cidades como Blumenau”<sup>55</sup>

---

Ciência geográfica, Bauru, vol. 15, n. 01, jan./dez. 2011. Disponível em: <[http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV\\_1/AGB\\_dez2011\\_artigos\\_versao\\_internet/AGB\\_dez2011\\_11.pdf](http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_11.pdf)>. Acesso em: 14 dez.2017.

<sup>50</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O sementeiro e o ladrilhador*. In: Raízes do Brasil. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.100.

<sup>51</sup> HOLANDA, 1995. p.101.

<sup>52</sup> Ciclos exportadores referem-se as principais atividades econômicas desenvolvidas no território brasileiro em determinado período. Nesse caso, refere-se ao ciclo do Pau-brasil e cana-de-açúcar.

<sup>53</sup> João Batista Bitencourt, em seu artigo intitulado Cidades em movimento, elabora uma reflexão acerca da versão proposta pela historiografia oficial brasileira que induz a pensar que a evolução do nosso passado teve como ponto de partida a chegada de Cabral. Assim, da forma como a historiografia está posta, as caravelas portuguesas trouxeram para estas terras o conceito de civilização que permearia o território brasileiro partindo do litoral Atlântico para o interior da colônia. Nesse sentido, como o conceito de civilização está arraigado a imagem de urbanidade, a parte oeste do país passa a ser entendida como um reduto que ainda não foi totalmente “descoberto”. BITENCOURT, João Batista. *Cidades em movimento*. In BRANCHER, Ana (Org.). História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. Florianópolis: Livraria e editora jurídica, 1999. p.26.

<sup>54</sup> Santa Catarina é um estado localizado na região sul do Brasil. Tem por cidade-capital Florianópolis e faz limite territorial com o Paraná, Rio grande do sul e Argentina.

<sup>55</sup> BITENCOURT, 1999. p.27.

A ocupação de Santa Catarina, assim como de tantos outros estados brasileiros, é resultado desse *Modus operandi* do colono português que, ao escolher uma ocupação litorânea do território de Ibirapitanga<sup>56</sup>, contribuiu para a construção de um imaginário coletivo que entende a definição de “interior” tal como no século XVI, ou seja, o termo é utilizado para designar uma “região escassamente povoada e apenas atingida pela cultura urbana”<sup>57</sup>

No Piauí, levando-se em consideração as pesquisas realizadas por Luiz Roberto de Barros Mott, a ocupação de seu território, teria acontecido de modo diferente em relação as demais capitanias brasileiras. Em resumo, estas terras teriam sido colonizadas de dentro para fora, do interior seguindo para o litoral a partir do rio São Francisco. Luiz Roberto de Barros Mott assim explica como se deu a ocupação do Piauí:

Descoberto por volta de 1674, o Piauí é povoado de maneira diversa das demais capitanias: seu solo é conquistado partindo-se do interior (do Rio São Francisco) para o litoral. Foi no vale do rio Canindé que Domingos Afonso Sertão, considerado como o descobridor destes sertões, funda várias fazendas de gado, sendo a mais importante, a da aldeia do Cabrobó, que em 1712 é elevada à condição de vila, recebendo o nome de Mocha.<sup>58</sup>

Enfim, a ocupação do território que hoje corresponde ao Piauí aconteceu a partir do vale do rio Canindé<sup>59</sup>. O papel de “descobridor” ou “colonizador” deste pedaço de chão foi atribuído, pela historiografia oficial, à Domingos Afonso Mafrense, comumente nomeado como Domingos Afonso Sertão<sup>60</sup>. O conquistador das terras interioranas do Brasil fundou, ainda no século XVII, diversas fazendas de gado, dentre estas, destacou-se a propriedade localizada na aldeia Cabrobó. No ano de 1712 foi elevada a condição de vila recebendo o nome de Mocha e anos mais tarde chegaria a ser a primeira capital do Piauí.

Apesar de ter sido criada ainda no ano de 1718, a capitania de São José do Piauí, como era chamada no princípio, foi instalada pelo Rei D. José I apenas em 1759<sup>61</sup>. Nesse período, a capitania recém fundada, aos poucos ia transformando-se em um dos principais

---

<sup>56</sup> Nome dado pelos indígenas ao pau brasil. Faz alusão ao território brasileiro.

<sup>57</sup> HOLANDA, 1995. p.101.

<sup>58</sup> MOTT, 2010, p.54

<sup>59</sup> Rio que mede em torno de 350 km. Possui nascente em Paulistana, corta o município de Oeiras e desagua no rio Parnaíba.

<sup>60</sup> Domingos Afonso Mafrense é o sertanista português responsável pelo início da ocupação do território que hoje corresponde ao Piauí. Filho de Julião Afonso e Jerônima Francisca, nasceu no ano de 1639 na freguesia de São Domingos da Fanga da Fé (arcebispado de Lisboa) e faleceu 18 de junho de 1711, na cidade da Bahia, onde foi sepultado. Sobre isso ver: <<http://www.portalentretextos.com.br/materia/domingos-afonso-sertao,12622>>

<sup>61</sup> TAJRA, Marta Teresa. *A história do comércio de Teresina no desenvolvimento do Piauí*. 1 ed. Teresina:Zahle,2014. p.16.

centros pecuaristas do Brasil. No entanto, a formação de pequenos aglomerados urbanos ainda era bastante tímida e a infraestrutura incipiente.

A capitania de São José do Piauí só seria instalada em setembro de 1759, transformando-se em um dos principais centros pecuaristas do Brasil, mandando suas boiadas, rio abaixo, oceano acima para feiras na Bahia e Pernambuco, seguindo depois até Lisboa e à Guiana Francesa. Pequenos aglomerados urbanos iam se formando timidamente aqui e ali, geralmente seguindo a rota dessas boiadas. Mas, por enquanto, nada de escolas, serviços de saúde e muito menos de casa bancária. Essas regalias se limitavam a São Luís, a capital do estado do Maranhão, ao qual pertencia ainda a capitania do Piauí<sup>62</sup>

Foi após 250 anos de colonização, mais precisamente durante o Governo de D. José I e a posse de seu primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o conde de Oeiras, conhecido no âmbito da historiografia como Marquês de Pombal, é que vai ser possível observar a ação um pouco mais enérgica do Estado português quanto à urbanização ibero-americana que acabou por imprimir suas determinações na recém-nascida província do Piauí . A esse respeito.

É inegável que os portugueses, ao contrário dos castelhanos, pouco regulamentaram em matéria de edificação urbana. Ordenações do reino dispunham algumas regras esparsas complementadas aqui e ali por cartas régias, por orientações do conselho ultramarino ou, mais raramente, por posturas municipais. Essa situação mudou após 250 anos de colonização, ocasião em que o Estado português resolve reformar tudo, quando são conhecidas as pretensões de El Rey D. José e do seu plenipotenciário, Sebastião José de Carvalho e Melo, de civilizar os trópicos sul-americanos e transformar a sociedade, com a integração dos índios na vida civil, embora razões de ordem prática pareçam apontar mais para a necessidade do efetivo domínio sobre a colônia.<sup>63</sup>

Em suma, a urbanização ibero-americana estava inserida em um projeto do governo português que determinava a civilização de sua colônia tropical. Tal civilização, perpassada também pela urbanização, não visava o desenvolvimento da colônia, mas foram realizadas tão somente com o intuito de otimizar o processo de produção e envio de riquezas para a metrópole.

Foi nesse contexto que nasceu, fincada no interior do Brasil, a capitania de São José do Piauí. Essa, segundo Souza, teria sido um espaço privilegiado das reformas de Pombal. No

---

<sup>62</sup> TAJRA, 2014. p 16.

<sup>63</sup> SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *Teresina*. Teresina-PI: Pulsar, 2004.p. 12.

entanto, tais reformas, assim como boa parte das regras e leis impostas pela Coroa, são visíveis muito mais no campo formal que na prática.

Só uma mínima parte do projeto iluminista português foi executado no Piauí, não saindo do papel em relação aos índios e somente visível sua expressão jurídico-legal, resultante da organização do governo civil. Talvez seu maior mérito, para a sociedade piauiense, tenha sido o reconhecimento oficial e o incentivo à mestiçagem.<sup>64</sup>

Já no ano de 1859, o Piauí ganhou o seu primeiro governador, João Pereira Caldas<sup>65</sup>. Logo que assumiu o poder na província, o jovem militar tratou de elevar a vila da Mocha à condição de cidade-capital com o nome de Oeiras. Essa nomenclatura foi, na verdade, uma homenagem de Caldas ao ministro português Sebastião José de Carvalho e Melo, “o conde de Oeiras”. Além de instituir uma cidade capital para província, o governador também elevou as freguesias de Parnaíba, Valença, Campo Maior, Jerumenha, Marvão e Parnaguá à categoria de vila<sup>66</sup>.

Ao chegar no final do século XVIII, as vilas e principalmente a capital não apresentaram grandes saltos quanto ao seu desenvolvimento econômico e tão pouco no que diz respeito a infraestrutura urbana. A pecuária, principal atividade econômica da província, também não favorecia a formação de vilas ou cidades, uma vez que os proprietários de terras, que comumente eram também comerciantes, viviam com suas famílias e alguns agregados em fazendas longínquas, isoladas umas das outras.<sup>67</sup>

Essa dificuldade quanto a formação urbana não foi uma característica imputada apenas ao Piauí, era uma realidade que caracterizava o Brasil colonial. No mesmo sentido, quando as vilas e cidades se consolidavam, ainda assim enfrentavam graves problemas de infraestrutura e organização pois a relativa liberalidade que parece ter caracterizado a ocupação portuguesa do território brasileiro<sup>68</sup> fez-se presente também em nossas cidades.

---

<sup>64</sup> SOUZA, 2004.p. 20.

<sup>65</sup> João Pereira Caldas foi o primeiro governador do Piauí, sua administração correspondeu ao período de 1759 a 1769.

<sup>66</sup> ANDRADE, Andreia Rodrigues de Andrade. *Entre o sertão e as margens do rio Parnaíba: a transferência da capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX*. 2016. 212 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016. p.27.

<sup>67</sup> TAJRA, 2014. p 16.

<sup>68</sup> Sergio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil* compara a colonização portuguesa à colonização espanhola na América e chega a conclusão de que o português adotou uma postura mais liberal que os espanhóis. Esse caráter liberal adotado pelos portugueses em seu povoamento das terras brasileiras pode ser observado, principalmente, no que diz respeito a construção de suas cidades que quase sempre surgiam de forma espontânea, desordenada e sem planejamento. HOLANDA. 1995, p. 108.

Assim, no século XVIII, ao visitar a Bahia, viajantes estrangeiros descreveram uma cidade organizada segundo o desejo e capricho de seus moradores<sup>69</sup>. Nada foi pensado previamente, nada fora planejado, pois em princípio, o português assumiu nessas terras um papel de semeador “a ordem que aceita não é a que compõe os homens com trabalho, mas a que fazem com desleixo e certa liberdade”<sup>70</sup>

Por hora, podemos ponderar que se na Bahia, centro administrativo, comercial e econômico colonial, o desleixo parece ter sido uma característica da organização urbana<sup>71</sup> é possível, então, alcançar, mesmo que de forma bastante incipiente, a situação em que se encontravam as cidades, vilas e povoações interioranas, a exemplo da capitania do Piauí. Andrade nos informa a despeito da situação em que se encontravam as cidades piauienses naquele período.

Oeiras, elevada à condição de cidade e de capital, tinha condições materiais precárias, tudo o que nela se consumia vinha de longe. As vilas de Jerumenha, Marvão, Paranaguá, e Valença não prosperavam. Apenas a povoação do Poti, as vilas de Campo Maior e Parnaíba, esta última com uma incipiente atividade industrial – a charqueada e o beneficiamento do couro – e também pela facilidade de escoamento de seus produtos pela via marítima, tiveram algum progresso”.<sup>72</sup>

A historiografia confirma o que foi dito acerca das condições de isolamento e precariedade que estavam submetidas a primeira capital do Piauí. Sua localização não favorecia em nada o comércio e as mercadorias chegavam a preços altos devido à dificuldade de transporte dos gêneros. Em suma, Oeiras estava isolada demais para ser uma capital.

No mesmo sentido as vilas de Jerumenha<sup>73</sup>, Marvão<sup>74</sup>, Parnaguá<sup>75</sup> e Valença<sup>76</sup> não apresentavam um quadro de desenvolvimento notável. As vilas do centro norte, por seu turno, devido as condições de menor isolamento proporcionado pela possibilidade de escoar sua produção pelo mar, apresentavam certa prosperidade, mas nada perto de um parâmetro considerado ideal.

A cidade de Oeiras estava assim, encravada no meio do sertão piauiense, as margens do Riacho da Mocha. Na figura abaixo, ela está sinalizada pela região mais escura do mapa, bem ao centro do atual estado do Piauí.

<sup>69</sup> HOLANDA, 1995, p. 109.

<sup>70</sup> HOLANDA, 1995, p.116.

<sup>71</sup> HOLANDA, 1995, P.109.

<sup>72</sup> ANDRADE, 2016. P. 34.

<sup>73</sup> Jerumenha hoje corresponde a uma cidade do Piauí localizada na zona do alto Parnaíba e que pertence a mesorregião do sudoeste piauiense.

<sup>74</sup> Marvão hoje corresponde a cidade de Castelo do Piauí, localizada a 175 km da capital, Teresina.

<sup>75</sup> Parnaguá é uma cidade do Piauí localizada na mesorregião sudoeste piauiense.

<sup>76</sup> Valença corresponde a uma cidade do Piauí localizada na mesorregião centro norte piauiense.

Imagem 1: Localização de Oeiras no mapa do Piauí



Fonte. OEIRAS. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre.<sup>77</sup>

A localização geográfica de Oeiras, bem ao centro do território piauiense, levava algumas entidades políticas a argumentarem que a sua centralidade era vantajosa devido favorecer a comunicação com os demais lugarejos do Piauí. Por outro lado, alguns poucos governadores e presidentes, que residiram na capital, julgavam que Oeiras não era capaz de promover o dinamismo econômico, social e político que a atrasada província do Piauí apresentava no final do século XVIII<sup>78</sup> e por isso apontavam em suas correspondências um desejo ou necessidade de mudança da capital.

Em suma, os debates acerca da transferência da capital para outra localidade foram construídos pondo em duelo dois grupos políticos com interesses bastante distintos. De um lado, havia os mudancistas. Esses defendiam a necessidade de transferir a cidade-capital do Piauí para outra localidade que permitisse a comunicação com o restante do Brasil e em decorrência disso possibilitasse, também, e principalmente, o exercício do comércio na província<sup>79</sup>. Os adeptos dessa corrente ressaltavam a condição de isolamento em que vivia o

<sup>77</sup> Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Oeiras\\_\(Piau%C3%AD\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Oeiras_(Piau%C3%AD))>. Acesso em: 11 jun. 2015.

<sup>78</sup> CHAVES, Joaquim. *Obra Completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.p. 23.

<sup>79</sup> ANDRADE, 2016, p.45.

atual estado e colocavam a mudança da capital como primeiro passo para transformar esse quadro caracterizado como desolador.

Reverberava também o discurso dos opositores à mudança da capital. Chefiados Manuel Sousa Martins<sup>80</sup>, os membros da oligarquia oeirense alegavam a imensa despesa que a mudança da capital acarretaria aos cofres públicos. Além disso, defendiam que a centralidade de Oeiras em relação a vilas piauiense era indispensável para o bem público. No entanto, o desejo de manter a capital ali era atravessado por uma série de interesses particulares uma vez que.

Os opositores eram, sobretudo, os membros da oligarquia oeirense que desfrutavam de várias vantagens ao ter aquela cidade o status de capital, com a máquina pública que a movimentava, gerava empregos e circulação de moeda, os quais eram elementos fundamentais para a manutenção de sua população.<sup>81</sup>

Na realidade, a capital fincada no distante e árido sertão, sem proximidade com rios perenes, apresentava grandes dificuldades de acesso as outras capitais e maiores cidades do Nordeste. Ou seja, a comunicação da então capital do Piauí com as demais capitais, povoações da Província e com o Rio de Janeiro<sup>82</sup> era algo que apresentava grandes dificuldades. Enfim, Oeiras era muito isolada para ser a capital de uma província que precisava se desenvolver. Para além disso, por essa época, já se constatava a ineficiência até mesmo enquanto centro militar da província.

Nas lutas pela independência e depois, na Balaiada, ficaram patentes, no Piauí, as dificuldades de comando político e militar a partir de Oeiras. A batalha do Jenipapo, para qual foram arregimentados principalmente contingentes sertanejos do norte piauiense e cearense, e a adesão de Parnaíba ao movimento emancipacionista, quatro meses antes da aclamação da independência na velha capital, são exemplos cabais desse grau de adversidades. Oeiras, paroxismo em matéria de desleixo português, ponto central da província e passagem obrigatória na comunicação entre Pernambuco, Bahia e Maranhão, já havia cumprido a sua missão de núcleo primitivo colonizador, ponta de lança, no Norte, da corrente criatória do Vale do São Francisco.<sup>83</sup>

Podemos concluir que, há algum tempo, já havia discussões acaloradas sobre a necessidade de se transferir a capital do Piauí para outro lugar que oferecesse maiores

---

<sup>80</sup> Manoel de Sousa Martins também conhecido como Visconde da Parnaíba

<sup>81</sup> ANDRADE, 2016. p. 45.

<sup>82</sup> O Rio de Janeiro foi o centro do poder político no Brasil desde 1763 até 1960, quando houve a transferência da capital do Brasil para Brasília.

<sup>83</sup> SOUZA, 2004.P.60

vantagens no que concerne à comunicação com as províncias vizinhas.<sup>84</sup> No entanto, a mudança começou a se consolidar somente a partir de 1850, quando José Antônio Saraiva<sup>85</sup> foi nomeado Presidente da Província do Piauí.<sup>86</sup>

José Antônio Saraiva<sup>87</sup> que logo ficaria conhecido como “Conselheiro Saraiva” foi consagrado pela historiografia local como o inventor de Teresina. O jovem político baiano que, a época da fundação de Teresina contava com apenas 29 anos de idade, durante mais de um ano buscou persuadir a elite política oeirense, os proprietários e comerciantes de gado do norte do Piauí e até mesmo os comerciantes do Maranhão, especialmente aqueles da cidade de Caxias, esses últimos detinham grande hegemonia sob o território piauiense.<sup>88</sup>

Sobre a invenção de Teresina e o papel desempenhado por Saraiva enquanto inventor-mor desta cidade capital, Tajra explica que “ao contrário do que pensamos, não foi Saraiva quem fundou Teresina. Mas, sim a sua juventude impulsiva e seu discurso – determinado, forte, moderno, progressista, ousado e desenvolvimentista.”<sup>89</sup>

A rotina, as sucessivas experiências, o imprevisto e as múltiplas tentativas, foram princípios que nortearam a ocupação do território brasileiro e a fundação de suas primeiras cidades. Como já havíamos comentado antes, o português fundava suas cidades na América como quem joga sementes ao chão e espera que elas germinem naturalmente, por isso Sergio Buarque de Holanda comparou nossos colonos à semeadores.<sup>90</sup>

De forma diferente ao acaso que marcou o nascimento das cidades brasileiras até então, Teresina não foi uma cidade que nasceu espontaneamente. Ela foi planejada, calculada e “inventada” para servir de capital de um estado que precisava progredir para sobreviver diante de uma crise que assolava a pecuária, sua principal atividade econômica, principal componente de sua parca receita.<sup>91</sup>

Ainda em 1850, o jovem Saraiva, vislumbrou a Vila do Poti como uma povoação que já concentrava alguma significação política capaz de torná-la um lugar propício para ser sede

---

<sup>84</sup> CHAVES, 1998, p. 23.

<sup>85</sup> José Antônio Saraiva nasceu na Bahia em 1823. Foi bacharel em direito, Juiz Municipal e Procurador Fiscal da Fazenda em Santo Amaro (BA). Em 1850, Saraiva foi nomeado presidente da província por meio de uma carta imperial escrita no mesmo ano. O presidente da província, também era conhecido como Conselheiro Saraiva, foi o grande responsável pela transferência da capital do Piauí de Oeiras para Teresina.

<sup>86</sup> CHAVES, 1998, p. 25.

<sup>87</sup> José Antônio Saraiva nasceu em Santo Amaro em maio de 1821 e faleceu em Salvador em julho de 1895. Foi presidente da província do Piauí de setembro de 1850 a março de 1853. Entre de maio de 1885 a agosto 1885 exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (cargo de primeiro-ministro) que lhe rendeu a forma como passou a ser conhecido por Conselheiro Saraiva.

<sup>88</sup> TAJRA, 2014. p.38

<sup>89</sup> TAJRA, 2014. p.38

<sup>90</sup> HOLANDA, 1995. p. 109.

<sup>91</sup> TAJRA, 2014. p.38.

administrativa da Província do Piauí. A localidade chamava atenção por estar situada ao longo das margens dos rios Poti e o Parnaíba. O Parnaíba, principalmente, era um rio perene e caudaloso até então inexplorado. Isso possibilitaria potencialmente boas vias de comunicação com as províncias vizinhas.

Sabe-se que outras vilas também pleitearam o status de nova capital. A exemplo podemos citar a Vila de São Gonçalo que hoje corresponde à Regeneração<sup>92</sup> e a vila de São João do Parnaíba, atual cidade de Parnaíba<sup>93</sup>. Isso nos leva a refletir sobre o porquê da nova capital ter sido transferida justamente para Teresina. Por que não fora transferida para São João do Parnaíba para que o Piauí entrasse em conformidade com os demais estados nordestinos que possuem sua capital na costa litorânea? Além disso, como José Antônio Saraiva teria construído uma capital com tão escassos recursos? Quem teria financiado a construção da nova capital?

Essas são questões que perduram inconclusas no âmbito da historiografia que versa sobre a transferência da capital do Piauí de Oeiras para Teresina. No entanto, Marta Teresa Tajra nos fornece indícios que ajudam a esclarecer, mesmo que parcialmente, algumas dessas questões.

Nesse sentido, Teresina teria sido fundada com propósitos puramente comerciais e serviria como ponto de expansão de capital dos comerciantes maranhenses, especialmente, os aqueles abastados de Caxias<sup>94</sup>. Estes fariam bastante proveito da via fluvial que se abriria com a navegação do grande Parnaíba. Segundo Tajra, também foram esses comerciantes que vieram com seu capital e se estabeleceram em Teresina. Assim.

Das negociações entre Saraiva, que queria transferir a capital da província, e aqueles que queriam expandir seu capital, nasceria um pacto que selaria o destino da nova cidade. Uma quebra de paradigma ou um novo padrão de pensamento iria determinar os rumos do Estado: Teresina nasceria, na visão de Saraiva, com uma função econômica bem definida, mesmo que sem o prestígio político e cultural da corte que marcaria o nascimento de outras capitais brasileiras como Salvador, ou Recife e Rio de Janeiro, por exemplo.<sup>95</sup>

Em resumo, a nova capital sairia do plano das conjecturas, dos discursos, das conversações. Ela seria edificada mesmo à revelia dos opositores as margens do Rio Parnaíba e próximo a vila do Poti.

---

<sup>92</sup> Regeneração é uma cidade piauiense localizada a em média 146 km da capital, Teresina.

<sup>93</sup> Cidade localizada próximo ao litoral do Piauí e em média a uma distância de 340 km da capital, Teresina.

<sup>94</sup> TAJRA, 2014. P.43

<sup>95</sup> TAJRA, 2014. p. 46.

De forma poética, Tajra descreve a paisagem paradisíaca que Saraiva encontrou as margens do grande Parnaíba por ocasião de uma viagem oficial realizada antes mesmo da escolha do local onde seria fincado o marco zero da nova capital. Assim, Saraiva teria encontrado algo bem distante do que se pode ver, hoje, ao visitar Teresina.

Uma densa e espessa mata verde esmeralda, banhada de rios perenes cor de bronze, salpicada de sapotizeiros, manguezais e bananais que povoavam a região juntamente com animais das espécies mais variadas: garças, tatus, raposas e até onças que – na tranquilidade de seu habitat natural – debruçavam-se preguiçosamente para bebericar a água doce e limpa do grande rio<sup>96</sup>

No entanto, Saraiva não edificou a capital no exato lugar que havia combinado com os pescadores da Vila do Poti, pois a localidade sofria com as enchentes constantes daquele rio, fato que assolava a pequena população.<sup>97</sup> Em vista desses incômodos, o presidente, mostrando grande tenacidade, sugeriu aos moradores da “Barra do Poti”<sup>98</sup> que erigissem suas casas em um outro sítio afastado em média duas léguas da antiga vila.

O novo sítio ficou estabelecido às margens do Rio Parnaíba em uma região que na época já era conhecido como Chapada do Corisco devido a grande incidência de descargas elétricas que despencava naquele solo durante o período chuvoso.<sup>99</sup> O marco zero da cidade ficou estabelecido onde hoje é a praça Marechal Deodoro da Fonseca, chamada comumente como Praça da Bandeira.

Em princípio, vale destacar que o desejo do presidente Saraiva em construir a nova capital do Piauí no sítio que ele escolhera próximo a Vila do Poti, poderia ter cessado ainda durante a tentativa. Saraiva não possuía garantia alguma de que seu projeto seria levado a diante, pois, os moradores da Barra do Poti poderiam ignorar as promessas do presidente em transferir a capital, não construindo casa no terreno sugerido por Saraiva. Por outro lado, Teresina foi criada afrontando toda a oposição da elite política da antiga capital Oeiras e de seu principal mandatário o Visconde da Parnaíba<sup>100</sup>.

Contudo, contrariando todas as dificuldades que se colocavam diante do projeto de transferência da capital, dentre elas a falta de recursos, mão de obra e a escassa população, a

---

<sup>96</sup> TAJRA, 2014. p.38.

<sup>97</sup> CHAVES, 1998, p. 25.

<sup>98</sup> “Barra do Poti” refere-se a Vila do Poti. Assim, segundo o Historiador piauiense Fonseca Neto, antes de ser elevado a categoria de Vila, essa localidade recebia o nome de Arraial da Barra do Poti. Assim a palavra “Barra” também designa o encontro dos rios Parnaíba e Poti.

<sup>99</sup> TERESINA Panorâmica. Disponível em: <<http://www.teresinapanoramica.com/fundacao.html>>. 4 jun. 2015.

<sup>100</sup> TAJRA, 2014, P. 39

20 de junho de 1852 foi aprovada a lei segundo a qual a Vila Nova do Poti foi elevada à categoria de cidade recebendo o nome de Teresina.<sup>101</sup>

Por esta lei ficava instituído, também, que a nova cidade seria a sede do governo da Província e que todas as repartições públicas e a Assembleia Legislativa seriam transferidas de Oeiras para Teresina. Na figura abaixo, é possível identificar a localização exata atual da cidade de Teresina, construída no lugar pensado por Saraiva.

Imagem 2- Localização de Teresina no mapa do Piauí



Fonte: TERESINA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre.

Em suma, a partir de 1852 Teresina passou a ser o núcleo de maior importância política da província. Fora fundada já como cidade e capital em um local previamente pensado estrategicamente por Saraiva, para promover o desenvolvimento, o dinamismo e, principalmente, a integração do Piauí com as demais províncias. Enfim, a cidade foi criada em uma região considerada vantajosa na perspectiva de sua localização geográfica, onde funcionaria como importante centro regional.

## 1.2 Os primeiros anos da nova capital.

Teresina parece ter herdado de Saraiva a rebeldia de sua juventude. A revelia de outras cidades brasileiras mais antigas como Salvador e São Luís, o processo de formação da novíssima capital do Piauí contou com um planejamento prévio, desde a escolha estratégica

---

<sup>101</sup> CHAVES, 1998, p. 26.

de sua localização como também devido ao estabelecimento de uma planta que nortearia sua organização socioespacial. No que concerne a escolha de sua localização, como já havíamos visto anteriormente, Teresina nasceu predestinada a ser um centro comercial e de serviço. Era a esperança que se acendia para a paupérrima província do Piauí.

Espacialmente, Teresina surgia com a dupla função de ser o centro comercial mais importante da província e o ponto de integração que tornaria mais próxima a ligação entre as províncias do norte oriental e as do norte amazônico, sendo, até hoje, essa a vocação da cidade: comércio e serviços. Para Saraiva, nenhuma cidade à época detinha atributos para cumprir simultaneamente os dois objetivos, pois, se instalada a capital em Parnaíba, no extremo norte da província, isso provavelmente provocaria mais isolamento ao vasto hinterland. Foi preciso, então, reacender, a ideia de construção da vila do Poti, arrasada por enchentes em 1840, tornando-a um sítio mais salubre, medida que os potiensens relutaram em aceitar por uma década.<sup>102</sup>

É importante lembrar que Teresina é filha de seu tempo. Ela surgiu e se desenvolveu na segunda metade do século XIX quando os ideais de civilização, higienização e controle social se propagavam como pólvora de rastilho, a cidade passou também a exalar esses princípios, sobretudo quando observamos as suas ruas esquadrihadas e a determinação clara de locais específicos para vivos e mortos.

Nessa mesma época, no cenário europeu, a ascensão do capitalismo havia contribuído para o surgimento de uma medicina coletiva e, portanto, social onde os corpos, enquanto força de produção, passaram a ser o objeto principal do discurso e da prática médica. Em suma, a medicina passou a ser uma estratégia biopolítica de dominação dos corpos<sup>103</sup>. No mesmo sentido, sobretudo na França, mas também em outros países, as cidades tornaram-se palco privilegiado para a atuação da medicina social. A esse respeito, Foucault explica que o poder político da medicina consiste em esquadrihar a sociedade.

O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrihado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos.<sup>104</sup>

---

<sup>102</sup> SOUZA, 2004. p.28.

<sup>103</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. V.7. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.p. 80

<sup>104</sup> FOUCAULT, 1979, p. 89.

Essa política médica de esquadramento socioespacial irradiou seu *modus operandi* para além da Europa, fazendo-se notar também nos trópicos. A exemplo do Rio de Janeiro, com o surgimento de epidemias que assolavam as populações, principalmente aquelas estabelecidas em cortiços, fizeram com que a administração da corte aumentasse sua preocupação quanto à salubridade pública, atuando principalmente nos locais de moradia popular.

Uma epidemia de febre amarela, em 1850, e outra de cólera em 1855, elevaram bastante as taxas de mortalidade e colocaram na ordem do dia a questão de salubridade pública, em geral, e das condições higiênicas das habitações coletivas, em particular. Foi criada então a junta central de higiene, órgão do governo imperial encarregado de zelar pelas questões de saúde pública, e a câmara municipal da corte passou a discutir medidas destinadas a regulamentar a existência das habitações coletivas.<sup>105</sup>

Portanto, no contexto nacional, dois anos antes da inauguração de Teresina, é possível observar um cenário de preocupação pública com as questões sanitárias e de higiene. Essa preocupação certamente foi agigantada pela propagação das epidemias de febre amarela e cólera que podem ter influenciado até mesmo a forma de pensar a organização da nova capital da longínqua província do Piauí destinando, já na planta germinal, um espaço afastado para o enterro de corpos sem vida.

Antes disso, mesmo tendo sido inaugurada durante o governo de D. Pedro II, é provável também, que a formação estrutural de Teresina tenha recebido certa influência das normas urbanísticas da Era Pombalina<sup>106</sup>. A esse respeito, Souza explica que.

Ironicamente, foi com base nas normas urbanísticas da era pombalina, constantes da carta régia de 1761, as quais determinavam até a largura das ruas das pioneiras vilas piauienses, que se edificou Teresina, para ser a nova sede política administrativa da então província do Piauí, 30 anos após o Brasil se tornar independente de Portugal. Passando um século daquela revolução urbana nasceria Teresina, também por impulso oficial e, sintomaticamente, quando não havia mais índio em solo piauiense, tendo sido decisiva na sua fundação a participação de um jovem bacharel do recôncavo baiano, José Antônio Saraiva.<sup>107</sup>

<sup>105</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiço e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 29-30.

<sup>106</sup> Refere-se ao período compreendido entre 1750 a 1777 em que Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido pela historiografia como Marques de Pombal, atuou como primeiro ministro de estado de D José I e implementou reformas de caráter liberal em Portugal. Na colônia, no entanto, demonstrou uma política centralista e excessivamente fiscalista.

<sup>107</sup> SOUZA, 2004, p.20.

Além de ter sido parcialmente marcada pela concepção urbanística da era pombalina, Teresina recebeu grande influência lusa quanto à sua construção devido o emprego de portugueses em cargos de comando e extrema importância para a edificação da capital. A exemplo disso, a cidade foi construída no território que pertencia à Manoel Domingues Gonçalves Pereira. Seu nome já fornecia indícios de que se tratava de um português, este foi também o primeiro contratante das obras públicas da cidade<sup>108</sup>.

No entanto, o papel de destaque na construção da novíssima capital deve realmente ser imputado ao mestre-de-obras português João Isidoro da Silva França. Primeiramente, por ter sido, ao mesmo tempo, o autor da planta germinal e o responsável pelo alinhamento das ruas e construção dos primeiros edifícios. Em segundo lugar, Isidoro se destacou como um grande entusiasta que, ao lado de Saraiva, sendo seu braço direito, contribuiu imensamente para que o projeto se tornasse real.

Outro mestre de obras, também português, colaborou para dar forma urbana a Teresina. Trata-se de José dos Santos e Silva, que foi responsável pela construção de outros prédios pioneiros como o Mercado Velho e a majestosa Igreja São Benedito. Para além disso, “boa parte das famílias que instalaram fazendas de gado na região era de portugueses e os mais importantes comerciantes da nova cidade eram portugueses e seus descendentes, muitos vindos do Maranhão, assim como os funcionários do comércio e da incipiente burocracia”.<sup>109</sup> Em suma, de acordo com Souza, Teresina era uma cidade portuguesa planejada de forma ortogonal.

Teresina é, assim, uma cidade ‘portuguesa’, sob um novo padrão. Foi antes uma construção mental, uma vontade do Estado, implementada por seu maior representante na província, sendo previamente traçada com padrão ortogonal, mas sofrivelmente executada sob a estigma imperial, marca que durou apenas quatro décadas, até que a república, proclamada, varresse do mapa tudo quanto lembrasse do regime deposto.<sup>110</sup>

Até mesmo o nome dado, tratava-se de uma homenagem a coroa portuguesa. ‘Therezina’, forma como era grafada inicialmente o nome dessa capital, era um anagrama que se referia a Imperatriz Dona Teresa Cristina Maria de Bourbon, esposa do imperador D. Pedro II. Assim, rendendo homenagens, a ‘Therezina’ imperial nascia artificialmente na segunda metade do século XIX, momento em que o império brasileiro, aos poucos, começava a se

---

<sup>108</sup> SOUZA, 2004. p.20.

<sup>109</sup> SOUZA, 2004. p.20.

<sup>110</sup> SOUZA, 2004. p.21.

esfacelar. Mesmo assim, a construção da nova capital estava embebida por uma atmosfera nacional de empolgação e reformas urbanas.

Tanto a construção quanto a mudança da capital mostravam-se insinuantes para homens públicos da chamada era Mauá, plena de euforia e entusiasmo no meio governamental devido as grandes obras e realizações materiais. No início da metade do século XIX, *a crença no futuro do país, na sua transformação, baseada no desenvolvimento material que superava (acreditava-se) a ordem arcaica e estagnante do ruralismo colonial*, era a sensação dominante do Império, como frisou Sérgio Buarque de Holanda, na *História Geral da Civilização Brasileira*. Eram moda à época as grandes reformas urbanas, como a de Recife e de Belém, cujo presidente da Província, ao anunciar a necessidade de um plano de obras para a capital paraense, argumentava que *uma grande cidade se reconhece à primeira vista pelos seus monumentos, pelas suas obras, pela sua arquitetura*.<sup>111</sup>

Nesse contexto, Teresina foi imaginada por Saraiva como uma capital que obedeceria minimamente aos padrões de urbanidade da época, pois se não poderia ser majestosa devido aos poucos recursos, que fosse ao menos bem organizada e salubre. Por aquela época, meados do século XIX, salubridade referia-se a organização social e material capaz de propiciar saúde aos indivíduos. Enfim, “salubridade não é a mesma coisa de saúde, e sim o estado das coisas, do meio e de seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível.”<sup>112</sup>

Nortada por esse princípio da higiene pública, Teresina foi projetada geometricamente. A cidade já nasce obedecendo uma planta pensada em conjunto pelo presidente José Antônio Saraiva e o mestre de obras português João Isidoro França. O desenho do plano de Teresina foi assinalado tendo como ponto de destaque uma organização relativamente cartesiana<sup>113</sup> de suas ruas, praças e alamedas. Obedecia a um modelo que se assemelha a um tabuleiro de xadrez.

O seu tão famoso traçado em forma de tabuleiro de xadrez, que de certa forma, ainda hoje deslumbra escritores, jornalistas e historiadores ( e que traria ares modernistas à cidade, segundo o seu projetista, o português João Isidoro) era, sem dúvida, uma cópia do que se fazia desde a antiguidade e final da Idade Média quando já se projetavam as novas vilas e as reestruturações das cidades, corrigindo becos e desvios que possibilitassem motins urbanos<sup>114</sup>

<sup>111</sup> SOUZA, 2004. p.28-29.

<sup>112</sup> FOUCAULT, 1979.p. 93.

<sup>113</sup> Refere-se ao sistema de coordenadas cartesianas criado por René Descartes. O sistema é caracterizado por linhas retas que se cruzam. Em analogia podemos fazer a comparação entre esse sistema e a planta inicial da cidade de Teresina, pois suas linhas retas se cruzavam em pontos determinados.

<sup>114</sup> TAJRA, Marta Teresa. *A história do comércio de Teresina no desenvolvimento do Piauí*. 1 ed. Teresina: Zahle, 2014. p.55.

Apesar da polêmica quanto a primazia de Teresina em relação ao seu planejamento urbano, que muitos afirmam ter sido anterior as demais capitais brasileiras planejadas, o que nos salta aos olhos é o fato de que esse primeiro projeto da cidade, elaborado em 1851, já reservava um espaço afastado do perímetro urbano para que ali fosse construído o cemitério público. Decerto, essa decisão era informada pelo avanço das ideias médico-higienistas que determinavam a separação geográfica entre os vivos e os corpos dos mortos.

No cenário europeu, sobretudo em Paris, ainda em meados do século XVIII, os cemitérios despontavam como um dos pequenos pânicos que atravessavam a vida urbana naquele período. Esse lugar de amontoamento de corpos passou a representar uma ameaça a salubridade pois eram classificados como difusores de doenças e epidemias.<sup>115</sup>

Até então, era comum que os cadáveres das pessoas que não eram bastante ricas ou notáveis fossem amontoados nos cemitérios públicos, a exemplo do Cemitério dos Inocentes em Paris, onde “O amontoamento no interior do cemitério era tal que os cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e recaíam do lado de fora”.<sup>116</sup> Aos poucos, o surgimento da medicina social, a sua difusão e intervenção no urbano bem como a propagação dos ideais de salubridade e higiene promoveram modificações nesse cenário.

É assim que aparecem nas periferias das cidades, no final do século XVIII, um verdadeiro exército de mortos tão bem enfileirados quanto uma tropa que se passa em revista. Pois é preciso esquadrihar, analisar e reduzir esse perigo perpetuo que os mortos constituem. Eles vão, portanto, ser colocados no campo e em regimento, uns ao lado dos outros, nas grandes planícies que circundam as cidades.<sup>117</sup>

A medicina social que despontava naquela época apregoava a ideia de que o ar era facilmente contaminado pela matéria em decomposição. Devido a isso, os locais de contágio do ar deveriam ser devidamente controlados e afastados do urbano. Sobre isso, Foucault explica que

Era uma velha crença do século XIX que o ar tinha uma influência direta sobre o organismo, por veicular miasmas ou porque as qualidades do ar frio, quente, seco ou úmido em demasia se comunicavam ao organismo ou, finalmente, porque se pensava que o ar agia diretamente por ação mecânica, pressão direta sobre o corpo. O ar, então, era considerado um dos grandes fatores patógenos.<sup>118</sup>

---

<sup>115</sup> FOUCAULT, 1979, p.87.

<sup>116</sup> FOUCAULT, 1979, p.87.

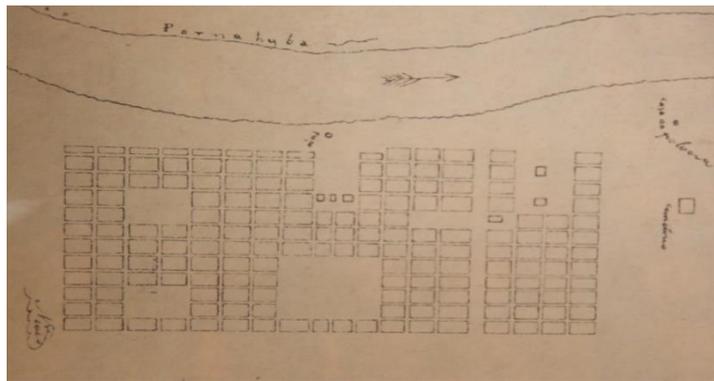
<sup>117</sup> FOUCAULT, 1979, p. 90.

<sup>118</sup> FOUCAULT, 1979, p. 90.

Enfim, a medicina social ao elaborar um discurso sobre o local adequado para depositar os corpos mortos, mantendo-os distante dos corpos vivos, acabou por cumprir o seu papel enquanto estratégia biopolítica para a efetivação do controle social pelo Estado moderno capitalista.

Em Teresina não foi diferente, o controle do Estado sobre os indivíduos se organizou previamente e perpassou até mesmo a elaboração de seu projeto germinal que, como havíamos dito anteriormente, determinava os lugares ocupados pelos corpos dos mortos. A fotografia abaixo, traz o desenho da planta inicial da cidade de Teresina. No lado direito, há um pequeno quadrado que representava o local onde se planejava construir o cemitério daquela cidade.

Imagem 3 - Miniatura do plano original de Teresina.



Fonte: Fundação Monsenhor Chaves, 1987.

Enfim, a planta encomendada é indiciária de que se trata de um projeto cuja concepção denota algum arrojo e preocupação com o ordenamento de seu crescimento. Para além disso, Saraiva e seu mestre de obras pensaram também em dotar a nova sede do poder piauiense de um espaço para acomodar as repartições públicas após a transferência da máquina administrativa e burocrática da antiga capital.

Ficou evidente, também, a reserva de um espaço destinado para a construção do cemitério, demarcado em um terreno afastado do perímetro urbano imaginado naquele período. A preocupação em construir o cemitério distante da população cidadina era inspirada pela concepção higienista que, insistia em afirmar a necessidade de que houvesse a separação física entre os vivos e mortos, uma vez que estes eram supostamente vetores de doenças mortais.

No limite, alguns estudos médicos e a legislação precedente daquele período eram concernentes aos perigos causados pela proximidade física e geográfica dos vivos com os mortos. Essa concepção reverberou na legislação das diversas províncias brasileiras, que a seu tempo, trataram de proibir os enterramentos em igrejas e criaram cemitérios extramuros.

Na ideia germinal da futura cidade, percebemos que aquele entendimento de algum modo contribuiu para a elaboração da planta que organizaria a Teresina dos primeiros anos. Enfim, com base nos indícios da imagem e no conhecimento da literatura sobre o tema, podemos aventar a hipótese de que na elaboração desse desenho que determinou o cemitério afastado da cidade, é indicativo de que seus criadores, no momento de planejar Teresina, deveriam estar informados pelos discursos médico e jurídico no que dizia respeito ao novo *modos operandi* das práticas funerárias de então.

Tendo o projeto em mãos, Saraiva e o tão evocado mestre João Isidoro França ainda teriam pela frente o enorme desafio de torná-lo real. Assim, a historiografia piauiense que versa sobre o nascimento de Teresina é quase unânime em afirmar que a nova capital apesar de planejada fora construída apressadamente. Isso acabou por ocasionar problemas e entraves de ordem econômica e estrutural durante todo o processo de edificação de seus primeiros prédios.

A despeito disso, Monsenhor Chaves destaca a precariedade e o imprevisto que marcaram as obras na Vila Nova do Poti em seus primeiros anos:

O emprego de trabalho escravo e de material improvisado nas construções e a falta de uma assistência técnica apropriada imprimiram-lhes um não sei que de precariedade de que se ressentiam todas elas ao completar a cidade os seus dez primeiros anos de existência.<sup>119</sup>

O trecho acima permite compreender acerca de parte das dificuldades existentes no momento da realização das primeiras obras públicas em Teresina. Não havia um aparato técnico suficiente para prover as construções. Além do mais, afirmava Chaves, o material utilizado nestas edificações era de má qualidade e a mão de obra, em sua maioria, desqualificada.

De fato, a falta de material e de trabalhadores capacitados eram as queixas mais recorrentes reportadas pelo mestre Isidoro França à Saraiva. Em uma de suas correspondências endereçadas ao presidente da província, Isidoro informa que até mesmo a cal utilizado para assentar a pedra fundamental da cidade foi emprestada, não tendo

---

<sup>119</sup> CHAVES, 1998. p. 28.

explicitado quem havia concedido tal empréstimo.<sup>120</sup> Em suma, fazendo uso das palavras de Monsenhor Chaves, “Teresina apesar de ter sido construída para ser capital da província do Piauí, cresceu com todos os defeitos inerentes a um desenvolvimento prematuro e apressado”.<sup>121</sup>

Tal precipitação se devia, em partes, pelo fato de que os piauienses mudancistas<sup>122</sup> capitaneados por Saraiva almejavam ansiosamente o progresso do Piauí. Este desenvolvimento, em tese, seria alavancado pela urbanização e civilização de Teresina. A nova cidade funcionaria como uma espécie de vitrine que apresentaria ao Brasil a capacidade desenvolvimentista da tão esquecida província. Isso explica a efervescência rítmica que permeou os primeiros anos de construção da nova capital, conhecida por aquela época, como Nova Vila do Poti.

A cidade era inventada simbolicamente ao tempo em que era construída sua estrutura física e material. Sobre a invenção de Teresina, Paulo Gutemberg explica que:

Pouco tempo separou as providências político administrativas e as rápidas e incipientes ações de planejamento urbano-escolha do local e rascunho de uma planta -do trabalho ingente de fabricação e edificação da vila que logo se tornaria cidade e capital. Houve mesmo uma simultaneidade entre a sua construção simbólica e os esforços para a sua construção física, posto que, enquanto os chamados escravos e escravas do fisco desmatavam e abriam as picadas e clareiras, faziam a medição das quadras em ângulos retos, rasgavam as primeiras ruas, amassavam o barro e davam forma aos tijolos, cortavam as madeiras e assentavam os alicerces dos primeiros prédios, ecoava o discurso cujo eixo consistia em despertar e estimular a percepção de uma nova etapa de progresso material para a província do Piauí.<sup>123</sup>

Construir uma nova capital do zero, sem que antes houvesse tijolo algum no local da construção era uma aventura que exigia disposição e improviso. No entanto, todo intento que se deseja grandioso precisa de um primeiro passo. Necessita, por certo, de um marco inicial que nortearia o projeto como um todo.

A obra eleita para dar início a criação da nova capital do Piauí, rasgando a mata verde pintada de amarelo pelos pés de cajá e pondo ali um pouco de concreto, elemento concebido como fulcral para que haja urbanização, foi a igreja matriz do Amparo. Teresina tem início

<sup>120</sup> NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. Rio de Janeiro: editora Artenova S.A., 2º ed., 1975. p.100.

<sup>121</sup> CHAVES, 1998, p. 27.

<sup>122</sup> “Mudancistas” ou “progressistas” são os termos utilizado por Marta Teresa Tajra para nomear os piauienses que habitavam o norte do Piauí e desejavam a mudança da capital. A autora utiliza também o termo “ruralista” para designar os piauienses do sul do estado, estes em sua maioria desejavam a manutenção da capital em Oeiras. TAJRA, 2014. p.41.

<sup>123</sup> SOUZA, 2004. p. 29-30.

com uma obra de fé. A escolha da igreja para ser o edifício fundamental da cidade é um forte indício da grande religiosidade que caracterizava a sociedade piauiense daquele período. A população piauiense era constituída, em sua maioria, por cristãos católicos, esses portanto, necessitavam de um lugar em que pudessem praticar seu culto religioso.

Assim, ainda em novembro de 1850, período que normalmente antecede o inverno no Piauí, Saraiva autorizou o mestre Isidoro França a dar início a obra de construção da igreja Matriz do Amparo no local que já havia sido designado para erigir a nova vila. A igreja, segundo as determinações de Saraiva, deveria comportar de oitocentas a mil pessoas e não poderia dispor de espaço algum que fosse destinado para o enterro de cadáveres.<sup>124</sup>

Aqui é possível asseverar, mais uma vez, que a cidade de Teresina e a sua primeira construção já nasce enquadrada nas novas prescrições sanitárias que separavam definitivamente o espaço dos vivos e o espaço dos mortos. A igreja não poderia mais ser, como antigamente, um sítio que possuía dupla utilidade: local de culto religioso e território para a realização de enterros.

Assim, após ter recebido as determinações de Saraiva, João Isidoro chega ao local destinado a construção da Vila Nova do Poti no dia 6 de dezembro de 1850 estando acompanhando de aproximadamente 36 trabalhadores que recebiam salário desde o mês anterior.<sup>125</sup>

No dia seguinte, a primeira iniciativa adotada por Isidoro e seus homens teria sido o levantamento de galpões rusticamente improvisados, cobertos de palmas de pindoba que serviriam tanto para abrigo aos trabalhadores como eram destinados, também, ao armazenamento do material necessário para a execução das obras. Abaixo, em carta endereçada à Saraiva, Isidoro explica detalhadamente quais foram suas primeiras ações ao chegar no território onde seria construída a Nova Vila.

Fiz uma casa grande para me arranchar, duas mais por trás dela, uma para quartel dos soldados, e outra para rancho de todos os escravos, um curral para meter os bois, um grande rancho ao lado da igreja para recolher a cal e fazer o amassador, e mesmo para recolher se a gente quando chover tudo isso debaixo da minha vista.<sup>126</sup>

Pela leitura do fragmento acima é possível perceber que Isidoro reportava com certo detalhismo todas as medidas tomadas para a edificação da nova capital em suas correspondências endereçadas ao presidente Saraiva. Assim a primeira medida adotada pelo

---

<sup>124</sup> NUNES, 1975, p.99.

<sup>125</sup> NUNES, 1975, p.99.

<sup>126</sup> MESTRE ISIDORO FRANÇA, Doc. de 07/01/1851 Apud NUNES, 1975, p.100.

mestre de obras foi a construção de galpões para abrigo das pessoas e materiais. Um era destinado aos soldados, outro aos escravos e um terceiro servia de armazém e abrigo emergencial.

Isidoro teve o cuidado de informar que tudo foi construído de forma que ele pudesse fiscalizar, ou seja, “tudo estava debaixo de sua própria vista”, nada poderia lhe escapar do controle. Saraiva parece não ter errado quando confiou ao mestre de obras português o distinto desafio de construir a nova capital que, naquele momento já representava o tão aguardado progresso do Piauí.

Talvez por reconhecer o tamanho de sua responsabilidade, Isidoro preocupava-se em narrar a maior quantidade possível de acontecimentos ao passo em que demonstrava o seu comprometimento com o projeto mudancista reportando que “fique V. Exa. certo que darei todos os esforços de minha obrigação para o adiantamento da mesma obra e não levarei a efeito o que desse só se por falta de recursos”<sup>127</sup>.

Sobre a correspondência existente entre Isidoro e Saraiva, Odilon Nunes destaca a grande quantidade de cartas que, por vezes narrava até mesmo acontecimentos cotidianos da nova cidade como pequenas brigas com escravos e assuntos policiais que Nunes, enquanto historiador de seu tempo, classificou como “assuntos, às vezes sem importância”<sup>128</sup>

Após o envio de algumas cartas e tendo passado menos de um mês da chegada de Isidoro e seus homens no local de construção da nova vila, ainda no natal de 1850, foi realizada uma missa para comemorar o assentamento da pedra fundamental da igreja Matriz, marco inaugural da nova cidade.

Segundo Isidoro, em mais uma de suas cartas dirigidas ao presidente Saraiva, a missa teve início às 11 horas da manhã e foi realizada em seu rancho, provavelmente pela falta de cobertura adequada capaz de abrigar as pessoas que participaram da solenidade. Esta teria sido assistida por autoridades, senhoras distintas, soldados e multidões de povos.

Tenho a grande honra e satisfação de levar ao conhecimento de V. exa. que no dia 25 do corrente teve lugar a primeira pedra no alicerce da porta do evangelho da nova matriz com as solenidades seguintes: ao depois de uma missa do senhor vigário dita no meu rancho pelas 11 horas da manhã, acompanhado de todas as autoridades da vila e mais membros da comissão e as senhoras das principais famílias todas bem ornadas de joias e bons vestidos e mais os principais cidadãos da Vila .<sup>129</sup>

<sup>127</sup> MESTRE ISIDORO FRANÇA, Doc. de 07/01/1851 Apud NUNES, 1975, p.100.

<sup>128</sup> NUNES, 1975. p.102.

<sup>129</sup> MESTRE ISIDORO FRANÇA, Doc. de 26/12/1850 Apud NUNES, 1975. p. 101.

Após a missa, todas essas pessoas, demonstrando grande ânimo e entusiasmo se dirigiram para o sítio onde seria erguida a nova matriz. Neste local já se encontrava uma tropa formada pois ali aconteceria, de fato, a cerimônia de inauguração da pedra fundamental. João Isidoro narra como transcorreu a solenidade

Metendo o senhor juiz de direito na pedra solene duas moedas, uma de prata e a outra de cobre com o cunho do império e ao depois de encerrado essa relíquia dentro da mesma pedra , se deitou dentro do alicerce, o dito Sr. Dr. Juiz de Direito deu Vivas a sua Majestade Imperial o senhor D. Pedro Segundo e a S. Imperial Família , e a constituição do império e ao Exmo. Senhor Presidente da província, como fundador e protetor da nova Vila, e como também a todos os potiensens o que toda a brilhante companhia com grande entusiasmo, a ao depois disso deram-se três descargas a tropa de alegria.<sup>130</sup>

Assim, Saraiva foi louvado como o fundador e protetor da nova vila, o que de fato era, não poderia ser concebido de outra forma. Ainda segundo Isidoro, houve o disparo de fogos que findaram as solenidades oficiais, no entanto, a maioria das pessoas apenas se retiraram do local por volta das quatro e meia da tarde dando por encerrado o dia de divertimentos.

A pedra fundamental era apenas um marco inicial, um pequeno pedaço de muito que ainda teria que ser construído. Haveria ainda muito trabalho para Isidoro e seus homens. Em julho de 1852, Saraiva informava que a capela mor e a sacristia da igreja estavam prontas, faltando ainda a cobertura de telha. Segundo ele, a obra estava sólida, segura e apresentava-se como uma das melhores obras da província.<sup>131</sup>

Em 2 de dezembro de 1852, a igreja matriz do Amparo foi efetivamente inaugurada tendo recebido no mesmo dia a benção solene. Nessa ocasião, a imagem de Nossa Senhora do Amparo, padroeira da antiga Vila do Poti, foi deslocada para a nova capital ainda em construção. Clodoaldo Freitas nos informa sobre a solenidade que inaugurou a nova igreja ao tempo em que transferia a sede da antiga freguesia para Teresina.

Esta igreja recebeu a benção solene no dia 2 de dezembro de 1852, logo que ficou concluída a capela, sendo, no mesmo dia transladada, em procissão solene, do Poti, a imagem de N. S do Amparo, padroeira da cidade e orago da Freguesia. Foi oficialmente o vigário da freguesia, padre Mamede Antônio de Lima. Pela lei nº 334 de 8 de julho de 1853, foi decretada a transferência da sede da freguesia para Teresina.<sup>132</sup>

---

<sup>130</sup> MESTRE ISIDORO FRANÇA, Doc.de 26/12/ 1850 Apud NUNES, 1975. p. 101-102.

<sup>131</sup> FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988. p.22.

<sup>132</sup> FREITAS, 1988. p.31.

A padroeira de Teresina continuou sendo a mesma da Vila do Poti, Nossa Senhora do Amparo.<sup>133</sup> A imagem da santa foi trazida da igreja do Poti para a igreja de Teresina em uma caminhada solene. Provavelmente, a procissão que trazia à nova capital a imagem de Nossa Senhora do Amparo foi um evento que mobilizou os moradores do que antes era a Vila Velha do Poti. Durante o círio, o povo poticense demonstrava a sua fé ao tempo em que consolidava, talvez de forma inconsciente, a transferência da capital para as margens do Parnaíba. Muitos daqueles que acompanhavam a procissão estariam dando passos rumo ao novo, à esperança de uma vida melhor, outros, talvez, apenas seguiam a santa de sua devoção.

No entanto, apesar da grande comoção e simbolismo da solenidade, a igreja matriz do Amparo, como a maioria das construções públicas de Teresina, foi inaugurada sem que estivesse totalmente concluída, tendo prontas apenas a capela mor.<sup>134</sup> Segundo Chaves, ainda demoraria muito para que a obra fosse dada como completamente terminada.

Apesar do ingente esforço dos presidentes da província, não estava terminada em 62 e a construção já feita muito deixava a desejar. É um edifício cuja identificação hoje, decorrido cem anos, não oferece a menor dificuldade. A igreja do Amparo, com algumas modificações imprimidas no decorrer do tempo, é hoje a mesma da pedra fundamental de 1850, no mesmo local da fundação.<sup>135</sup>

A igreja permanece onde começara a ser construída, desde o ano de 1850. No entanto, foram muitas as queixas tecidas a respeito da obra nos relatórios dos presidentes da província. A exemplo, no ano de 1857, o então presidente da província Dr. João José de Oliveira Junqueira relatou o seguinte sobre a matriz do Amparo:

De feito, bastará uma simples inspeção ocular para conhecer-se que a obra da matriz desta capital apartou-se de toda ordem arquitetural, e que, compostas de partes heterogenias entre si, tem um aspecto pouco elegante, além de conter imensos defeitos na disposição interior.<sup>136</sup>

De acordo com o que foi relatado pelo então presidente, a obra da matriz não seguiu a risca o seu plano original. Parecia visível o fato de ter sido construída em diferentes etapas o que acabou por ocasionar uma falta de homogeneidade em seu interior. A igreja não possuía a uniformidade necessária para que fosse elegante.

---

<sup>133</sup> Nossa Senhora do Amparo continua sendo a padroeira de Teresina até os dias de hoje (2018).

<sup>134</sup> CHAVES, 1998. p. 26.

<sup>135</sup> CHAVES, 1998. p. 28.

<sup>136</sup> JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA JUNQUEIRA, 1857, Apud FREITAS, 1988. p.24.

Devido a essas constatações, Dr. Junqueira chegou a conclusão de que, o melhor seria finalizar a obra da maneira mais apressada e menos dispendiosa, afim de poupar recursos para a construção de uma outra matriz no futuro. Isso, segundo ele, era apenas um projeto futuro que deveria esperar para um momento em que a província estivesse passando por uma fase de maior prosperidade econômica.

Assim, quando observamos a história da construção da matriz do Amparo, é possível notar que os termos “quase concluídos” ou “no pé de acabado” aparecem repetidas vezes nos relatórios dos presidentes da província, demonstrando que a obra se arrastou por décadas.

Mais tarde veremos que isso não aconteceu de modo diferente com as demais obras públicas realizadas nos primeiros anos da capital. Como exemplo, o Cemitério São José também demorou décadas para ser decretado como uma obra totalmente concluída. Para ilustrar o que foi dito, no ano de 1859, o presidente Dr. Antônio Correia Couto reafirma as falhas na construção da igreja matriz da capital e elenca os motivos pelos quais, segundo ele, ela nunca poderá ser um edifício completo.

A matriz desta capital, iniciada a 8 ou 9 anos e, com a qual se há despendido, uma cifra de 50: 000\$00, jamais poderá ser um edifício completo, em vista da má escolha do terreno, pela frouxidão, que a esta é natural da falta de plano, não só pela boa disposição dos cômodos, como para o mecanismo do seu material, que, sobretudo, deveria concorrer, desde a primeira base; defeito que só se pode atribuir a falta de pessoas aptas em conjunturas do princípio de uma criação tal, como a da cidade; entretanto, partindo da época de seu fundador, o senhor conselheiro Saraiva, até hoje, todos, tem se ocupado atentamente desse objeto e no correr da obra trata-se de ultimá-la, de modo que, quando não seja com a elegância desejável, se preste ao que de indispensável se faz ao culto divino.<sup>137</sup>

O Presidente Dr. Antônio Correia Couto entendeu que a falta de mão de obra qualificada foi um dos principais motivos para os defeitos na obra de construção da matriz que nunca poderá ser um “edifício completo”, majestoso. Assevera ainda que todos os presidentes, desde o fundador da capital, buscaram terminar a obra da igreja, embora sem êxito, pois naquela época, ela ainda precisava de reparos para que pudesse oferecer aos fiéis o mínimo necessário para a realização do culto.

Por fim, apesar das diversas críticas tecidas pelos presidentes da província e engenheiros que diziam ser impossível que a igreja do Amparo fosse minimamente elegante, hoje é consenso entre os visitantes sobre a beleza e história da primeira e única matriz até o presente momento. Abaixo foto da igreja do Amparo.

---

<sup>137</sup> ANTONIO CORREIA DO COUTO, 1859, Apud FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988. P. 25-26.

Foto 2 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão, 2018.

Foto 3 - Imagem de Nossa Senhora do Amparo, interior da igreja matriz de Nossa Senhora do Amparo. Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão, 2018.

Constatamos, no entanto, que nem só de cal, barro, pedra e edifícios se constrói uma cidade, muito menos uma capital. Ela é feita de habitantes. Em vista disso, cabe perguntar sobre quem viria morar na recém-nascida capital? Quem se disporia a construir casa, comércio e porque não dizer uma nova vida em um lugar que ainda se desenhava fragilmente, um sítio que não dava certezas e nem ainda o conforto que se espera de uma boa capital?

Apesar dos inúmeros inconvenientes que poderiam ser apresentadas por uma cidade em construção, a procura de terrenos em Teresina foi tão numerosa que Saraiva precisou tomar precauções para barrar a aquisição de terras apenas para propósitos especulativos.<sup>138</sup> Havia mesmo uma euforia inaugurada pelo nascimento da nova capital.

Esse entusiasmo, do qual Saraiva e Isidoro foram protagonistas, acabou por atrair para Teresina pessoas de todas as províncias e de localidades vizinhas esperançosas de encontrar novas oportunidades na recém-nascida capital.

---

<sup>138</sup> NUNES, 1975. p.103.

Todos que vieram para Teresina sonhavam com a ideia de vencer na vida, seja abrindo um boteco, uma quitanda, uma loja ou uma mercearia na nova capital, que se tornou a grande novidade da época. A notícia da inauguração correu rápida como pólvora de rastilho. Veio gente de tudo quanto foi parte da província e mais ainda – do Maranhão, Ceará e até Rio Grande do Norte. Mas a grande maioria veio mesmo do Maranhão. Todos queriam aproveitar o *boom* na nova capital. O crescimento comercial acompanhou e incentivou o crescimento da cidade.<sup>139</sup>

Já nos últimos dias de abril de 1851, vinte e um proprietários teriam dado início a construção de casas residenciais na região onde estava sendo construída Teresina. Dentre esses primeiros moradores, destacava-se a iniciativa de Manoel Domingues que por essa época já colocava em curso a construção de quatro edificações.<sup>140</sup>

Isso levou Odilon Nunes a afirmar que “Apesar dos evidentes esforços de Saraiva, a ação particular excedia de muito a ação oficial”<sup>141</sup>. Dessa forma, Nunes evidenciava o grande interesse da comunidade para a efetivação de Teresina inclusive investindo recursos próprios na construção de casas e comércios na nova cidade.

Provavelmente, os habitantes da mencionada Vila Velha do Poti foram os primeiros a se transferirem para a Vila Nova do Poti que, por essa época, já havia recebido o nome de “Therezina”. A pressa pela transferência se explica pelo fato de que há muito tempo a Vila Velha era abatida por inundações causadas pelas cheias do rio Poti. Isso certamente contribuiu para que os potenses efetivassem rapidamente a mudança. Sobre isso, Tajra explica que.

Esse recomeço deu novo fôlego para os habitantes do Poti Velho, que calejados com as cheias do rio e encantados com a promessa-agora cumprida-da fundação da nova capital, foram provavelmente os primeiros que se transferiram. E mesmo que a história não tenha deixado seus nomes gravados, é a esses pequenos comerciantes de miudezas e de utilidades domésticas que a nova cidade, já batizada de Therezina - um anagrama de Teresa Cristina, a segunda imperatriz do Brasil, deve suas primeiras casas comerciais. Logo que passou o efeito novidade e a poeira assentou, a maioria mudou de ramo, substituindo seus pequenos comércios por serviços. Proliferaram então os marceneiros, sapateiros, floristas, doceiros... para darem prosseguimento ao setor comercial os comerciantes maiores. Aqueles lá de Caxias.<sup>142</sup>

Além de serem os primeiros moradores de Teresina, os potenses foram também os primeiros comerciantes da nova capital. Comercializavam miudezas, utilidades domésticas as vezes produzidas por eles mesmos. Com o passar dos anos e da euforia inicial,

---

<sup>139</sup> TAJRA, 2014. p.53.

<sup>140</sup> NUNES, 1975. p.103.

<sup>141</sup> NUNES, 1975. p.103.

<sup>142</sup> TAJRA, 2014. p.53.

provavelmente, esses moradores trocaram o comércio pelo setor de serviços afim de atender a demanda da crescente população da nova capital e obter com isso seu próprio sustento.

Em seguida, começaram a chegar em Teresina os comerciantes de maior porte, muitos oriundos de Caxias, cidade maranhense próxima da nova capital do Piauí. A esse respeito, Marta Teresa Tajra destaca algumas famílias que protagonizaram o processo de ocupação e principalmente o desenvolvimento comercial de grande porte da nova capital. Assim, os Gonçalves Portelada, a família Cruz e Santos (proprietárias da Fazenda Espírito Santo, na Vila do Poti), João Maria Broxado com a sua casa Broxado em 1890; Antônio Alves de Noronha e seu genro Marcelino José Couto que chegaram em 1860, esses últimos, portugueses, residentes em Caxias teriam sido os protagonistas da ocupação de Teresina. Em suma, para Tajra, “sua presença em pontos chaves foi fator determinante para a ocupação e desenvolvimento da nova capital inaugurada a poucas léguas de Caxias, onde residiam”<sup>143</sup>

Em 1860, oito anos após a fundação de Teresina, essas famílias já estavam estabelecidas na cidade com seus comércios e empórios comerciais. Muitos deles eram homens de negócio oriundos de Caxias desejosos por expandir seu capital. Devido a proximidade entre as duas cidades, Teresina e a antiga Aldeias Altas, atual Caxias, não seria necessário que fechassem seus estabelecimentos devidamente estruturados no Maranhão. Assim, se por um lado, o nascimento da nova capital dinamizou a economia piauiense, por outro lado, a novíssima cidade serviu também como um local para a expansão do capital maranhenses. Em suma, funcionaria como ponto de apoio para os empreendimentos, principalmente, dos caxiense.<sup>144</sup> Para Tajra

Esses homens tiveram papel fundamental na formação da novíssima capital- e no imaginário popular- pela sua ambição, investimento e credibilidade junto à Saraiva e aos próximos presidentes da província piauiense. Sem eles, o destino da nossa cidade não teria se cumprido com comércio e serviços.”<sup>145</sup>

De fato, os esforços desses comerciantes somados ao interesse público capitaneado por Saraiva, fizeram com que Teresina cumprisse a função para qual havia sido planejada, ou seja, centro de comércio e serviço. Por outro lado, mais do que investir e construir comércios na nova capital, esses empreendedores contribuíram para a formação da cidade a medida em que

<sup>143</sup> TAJRA,2014. p.44.

<sup>144</sup> Marta Teresa Tajra em seu livro a história do comercio de Teresina no desenvolvimento do Piauí defende a tese de que Teresina teria nascido com fins puramente comerciais através de um pacto selado entre Saraiva e comerciantes de grande porte que desejavam expandir seu capital. Assim, a autora defende que o nascimento de Teresina beneficiaria os interesses comerciais maranhenses ao tempo em que a nova capital e o estado do Piauí também se beneficiariam com os investimentos da então província vizinha e com a dinamização de seu próprio comércio. TAJRA,2014. p. 48.

<sup>145</sup> TAJRA,2014. p. 44.

habitaram essas terras mesopotâmicas e atraíram para cá tantas outras famílias dispostas a trabalhar e igualmente viver na nova capital do Piauí.

Alguns cresceram junto com a cidade e no leito de morte decidiram ter seus restos mortais depositados nessas terras. Mais tarde veremos que muitas dessas famílias edificaram mausoléus no Cemitério São José.

Assim, em meados da década de 1860, Teresina ainda era uma cidade provinciana desprovida de luz elétrica, essa espécie de modernidade só chegaria à capital sertaneja a partir de 1882.<sup>146</sup> Antes disso, os teresinenses conviviam com os infortúnios de morar em uma pequena cidade encravada no “meio do mato”.

Nos anos sessenta do século XIX, a área da cidade abrangia um pouco mais de um quilômetro de extensão e as ruas, quase todas, eram becos sem saída, bloqueadas pelas cercas das quintas dos grandes proprietários. A cidade era uma pequena área rodeada de mata por todos os lados e literalmente cercada por cercas de particulares. Desse modo, tatus, raposas, arraras e outros bichos mais pestilentos conjugavam os primeiros traçados de ruas com os primeiros habitantes de Teresina até o começo do século XX, quando as coisas começaram a mudar.<sup>147</sup>

Pelo que foi exposto, a empolgação dos primeiros anos ainda convivia com muitas dificuldades. O progresso e a urbanidade caminhavam a passos lentos, a relatada convivência entre os moradores de Teresina e animais selvagens eram prova disso. As obras públicas demoravam a se concretizar e, da mesma forma que quase sempre acontece, o Estado não atendia aos anseios da população. Em suma, “Teresina seguira o próprio caminho a duras penas, ansiosa pelo progresso, civilidade e urbanidade que nunca chegavam”.<sup>148</sup>

Essa civilidade realmente foi chegando a passos lentos, a exemplo, o primeiro mercado central demorou longos 31 anos para ser concluído. As obras tiveram início em 1854, período em que também se construía o cemitério da capital, e findaram, ainda que incompletamente, apenas em 1885. Em meados da primeira década do século XX, o mercado central ainda era o maior centro comercial da cidade. Com o passar do tempo, e devido a construção de novos centros comerciais, o prédio recebeu, carinhosamente, a alcunha de Mercado Velho. Apesar do nome, o velho mercado ainda resiste em plena atividade.

A propósito, Tajra, ao caracterizar o comércio na Teresina oitocentista, lança luz também sobre o funcionamento da administração pública e localização dos primeiros prédios.

---

<sup>146</sup> TAJRA, 2014. p. 57.

<sup>147</sup> TAJRA, 2014. p. 55.

<sup>148</sup> SOUZA, 2004. p.30.

Nesse tempo as lojas vendiam de tudo um pouco, da agulha ao carvão, do querosene ao chapéu, do sabonete ao queijo flamengo, algumas vendiam tecidos grosseiros e tinham mais aspectos de bazares do que de lojas. A maioria delas se concentrava, como não poderia deixar de ser, à beira-rio, ou seja, nas imediações do Parnaíba. Era ali que tudo era financeiramente resolvido: comprava-se, vendia-se, trocava-se, e ainda se articulavam os destinos da cidade, pois ali também ao redor do Largo da Constituição (antes Largo do Amparo e hoje, praça Marechal Deodoro) - Foram construídos os primeiros prédios públicos da cidade, inclusive o palácio do Governo (hoje museu do Piauí em cima e comércio de pássaros em baixo).<sup>149</sup>

Esse cenário composto por ruas esquadrihadas, prédios administrativos, igrejas, praças e principalmente, apinhado de existências já findadas, foi escolhido como ideal para ferrejar as sensibilidades estabelecidas diante da morte. Tais sensibilidades foram alteradas pela institucionalização dos cemitérios públicos no Brasil e no mundo. Em Teresina, o nascimento do Cemitério São José é fulcral para ensejar transformações nas sensibilidades fúnebres dos teresinenses.

### **1.3 “Obra Pública de máxima urgência”: a construção do cemitério de Teresina.**

A história do Cemitério São José, a mais antiga necrópole pública de Teresina, se entrelaça aos fios e à trama da história da nova capital. Tendo sido elencada pelo presidente Saraiva como obra de primeira necessidade, o cemitério público que hoje recebe o nome de São José foi planejado para ser construído desde os primórdios de Teresina estando presente, como já comentamos anteriormente, em sua planta germinal.

A partir de sua construção os sepultamentos em Teresina seriam regularizados e assistidos pelo poder municipal. O cemitério seria o local para depositar tanto os corpos dos teresinenses como também de outras pessoas que habitavam nas proximidades de Teresina.

A esse respeito, encontramos no regulamento de nº 29, o estabelecimento das providências sobre o primeiro cemitério de Teresina. Publicada no dia 27 de novembro de 1855, a norma nos informa que desde 1852 havia uma resolução ordenando a realização desta obra pública. Abaixo a transcrição de fragmento do artigo 1º do referido regulamento.

Art. 1º O Cemitério Público desta capital mandado construir pela resolução provincial nº 315 de 20 de julho de 1852 é destinado à sepultura dos

---

<sup>149</sup> TAJRA, 2014. p.54.

cadáveres das pessoas da freguesia da cidade Teresina, e das distâncias que possam ser comodamente conduzidas, e a todos que a ele ocorrem.<sup>150</sup>

O artigo acima evidencia o fato de o cemitério de Teresina já ter sido mandado construir desde 1852, ou seja, no mesmo ano da fundação desta capital. Com isso, podemos afirmar que a história da construção do cemitério coincide com a história da própria edificação da cidade de Teresina. Ambos têm o ano de 1852 como o “pontapé” inicial para a execução de suas obras.

O advogado e escritor piauiense Clodoaldo Freitas, em publicação no jornal *Diário do Piauí* de 22 de julho de 1911, nos conta a história do cemitério de Teresina. Nessa edição, Freitas escreve que “As obras do cemitério público de Teresina, arrematadas pelo major Liberato Lopes e Silva, tiveram começo ao mudar-se a capital, ainda na administração do Dr. Saraiva, em virtude do § 3 do artigo. 4º da lei n 315 de 27 de julho de 1852.”<sup>151</sup>

O fragmento acima corrobora com a tese de que obras de construção do cemitério tiveram início logo após a transferência da capital. Freitas também faz referência a lei nº 315 de 27 de junho de 1852, segundo a qual o cemitério teria sido mandado construir naquele ano, ainda sob a administração do Dr. Saraiva. Esta mesma lei é mencionada no artigo 1º do regulamento de nº 29 de 1855, que foi citado acima.

Vale ressaltar ainda que a construção do cemitério foi organizada de acordo com o sistema de arrematação tal como aconteceu com boa parte dos edifícios construídos nesse período. Segundo Clodoaldo, o arrematante da obra foi o citado Liberato Lopes e Silva. No entanto, a construção do cemitério esteve no centro de uma contenda que envolveu o diretor das obras públicas da capital e o arrematante dela. Se por um lado este alegava ter gasto um valor superior ao estipulado para a realização da construção, do outro lado, o diretor de infraestrutura de Teresina declarava que havia o superfaturamento estabelecido no contrato da obra.<sup>152</sup> O fim da contenda se deu com a indenização do arrematante, ou seja, o senhor Liberato Lopes da Silva. A respeito disso, Clodoaldo Freitas narra o seguinte.

A Lei nº 492, de 10 de setembro de 1859, mandou indenizar o contratante das obras do cemitério, major Liberato Lopes da Silva, a quantia de 138\$00reis, de prejuízo que teve na obra, não podendo mais reclamar indenização alguma por semelhante obra: já tendo a lei nº359, de 14 de

<sup>150</sup>PIAUI. Resolução n. 29, de 27 de novembro de 1855. Dispõe sobre as regras internas do cemitério de Teresina. *Código das leis piauienses de 1855*. Teresina, 1855. Tomo 11, parte 2. Seção 2.

<sup>151</sup> FREITAS. Clodoaldo. História de Teresina. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 116, 22 jul. 1911, p. 1.

<sup>152</sup> CARVALHO, Genimar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes: cativos da Nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1853)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2013. p. 72.

setembro de 1853, mandado indenizar-lhe, pelo mesmo serviço 500\$00 reis.<sup>153</sup>

Ainda segundo Clodoaldo Freitas, o cemitério de Teresina foi concluído em 1859. O autor de *História de Teresina* nos informa que: “Em 1859 o Cemitério estava concluído e o presidente Junqueira mandou fazer nele uma capela, que ele considerou muito elegante e custou 2.853\$040 réis e um jardim, que ficou a cargo do administrador do cemitério”.<sup>154</sup>

Portanto, com Clodoaldo Freitas encontramos informações precisas de que o cemitério foi concluído em 1859, ou seja, sete anos após inauguração da capital. De forma controversa, o historiador Monsenhor Chaves entende que o primeiro cemitério de Teresina só foi concluído, de fato, bem mais tarde, em 1862. Sobre o cemitério desta capital, dedica o pequeno parágrafo que segue abaixo:

Do cemitério, já em junho de 1854, dizia o presidente Dr. Antônio Francisco Pereira de Vasconcelos: “Estará concluído até meados do corrente mês, tendo sido feito com toda elegância e solidez”. De fato, só estará terminado em 62, com a capela ainda sem altar. É o nosso Cemitério Velho, no mesmo local, do tempo de fundação até hoje.<sup>155</sup>

No fragmento acima, Chaves transcreve a afirmação do presidente Antônio Francisco Pereira Vasconcelos. Segundo este, o cemitério estaria concluído em julho de 1854. O presidente afirma ainda que seria erigido “com toda elegância e solidez”. No entanto, o autor contrapõe o presidente e afirma que o Campo Santo de Teresina só estaria concluído em 1862, oito anos após a data prevista pelo presidente Pereira Vasconcelos.

Ressaltamos aqui a forma como Chaves se refere ao cemitério da capital: “é o nosso cemitério velho”. Com isso, ele afirma a antiguidade daquele campo santo, uma das primeiras obras autorizadas a se construir na nossa capital. Chaves afirma ainda que o cemitério permanece até hoje no mesmo lugar de sua fundação. De fato, esse local a que Chaves refere-se é o atual Cemitério São José.

Ainda não é possível afirmar com clareza o porquê da afirmação de Monsenhor Chaves, quando este diz que o Cemitério Velho só foi concluído, de fato, em 1862. No entanto, é consenso que as primeiras obras públicas da capital apresentavam, quase sempre, um ar de incompletude. Com o cemitério não se sucedeu de forma diferente. O que pode explicar em parte a afirmação do referido historiador.

---

<sup>153</sup> FREITAS, 1911, p. 1.

<sup>154</sup> FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988. P. 158.

<sup>155</sup> CHAVES, 1998, p. 28.

Desse modo, o então presidente da Província do Piauí, Dr. Antônio Corrêa do Couto no relatório dirigido ao futuro administrador do Piauí, Ernesto José Batista em 1859, afirmava que: “O cemitério da capital está no mesmo pé de acabado, em que o achei; e a sua capela, que estava em última obra de pedreiro, acha-se hoje forrada; e pintada, faltando-lhe unicamente o altar, e alguma mobília que se trata.”<sup>156</sup>

Em resumo, no ano de 1859 a obra estava concluída, era capaz de atender a população de Teresina e as vizinhas. No entanto, ainda estava incompleta, faltavam o altar e a mobília da capela. A data de 1859 também foi informada pela atual administração do Cemitério São José como sendo a data oficial da inauguração daquele Campo Santo. Na parede da sala onde funciona a administração foi anexado, com uma espécie de fita adesiva, um informativo que apresentava os seguintes dados: “Cemitério São José/ Inaugurado em: 1859/ 1º sepultamento: Constantino Luiz da S. Moura em 21.04.1859”.

Entrelaçado aos fios e tramas da nova capital, o cemitério sofreu modificações estruturais para atender as necessidades da sociedade teresinense. A exemplo disso, em 1862 quando a epidemia de cólera se alastrou pela Província do Piauí, o cemitério passou por uma obra de ampliação a fim de atender o conseqüente aumento de óbitos causados pela virulência daquele surto epidêmico. Sobre a reforma do cemitério São José diante da epidemia de cólera, a professora e pesquisadora Genimar Machado Rezende de Carvalho afirma que.

Em 1862, o temor de uma epidemia de cólera e o conseqüente aumento do número de óbitos levou a administração a pensar na rápida reconstrução de um cemitério provisório. A solução encontrada foi mandar abater o mato e limpar o terreno ao lado do cemitério em construção, nas mesmas proporções deste, e cercá-lo. Portanto, o que aparece na documentação como cemitério provisório era na verdade uma extensão daquele já em vias de conclusão.<sup>157</sup>

De acordo com o exposto acima, podemos afirmar que a reforma que alargou a área do cemitério São José foi, na verdade, uma medida emergencial diante do surto epidêmico que se abateu sobre Teresina as vésperas de 1862. Carvalho nos informa ainda que na documentação pesquisada por ela, há referências que apontam para a construção de um cemitério provisório que, na verdade, corresponde à reforma de ampliação do cemitério público já existente em Teresina naquela época.

---

<sup>156</sup> PIAUÍ. Presidente, 1859 (Antônio Corrêa de Couto). Relatório oficial em que o presidente da província, Dr. Antônio Corrêa de Couto passou a administração para seu sucessor, Ernesto José Batista. 1859.

<sup>157</sup> CARVALHO, 2013, p. 72.

De fato, quando observamos o cemitério mais antigo de Teresina, é possível constatar que ele foi ampliado. O local possui duas partes, a mais antiga corresponde à porção onde estão localizadas a capela e a administração. Essa parte abriga catacumbas de alvenaria construídas nos muros primitivos. Esses que estão voltados para a parte norte da capital, são facilmente identificados devido a sua ampla espessura se comparado aos construídos na segunda etapa de edificação. A outra parte do cemitério, corresponde a área construída em torno desse primeiro perímetro.

Assim, a mencionada obra de ampliação foi um indício de que este campo santo sofreu alterações de acordo com as circunstâncias, as necessidades da sociedade e o crescimento demográfico da população que, por seu turno, elevou o número de óbitos na capital e vizinhança. Em suma, o cemitério foi ampliado para atender as necessidades dos teresinenses.

Ainda discorrendo a respeito do primeiro cemitério de Teresina, Clodoaldo Freitas no artigo publicado do jornal *Diário do Piauí* de 22 de julho de 1911, nos faz conhecer a impressão emitida pelo presidente da Província do Piauí, Victório da Costa acerca do cemitério de Teresina no ano de 1884. Abaixo, um fragmento da escrita do presidente, trazida à tona por Clodoaldo Freitas.

Dois fatos, relativamente a óbitos, despertaram-me a atenção logo após a minha chegada a esta capital. O primeiro refere-se ao antiquado som dos toques do sino por ocasião de algum falecimento. Semelhante ação é incompatível com o século atual, e ainda menos, com o costume que deve ter o povo de uma capital (sentença ilegível). O segundo facto, liga-se, ao também obsoleto, sistema de enterramento em catacumbas de alvenaria, hermeticamente fechadas. Sistema condenado há muito pelos povos (ilegível), por ser causa de moléstias epidêmicas sempre graves, não podia e nem devia continuar na vossa capital.<sup>158</sup>

Neste fragmento, observamos Victório da Costa fazendo uma dura crítica a dois antigos hábitos fúnebres praticados pelos teresinenses que, segundo o presidente, não condiziam com ações dos moradores de uma capital que deseja ser moderna. Victório da Costa criticava o costume de tocar os sinos do cemitério quando alguém falecia na capital. Por outro lado, criticava também o costume de realizar inumações em catacumbas de alvenaria encostadas nas paredes, pois segundo ele, este tipo de enterramento era insalubre e poderia causar graves epidemias.

Por catacumbas de alvenaria, entendemos como aquelas construídas nas antigas paredes Norte e Sul do Cemitério São José. A parede norte, continua sendo o limite norte

---

<sup>158</sup> FREITAS, 1911. p. 1.

daquele espaço, estando localizada na Avenida Alameda Parnaíba. Já a antiga parede sul continua de pé, porém já não corresponde ao limite, pois quando houve a obra em que a área do cemitério foi ampliada, a antiga parede sul ficou relativamente no centro do recinto. Em suma, as catacumbas de alvenaria são uma das grandes peculiaridades daquela necrópole.

Em que pese toda a sua história o “Nosso Cemitério Velho”, forma com que Monsenhor Chaves se refere carinhosamente ao Cemitério São José, é hoje (ano de 2019) um lugar de memória que chega aos seus 160 anos. Sábio observador da sociedade teresinense, o Velho Cemitério guarda por todo seu território e até mesmo em suas paredes, o registro silencioso das gerações que nos constituíram.

## **2. “NÃO SE PODE MAIS ENTERRAR NAS IGREJAS”: ORDENAMENTO FUNERÁRIO NA LEGISLAÇÃO PIAUIENSE NO SÉCULO XIX.**

O segundo capítulo destina-se a análise da legislação que determinava como e onde deveriam ocorrer os sepultamentos na província do Piauí. Para tanto, observaremos os arquivos de Estado, mais precisamente, os códigos de postura, relatórios de presidentes da província e resoluções que buscavam regulamentar os enterramentos no Piauí e em Teresina na segunda metade do século XIX. Narraremos o processo de transição funerária no Piauí que tem início a partir do ano de 1854 com a elaboração das leis que proibiam os sepultamentos nas igrejas ao passo em que determinavam a construção de cemitérios institucionalizados.

A leitura da documentação tornou possível afirmar que a partir do dia 1º de janeiro de 1859 nenhuma pessoa poderia ser enterrada legalmente nas igrejas ou qualquer outro lugar das cidades, vilas e povoações. O enterramento dos corpos passou a ser permitido apenas no interior dos cemitérios. Tais leis, no entanto, não foram cumpridas de forma integral por parte dos piauienses. Nesse sentido, o presente capítulo também buscará apresentar alguns casos de contravenção a norma vigente no que diz respeito às leis de regulamentação funerária.

### **2.1 “Enterros só em cemitérios”: o papel das posturas municipais no ordenamento do espaço urbano em Teresina e no Piauí.**

Antes de 1859, de fato, não havia em Teresina um cemitério devidamente institucionalizado. Apesar disso, desde o ano de 1854, já era possível encontrar leis locais que proibiam o enterro de cadáveres ao menos na Igreja Matriz da capital. Mesmo assim, o Piauí ainda andava a passos bastante lentos no que diz respeito a normatização de suas práticas funerárias quando comparado a outras províncias como a Bahia, por exemplo.

No contexto nacional, desde o início do século XIX já havia uma preocupação concreta por parte da administração colonial em normatizar as práticas vigentes de sepultamento e combater todo tipo de enterro dentro dos limites urbanos. A exemplo disso, em 14 de janeiro de 1801 foi publicada a carta régia de nº 18. Sobre a referida lei.

Em 1801, o legislador ouviu com cuidado seus conselheiros higienistas e ordenava que se construíssem, fora da cidade e em local seco e varrido pelos ventos, um ou mais cemitérios, amplos o suficiente para “que não seja

necessário abrirem-se as sepulturas antes que estejam consumidos os corpos, que nelas sem houverem depositado”.<sup>159</sup>

A lei colonial, como tantas outras publicadas em diferentes períodos da história brasileira, não foi cumprida, não passou de mais uma “letra morta no papel”. Em 1825, agora em meio ao império brasileiro, foi publicado mais um decreto que ordenava a transferência dos sepultamentos para fora das cidades ao passo em que criticava as práticas vigentes de inumação dos corpos como anti-higiênicas e supersticiosas<sup>160</sup>. Ainda assim, as determinações legais não resultaram em efeitos concretos no que diz respeito ao fim dos sepultamentos em igrejas e seus arredores. Na longínqua província do Piauí, o processo de assimilação de tais leis seria ainda mais lento e demasiadamente moroso.

As mudanças efetivas no âmbito nacional começaram a ser percebidas a partir da promulgação, em outubro de 1828, da lei imperial de estruturação dos municípios. Em linhas gerais, a lei regulamentava a estrutura e funcionamento das câmaras municipais e informava as atribuições delegadas às municipalidades.

Via de regra, é possível perceber que os deveres atribuídos aos municípios estavam quase sempre associados a ideia de limpeza, saneamento, organização e embelezamento do espaço urbano. Em resumo, o império seria civilizado por meio da ação das municipalidades pois “a ideia de limpeza, saneamento, organização e embelezamento do espaço urbano denota a preocupação em “civilizar o império” no detalhe da municipalidade. “Urbano”. Aliás, significa “civilizado”.<sup>161</sup> A construção de cemitérios extramuros estava imbricada a esses esforços de civilização e urbanização do império.

Nesse sentido, ressaltamos o importante papel desempenhado pelo código de postura de Teresina que tratava, dentre outras coisas, da normatização dos ambientes urbanos, delimitando inclusive qual espaço seria ocupado pelos vivos e, principalmente, aquele que seria destinado aos mortos pois “uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extramuros.”<sup>162</sup>

De início, é importante destacar que as posturas municipais eram leis criadas com a finalidade de organizar a sociedade e disciplinar a convivência urbana. Nesse sentido, as medidas dispostas nos códigos de postura visavam o ordenamento e embelezamento das

---

<sup>159</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 1.ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.274.

<sup>160</sup> REIS, 1991. p.274 e 275.

<sup>161</sup> REIS, 1991. p.276.

<sup>162</sup> REIS, 1991. p.247.

idades dentro dos preceitos médico-higienistas em voga no século XIX. A salubridade e higiene pública eram preocupações recorrentes na maioria das posturas municipais de Teresina, principalmente, durante os anos de 1800. Sobre elas, Chaves afirma que:

As posturas municipais são uma espécie de retrato de uma cidade, ao mesmo tempo que revelam o esforço dos legisladores para soerguê-las a um plano mais civilizado, mais consentâneo com a dignidade humana. Denunciando-lhe as fraquezas, as lacunas, apontam-lhe um rumo melhor, mais alevantado.<sup>163</sup>

A exemplo disso, Chaves nos informa que as posturas municipais de 1867 regulavam a limpeza das ruas e dos terrenos cedidos e não edificados. Por outro lado, até mesmo os pequenos detalhes como as vestimentas dos moradores eram regulamentados pelas leis que compunham aquele código municipal de Teresina. Em suma

Ao longo do tempo, o município de Teresina adotou vários códigos de postura, cada um por sua vez representativo da época em que vigorou. Códigos de postura são instrumentos importantes que o governo das municipalidades adotava para bem ordenar a administrar a vida social. Pode-se dizer que era o instrumento de regulação e controle do funcionamento das vilas e cidades. Conhecer tais leis é perceber e olhar a dinâmica da vida cotidiana da cidade, em suas múltiplas faces.<sup>164</sup>

Assim, no *Código das Leis Piauienses de 1854*, no seu capítulo sexto, artigo 48, que versa “sobre os cemitérios, enterros, e aberturas de sepulturas”, está expresso que: “É proibido o enterro de cadáveres dentro da matriz. Aos contraventores, inclusive os párcos e procuradores de irmandades, multa de cinquenta mil réis, e o duplo na reincidência”.<sup>165</sup> Por este artigo fica evidente que no ano de 1854 as leis piauienses já proibiam o enterramento de cadáveres no interior da igreja matriz de Teresina.

O mesmo artigo também estipula uma pena em forma de multa no valor de cinquenta mil reis para aqueles que infringirem a lei. Aqui é importante ressaltar que a câmara municipal de Teresina, ao elaborar tal postura, previa a possibilidade de haver um infrator reincidente. Isso nos fornece indícios de que os legisladores, naquela época, pareciam ter ciência de que os costumes da população não poderiam ser modificados de forma instantânea. A lei ainda asseverava que, nos casos de reincidência, a multa estava avaliada em cem mil reis, ou seja, o dobro do valor daqueles infratores que não cometeram tal delito anteriormente.

<sup>163</sup>CHAVES, Joaquim. *Obra Completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 37.

<sup>164</sup> SILVA, Elisângela Tavares da. *As “posturas” da cidade*. In: *Teresina 150 anos (1852-2002)*, Teresina: Gráfica Junior, 2002. p. 64-65.

<sup>165</sup> PIAUÍ. Título VI. Proíbe o enterro de cadáveres no interior das igrejas. *Código das leis piauienses de 1854*. Teresina, 1854, p. 57.

Com essa medida, em 1854 os representantes do poder público piauiense começaram a demonstrar a preocupação higienista de que a inumação de cadáveres no interior das igrejas já não era mais uma prática aceitável, fato que já era uma realidade Brasil afora. No entanto, o trecho da lei em seu artigo 48, transcrito acima, mostra-se ainda relativamente tímido quanto a proibição dos enterramentos fora de lugares legalizados e devidamente regulamentados, como vieram a se tornar os cemitérios públicos.

Entretanto, isso já era um começo promissor no que diz respeito a adoção de elementos jurídicos que permitissem o mínimo de organização dos espaços de convivência e sociabilidades na capital. Separavam-se mais do que apenas os vivos e os mortos, organizava-se a cidade dos vivos e a necrópole, fundava-se um lugar de memória apropriado para as exéquias e o culto dos falecidos. Assim em 1854, ficava proibido o enterramento dos corpos apenas na Igreja Matriz da cidade, no caso de Teresina, não era mais possível inumar na Igreja do Amparo.

Ainda analisando o código das leis piauienses daquele ano de 1854, o seu Art. 49 é indiciário da inexistência de um cemitério institucionalizado em Teresina uma vez que sugere que seja feita a construção desse campo santo. Entretanto, vale reafirmar que a obra não era uma novidade uma vez que a mesma já estava previamente determinada no Art. 4 da *Lei n° 315*, de 27 de julho de 1852, elaborada ainda no governo de Saraiva.<sup>166</sup> O Art. 49 das leis piauienses de 1854, é bastante interessante no que se refere a seu conteúdo, posto que ele nos informa acerca das exigências legais e penais para o seu cumprimento além das prescrições técnicas necessárias para a inumação adequada dos corpos que:

Art. 49. Depois de construído o cemitério, ali se sepultarão os corpos, cujas sepulturas deverão ter ao menos sete palmos abaixo da superfície da terra, sendo elas estrumadas com a necessária cal. Aos contraventores, inclusive o sacristão e fabricanteiro, multa de vinte mil réis, e o duplo na reincidência.<sup>167</sup>

Além de colocar o cemitério como único lugar possível de inumação dos corpos após a morte, este código ainda determinava, outrossim, como os corpos dos teresinenses deveriam ser sepultados quando o local estivesse acabado. Assim, a topografia prescrevia que a cova deveria ter no mínimo sete palmos de profundidade e ser “adubada” com cal. No limite, esta medida tinha por objetivo a sanitarização da sepultura.

Com isso, é possível afirmar que a proibição de se enterrar nas igrejas, bem como a determinação das regras de sepultamentos em cemitérios, são regulamentos influenciados por

---

<sup>166</sup>FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

<sup>167</sup>PIAUÍ, 1854, p. 57.

uma preocupação com a salubridade pública que perpassava a realidade local e era prática comum em outras cidades naquele período.

Segundo a análise da legislação acima, notamos que o cemitério está previsto para ser construído desde o ano de 1854, nesse momento já surge como uma obra inscrita tanto nos padrões institucionais, devidamente legalizados como lugar próprio para enterros, como nos padrões higienistas do século XIX. Já no ano de 1857, foi instituída uma lei provincial que, em linhas gerais, procurava promover uma mudança de hábitos mais concreta quanto aos enterramentos. Estes seriam integralmente proibidos no espaço das igrejas e em lugares não institucionalizados, sendo permitidos apenas nos cemitérios públicos da então província do Piauí.

A resolução do dia 25 de julho de 1857, sancionada pelo presidente da Província do Piauí João José de Oliveira Junqueira em nome da Assembleia Legislativa, tinha o intento de proibir enterramentos nas igrejas ou em quaisquer outros lugares da cidade, das vilas ou povoações da província. Abaixo está transcrita integralmente a *Resolução n. 437* de 1857.

Artigo 1.º Do 1º de janeiro de 1859 em diante não se enterrará pessoa alguma nas igrejas, nem em outros quaisquer lugares nos recintos das cidades, vilas ou povoações.

Artigo 2.º As Câmaras Municipais, e as Confrarias, ou irmandades providenciarão, para que hajam cemitérios provisórios, onde sejam enterrados os corpos, até que se possa fazer os outros; para que fica o Presidente da Província autorizado a dar as Municipalidades, que necessitarem, o quantitativo preciso, que nunca excederá a quatrocentos mil reis a cada uma.

Artigo 3.º Os fiscais das câmaras Municipais, os delegados, e subdelegados velarão no fiel cumprimento desta Lei, e são competentes para impor por cada enterro nas igrejas, ou recinto das cidades, villas, ou povoações a multa de cinquenta mil reis.

§ 1.º Aos procuradores das confrarias, ou irmandades, quando o enterro for em Igreja, que as tenha.

§ 2.º Aos vigários da freguesia, onde não houverem confrarias, ou Irmandades, quando o enterro for feito nas Igrejas.

§ 3.º As pessoas, que forem causa de se ter feito o enterramento em qualquer outra parte do recinto dos Povoados.

Artigo 4.º Estas multas só terão lugar, depois que estiverem edificados os cemitérios provisórios, e serão arrecadadas á benefício da receita da respectiva Municipalidade.

Artigo 5.º O presidente da província dará os regulamentos precisos para a boa execução desta Lei, expedirá por cópia à todas as Câmaras Municipais exemplares dela; e fará as despesas, que forem necessárias para a construção dos cemitérios nos lugares onde ainda os não houverem.

Artigo 6.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando, por tanto, á todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram, e façam cumprir tão

inteiramente, como nela se contém. O Secretário desta província a faça imprimir, publicar e correr.<sup>168</sup>

Ressaltamos o fato de que a referida *Resolução n° 437*, asseverava que apenas a partir do ano de 1859, dois anos depois de sua edição, os enterramentos na província do Piauí só aconteceriam nos cemitérios. Com isso, insistimos na assertiva de que o atual Cemitério São José já se encontrava em vias de construção alguns anos antes de sua abertura para as exéquias em Teresina.

Os campos santos passariam a ser os únicos lugares possíveis de inumação dos corpos após a morte. No seu bojo, a medida imprimia uma alteração nas tradições cristãs que recebia a guarida das igrejas para a realização da última vontade, especialmente dos fiéis devotados e beneméritos de realizarem seu descanso definitivo sob o abrigo das abóbadas das igrejas e capelas.

A partir deste conjunto de regras jurídicas a população piauiense também teria que se adaptar a um único lugar adequado e legal de enterro. Essas determinações modificam traços de cultura que tinham raízes profundas na história da cristandade. Enfim, isso era diferente do que ocorria antes, quando os enterros eram realizados nas proximidades das igrejas, no seu interior ou até mesmos nos quintais das residências. Esse modo de operar dos antigos rituais fúnebres tinha por base a suposição de que inumar nesses lugares supostamente proporcionavam uma relação mais próxima dos vivos com os mortos.<sup>169</sup>

A *Resolução n° 437* não só privava a realização de inumações em quaisquer lugares que não fossem os cemitérios como também dava providencias para a construção de novos cemitérios municipais. Dentre estas, o presidente da província poderia enviar aos municípios ajuda financeira que não excederia mil reis para cada municipalidade. Além disso, a resolução previa que enquanto os cemitérios municipais não tivessem sido construídos, as Câmaras Municipais, Confrarias<sup>170</sup> e Irmandades deveriam providenciar cemitérios provisórios.

A referida lei também determinava que os fiscais das Câmaras Municipais, delegados e subdelegados deveriam fiscalizar os locais em que era proibido sepultar, a fim de punir os responsáveis pelas infrações às regras estabelecidas, ou seja, os sepultamentos realizados em um recinto irregular.

<sup>168</sup>PIAUI. Resolução n. 437.1857, de 24/25 de julho de 1857. Proíbe o enterro de cadáveres no interior das igrejas. *Código das leis piauienses de 1857*. Teresina, 1857, p. 65-66.

<sup>169</sup> REIS, João José. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 95-141.

<sup>170</sup> Refere-se a associação religiosa ou de caridade, em suma, são também um tipo de irmandades.

A multa estabelecida era no valor de 50 mil reis, normalmente recaia sobre os procuradores das confrarias e irmandades, os vigários e até mesmo pessoas comuns. É possível que estes grupos fossem os mais predispostos à infração da lei, certamente, pelo fato de desejarem a manutenção dos antigos costumes funerários. De um lado, porque a mudança prejudicava a arrecadação financeira desses grupos, de outro, simplesmente porque abalava a tradição dos enterramentos em solo sagrado.

É interessante ressaltar ainda que a Resolução nº 437 de 1857, previa aos transgressores da norma além da multa de 50 mil reis, ou seja, 30 mil reis a mais que a multa estipulada no artigo. 48 do Código de Postura de 1854. Em vista disso, podemos afirmar que durante o intervalo de três anos que separam as duas medidas, houve o recrudescimento da punição legal. Isso demonstra que quanto mais avançavam os anos, mais os enterramentos realizados em espaços ilegais iam se tornando uma prática ultrapassada e inaceitável, pois, feria os princípios da salubridade pública que ganhavam força no decorrer do século XIX.

Entretanto, a lei expunha a ressalva de que a punição para os contraventores seria aplicada somente a partir do momento em que, ao menos, os cemitérios provisórios já estivessem acabados. Com isso, a Assembleia Legislativa mostra que tem ciência da impossibilidade de proibir, sem restrições, os enterramentos em lugares ilegais, pois ainda no ano de 1857, nem todas as municipalidades piauienses tinham um cemitério municipal apropriado para os enterramentos.

Fica evidente que a província não dispunha da infraestrutura necessária para fazer valer a proibição dos sepultamentos em solo sagrado, ou seja em igrejas, ou mesmo em lugares não institucionalizados. A partir dessa lei, o presidente da província, em consonância com as municipalidades, providenciaria as bases para a ordenação legal das cidades, em pouco tempo haveria uma divisão clara entre o espaço reservados aos vivos e aos mortos de maneira institucionalizada. A *resolução nº 437*, de fato, lançava as bases definitivas para a transição dos sepultamentos das igrejas e recintos urbanos para os cemitérios públicos municipais.

Um ano depois, em 1858, o então presidente da província do Piauí, Dr. João José de Oliveira Junqueira, encaminhou um relatório à Assembleia Legislativa provincial. Neste documento, especificamente, no item que versa sobre os cemitérios, o presidente referindo-se à *Resolução nº 437*, afirmava que:

E esta uma medida inspirada pelo respeito devido a casa de Deus, que não deve ser consagrada senão ao seu culto, e aconselhada pela higiene pública.

Estas igrejas seculares, e que tem suportado no seu recinto enterramentos por igual período, conservam constantemente uma atmosfera viciada, e nelas a terra já não tem a força precisa para consumir os cadáveres, como atualmente sucede com as Matrizes de Oeiras e Parnaíba.<sup>171</sup>

Pelo exposto no fragmento acima, João José de Oliveira Junqueira, presidente da província do Piauí naquele ano, defendia o porquê da promulgação da referida resolução que proibia o enterro em igrejas. No relatório, o presidente fez uma observação que era comum em quase todas as províncias do país naquela época, a de que as igrejas já não podiam suportar a quantidade de enterros que eram realizados em seu interior.

Era constante a queixa quanto ao mau cheiro que exalava dos corpos em putrefação e que contaminava o interior das igrejas entre os séculos XVIII e XIX. Estas, como dizia o presidente da província, apresentam constantemente uma “atmosfera viciada”. O discurso de João José de Oliveira foi influenciado pela inauguração de uma nova sensibilidade olfativa que se desenvolvia naquela época. Nesse sentido, a medicina ensinava a população a temer o cheiro da morte, os miasmas liberados pela decomposição dos mortos eram acreditados como extremamente pernicioso à saúde pública. A todo momento “Os médicos insistiam na adjetivação negativa do cheiro cadavérico: insuportável, desagradável, pernicioso, insultante, repugnante, ingrato, atormentador, mau”<sup>172</sup>

Dessa forma, o então presidente da província recorria tanto aos princípios da higiene pública como edificava a determinação legal alicerçando-a numa frase de efeito, “respeito à casa de Deus”. Enfim, ele suplicava a quem de direito, alinhavando religião e aconselhado pelos princípios da higiene pública, para que não se inumasse nenhum cadáver nas igrejas de qualquer município da província do Piauí, a partir do ano de 1859.

Nesse mesmo relatório o presidente também atestava que, no ano de 1858, já estavam sendo implementadas todas as medidas para a execução da *Resolução n° 437*, nas palavras de Oliveira Junqueira.

As medidas necessárias para perfeita execução da Resolução da Resolução n. 437 de 24 de Julho do ano próximo passado, a qual priva os enterramentos nas igrejas, e em quaisquer outros lugares no recinto das cidades, villas, e povoações da província, a contar do 1.º de Janeiro de 1859, tem sido postas em prática em ordem a que sejam preenchidos os fins, que teve em vista a dita Resolução.

Todas as Câmaras Municipais da província receberam ordem para cumprirem quanto lhes incumbe o artigo 2.º dessa resolução, e espero que a

<sup>171</sup> PIAUÍ. Presidente, 1858 (Oliveira Junqueira). *Relatório dirigido a Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 1 de julho de 1858 pelo Exmo. Sr. Dr. Oliveira Junqueira*. Maranhão. Tipografia Temperança, 1858. p. 14.

<sup>172</sup> REIS, 1991. p.264.

grande maioria delas estará habilitada a satisfazer o preceito legal no prazo marcado.<sup>173</sup>

Assim, o presidente termina por nos informar neste documento sobre o andamento e execução da lei que proibia os sepultamentos nas igrejas, e em quaisquer lugares que não fossem legalizados para este fim. Além disso, o Oliveira Junqueira também forneceu um panorama da situação das municipalidades quanto a infraestrutura necessária para a execução da referida lei.

O presidente relata ainda que em 1858, os cemitérios das antigas vilas de Piracuruca e Jerumenha já estavam concluídos. Em Campo Maior, a construção de um local para enterros ficou a cargo das irmandades, este estaria pronto em novembro daquele ano e não custariam nada aos cofres públicos. Igualmente, na vila de Barras a construção do cemitério local foi delegada a uma irmandade religiosa.<sup>174</sup> Por outro lado, devido as extremas condições de carência econômica, Oeiras, Jaicós e Parnaíba ainda careciam de ajuda financeira para a construção de seus cemitérios. Assim, foi enviada a quantia 400\$, 200\$ e 400\$, respectivamente, para os municípios, a fim de que construíssem o mais rápido possível suas necrópoles.

## **2.2 Regulamentando o cemitério de Teresina: administração e sanitarismo no espaço dos mortos.**

Como vimos anteriormente, as câmaras municipais estiveram à frente do processo de transição dos enterramentos das igrejas para os cemitérios extramuros. Desde 1828, por meio da “lei imperial de estruturação dos municípios”,<sup>175</sup> as municipalidades passaram a ser responsáveis por algumas instituições que serviam ao bem público como as escolas, hospitais, cadeias e cemitérios.

Por outro lado, a lei também determinava que as municipalidades deviam zelar pelo ordenamento e saneamento das cidades. Nesse sentido, a construção e administração dos cemitérios públicos ficaram a cargo do poder municipal.

---

<sup>173</sup> PIAUÍ, 1858, p. 14.

<sup>174</sup> Não há referências à irmandade citada nos documentos analisados.

<sup>175</sup> COE, Agostinho Junior Holanda. As epidemias e a morte: mudanças nas práticas de sepultamento em São Luís na segunda metade do século XIX (1854 – 1856). *Outros tempos*, São Luís, v. 4, n. 4, p. 21. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/Volume04/vol04art03.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

Do mesmo modo, os membros dos parlamentos municipais, em cada uma das províncias brasileiras, elaboraram regulamentos que davam providências sobre os cemitérios daquelas municipalidades. Em geral, esses tinham a função de orientar todas as atividades realizadas no interior da necrópole além de aplicar a punição aos infratores das normas internas.

Em Teresina não foi diferente, o primeiro regulamento que dava providências sobre o cemitério da recém-criada capital, foi promulgado no dia 27 de novembro de 1855, pelo então vice-presidente da província Balduino José Coelho. O *Regulamento de nº 29*, anexado ao *Código das Leis Piauienses* daquele mesmo ano, possui 51 artigos distribuídos em seis capítulos respectivamente nomeados: do cemitério, do pessoal do cemitério, das sepulturas, das medidas da ordem interna, das exumações e disposições gerais.

No seu conjunto, o regulamento oferecia uma séria de determinações sobre os funcionários do primeiro cemitério público da capital, que mais tarde receberia o nome de São José. Além disso, elencava as atribuições tanto do administrador como dos serventes daquele recinto, definia como deveriam ocorrer os sepultamentos e exumações, determinava os valores das sepulturas e afiançava uma série de outros ordenamentos.

Entre estes, havia os que especificavam a preocupação com a salubridade no interior daquele campo destinado ao sepultamento dos corpos. Enfim, a análise destes regulamentos proporciona entender melhor sobre as atribuições do poder municipal quanto aos usos e fazeres nos espaços dos cemitérios Públicos.

No limite, ajudam a compreender a dinâmica de funcionamento do primeiro cemitério público de Teresina nos anos iniciais após sua inauguração. Colabora, também, para compreendermos a preocupação por parte das autoridades com a saúde pública no uso e no trânsito no interior daquele ambiente. Este deveria ser salubre, evitando ao máximo o contato dos vivos com os gases e emanações que exalavam dos corpos mortos em decomposição pois acreditava-se que:

A infecção miasmática, ao contrário da infecção microbiana, se dava diretamente através do meio ambiente, no caso do ar infectado por gases ou vapores pútridos, ou mais genericamente miasmas. Daí a preocupação dos médicos da época em limpar o ar, fazê-lo circular, vigiar seus odores, enfim higienizar o meio ambiente.<sup>176</sup>

---

<sup>176</sup> REIS, 1991. p.248.

Nesse sentido, o *Regulamento de n° 29* de 1855 em boa parte estava organizado com o fito de combater os miasmas pestilentos oriundos da matéria animal. Aqui vale ressaltar que o referido regulamento entrou em vigor antes mesmo do cemitério da capital ter sido inaugurado, mais precisamente, três anos após a publicação da resolução que ordenou a sua construção no ano de 1852.

O artigo 1° do *Regulamento n° 29* de 1855 apresentava o objetivo e finalidade com que foi mandado construir o cemitério público da capital, ao tempo em que deixa claro a quem a instituição atenderia. Abaixo está transcrito o artigo primeiro do referido regulamento.

Artigo 1° O Cemitério Público de esta capital mandado construir pela Resolução provincial n° 315 de 20 de julho de 1852 é destinado à sepultura dos cadáveres das pessoas da freguesia da cidade Teresina, e das distancias que possam ser comodamente conduzidos, e a todos que a ele ocorrem.<sup>177</sup>

Em vista do que foi exposto no estrato acima, podemos afirmar que a câmara municipal de Teresina assinalava na elaboração do artigo o caráter público do cemitério, este deveria atender não somente os teresinenses, mas também, as pessoas de outras municipalidades e quaisquer outras que desejassem realizar o sepultamento na necrópole teresinense.

No entanto, é preciso fazer a ressalva de que embora o regulamento deixasse explícito o caráter público do cemitério, que deveria atender a todos que o procurassem, a inumação no “campo santo” devidamente institucionalizado, seria efetuada mediante o pagamento de uma quantia aos cofres públicos da municipalidade. Ainda neste regulamento, no capítulo terceiro que versa sobre as sepulturas, mais precisamente, nos artigos 17 e 18, é possível observar os preços que deveriam ser pagos para realizar o enterramento de cadáver no cemitério público de Teresina.

Art. 17°. O preço de uma catacumba para cadáver de pessoa adulta será 30\$000 réis, e 20\$000 reis para o de criança, o de uma sepultura reservada 6\$000 réis, sendo por ano e meio ou dois anos; de 60\$000 sendo a perpetuidade, e o de uma sepultura comum dois mil réis. Nos carneiros ou mausoléus não se receberá cadáver algum sem que pague 8\$000 reis por cada um.

Art. 18. O depósito em catacumbas --- custará a quantia de 25 000 reis por um ano, de 40\$600 réis por dois, e de 60\$00 réis por três.<sup>178</sup>

---

<sup>177</sup> PIAUÍ. Resolução n. 29, de 27 de novembro de 1855. Dispõe sobre as regras internas do cemitério de Teresina. *Código das leis piauienses de 1855*. Teresina, 1855. Tomo 11, parte 2. Seção 2, p. 9.

<sup>178</sup> PIAUÍ, 1855. p. 13.

Enfim, de acordo com a análise desses dois artigos retirados do *Regulamento n° 29*, observamos que havia cinco tipos de enterramento no campo santo de Teresina; cada um deles apresentava preços distintos e que deveriam se ajustar a condição financeira do falecido ou de sua família.

No entanto, mesmo que houvesse diferentes preços para o enterramento, ainda assim, a inumação na necrópole pública era bastante dispendiosa para a empobrecida população teresinense em meados do século XIX. Enfim, os preços cobrados pelas inumações restringiam o acesso à primeira necrópole da cidade, e contrapunha assim, o caráter público explícito no texto do artigo primeiro do regulamento.

É interessante ressaltar que o artigo 19 do mesmo regulamento, faz uma ressalva quanto aos artigos anteriores quando trata da existência de sepulturas gratuitas. Segundo o artigo mencionado, recebem esse tipo de sepultamento os cadáveres achados em lugares públicos que não forem reclamados por alguém e os pobres que tenham um atestado emitido pelo padre ou por autoridade policial. Além desses casos, também recebiam sepultura gratuita as pessoas falecidas no Hospital de caridade, aquelas que não tiverem família ou amigos, e os presos pobres.<sup>179</sup>

Ainda tratando acerca do regulamento publicado em 1855, é importante destacar que vários artigos deste apontavam para as responsabilidades que a Câmara Municipal deveria exercer em relação ao cemitério público da capital. Assim, da elaboração do regulamento até a verificação do cumprimento dessas ordens, ficou ao encargo da Câmara Municipal de Teresina. Para ilustrar o que foi dito, abaixo destacamos alguns artigos *do Regulamento n° 29* que evidenciam as responsabilidades da Câmara Municipal quanto ao cemitério público.

Art. 37. Pertencendo a Câmara Municipal a inspeção e administração do cemitério deverá ela velar em sua conservação e promover seu melhoramento, fornecendo ao estabelecimento todos os objetos necessários para as inumações, plantio de arvores e asseio do cemitério.

Art. 38. Organizará anualmente o orçamento da receita e despesas do cemitério para ser submetida a aprovação da Assembleia Provincial, a quem também anualmente dar contas.

Art. 45. Sempre que a Câmara Municipal julgar conveniente, e ao menos uma vez a cada ano, nomeará uma comissão de três membros probos, inteligentes e zelosos do público serviço, para visitar o cemitério, examinar os livros, e ver se o administrador tem bem desempenhado as suas obrigações, expondo na mesma ocasião todos os melhoramentos, que entender necessários ao estabelecimento.

Art. 46. Até o fim de janeiro de cada ano, e fora d' isso, quando expressamente lhe for exigido. Fará a Câmara Municipal ao presidente da província um relatório circunstanciado do estado do Cemitério e dos

---

<sup>179</sup> PIAUÍ, 1855. p. 13.

melhoramentos mais urgentes. Acompanhado dos mapas, que preciso forem, para explicar os serviços durante o ano findo.

Art. 50. Qualquer dúvida que possa resultar da inteligência deste regulamento será dissolvida pela Câmara Municipal; mas não se tomará resolução delineativa sem que o presidente da província, a quem será submetida, a aprove.<sup>180</sup>

Com o exposto acima, fica claro que tanto a administração quanto a inspeção do cemitério eram incumbências da Câmara Municipal. Além disso, esse órgão administrativo provincial também deveria prover os melhoramentos necessários no que concerne a manutenção daquela necrópole pública.

Nesse sentido, o artigo 37 afirmava, por exemplo, que a câmara deveria fornecer ao cemitério os utensílios que fossem necessários para a realização das inumações, a plantação de árvores e a limpeza daquele recinto. Aqui destacamos que o plantio era um dos critérios fundamentais para que um cemitério fosse considerado salubre, pois as plantas agiam como purificadoras do ar, além disso, também adornavam melancolicamente os campos fúnebres assegurando a paz aos defuntos ali depositados.<sup>181</sup>

Observando agora o artigo 38 da referida resolução, fica estabelecido que a Câmara Municipal também deveria zelar pelo aspecto financeiro do cemitério. Nesse caso, o balanço entre a receita arrecadada pela necrópole e as despesas com sua manutenção seriam submetidas anualmente a análise da assembleia provincial.

Igualmente, dentro do universo de atribuições da Câmara Municipal, está disposto que ela deveria nomear uma comissão encarregada de fiscalizar o cemitério. À comissão caberia fiscalizar, sobretudo, o zelo do administrador com o cemitério. Por outro lado, a comissão também era encarregada de apontar os melhoramentos necessários para o bom funcionamento do “campo santo” de Teresina.

A Câmara Municipal, segundo o artigo 46 transcritos acima, também deveria fazer um relatório anual no qual apresentaria a situação em que se encontrava o cemitério ao tempo em que relatava os melhoramentos ali feitos naquele ano. Nesse mesmo relatório também haveria a descrição de sugestões para investimentos futuros, necessários para o bom funcionamento da necrópole.

Assim, para fazer funcionar o primeiro cemitério público da capital foram criados a partir do artigo 4 do referido regulamento, os cargos de “administrador” e “servente”. Por este artigo ficava estabelecido que “Enquanto não se edifica a capela no recinto do cemitério, o

---

<sup>180</sup>PIAUI, 1855. p. 9 -19.

<sup>181</sup>REIS, 1991. p.260.

peçoal dele constará de um administrador que será igualmente porteiro, e dois serventes, que servirão de coveiros.”<sup>182</sup>

O administrador, nomeado pelo presidente da província, ganhava anualmente um ordenado de 300\$000 reis, valor determinado pelo artigo sexto do regulamento. Já os serventes ganhavam um ordenado bem inferior, ou seja, a quantia de 10\$ reis mensais. Ambos os salários eram pagos pelos cofres da municipalidade.

O administrador era responsável, principalmente, pelos fazeres burocráticos do cemitério. Deveria zelar pelo cumprimento das ordens estabelecidas pela Câmara Municipal através do *Regulamento de nº 29* de 1855. O funcionário público nomeado pela Câmara deveria manter a ordem dentro do recinto, organizar os aspectos jurídicos e burocráticos necessários ao bom funcionamento do cemitério e zelar pelo respeito aos mortos durante e após a inumação. O artigo 7º e 8º do regulamento expõe claramente todas as atribuições delegadas ao administrador.

Art. 7.º ao administrador compete:

§ 1.º A direção e regime interno do Cemitério.

§ 2.º Conservar em boa guarda o arquivo do mesmo.

§ 3.º Remeter trimestralmente à Câmara Municipal um mapa estatístico das pessoas sepultadas com as declarações convenientes.

§ 4.º Passar, precedendo despacho da Câmara Municipal ou ordem do chefe de polícia, as certidões, que de qualquer livro requererem as partes - por cada uma das quais levará 1\$000réis.

§ 5.º Ter um inventário de todos os utensílios do estabelecimento, na qual mencionará as alterações, que acerca dos mesmos forem ocorrendo, dando semestralmente conta a Câmara Municipal.

§ 6.º Fazer a folha dos serventes, e pagar-lhe os respectivos vencimentos; e fazer outras quaisquer despesas com os custos do estabelecimento, recebendo do procurador da câmara municipal as quantias precisas.

§ 7.º Despedir os serventes, quando negligentes.

§ 8.º Dar parte a Câmara Municipal de todas as infracções d’este regulamento, indicando as medidas que deverão ser tomadas para a regularidade do Cemitério.

§ 9.º Abrir e fechar o cemitério às vezes precisas.

§ 10.º Manter a ordem na condução dos cadáveres desde a entrada do cemitério até a sepultura.

§ 11.º Indicar aos serventes os lugares em que devem ser sepultados os cadáveres recebidos e designar todo o mais trabalho em que eles devem ser empregados.

Art. 8.º Numerar as sepulturas, e lançar em um livro especial não só o nome de cada uma das pessoas, cujos cadáveres foram inumados, com o número da sepultura em que o foram, e o dia, mês e ano em que teve isso lugar com as observações necessárias.<sup>183</sup>

<sup>182</sup> PIAUÍ, 1855. p. 10.

<sup>183</sup> PIAUÍ, 1855. p.19.

Assim, no que concerne aos deveres do administrador do cemitério, é importante destacar os incisos II, III, IV e XI do artigo 7º e, de modo especial, o artigo 8º do regulamento. Todos esses fragmentos da lei demonstram a grande preocupação por parte da municipalidade com relação ao registro e catalogação das informações sobre o cemitério e, principalmente, sobre os corpos que davam entrada naquela necrópole pública de Teresina.

O inciso II do artigo 7.º aponta para necessidade de conservação dos arquivos do cemitério, o III inciso do mesmo artigo mencionado anteriormente, obriga o administrador a emitir à Câmara Municipal um mapa estatístico das pessoas sepultadas naquele recinto. No mesmo sentido o inciso XI aponta para a necessidade do administrador ter que conferir pessoalmente o local de sepultura dos corpos recebidos pelo cemitério. Essa última medida possivelmente foi criada para evitar algum tipo de negligência por parte dos serventes.

No que concerne à manutenção do arquivo do cemitério, é importante ressaltar que o artigo 8º deixa claro que é uma atribuição do administrador numerar as sepulturas e anotar em um livro os dados das pessoas cujos corpos foram inumanos.

Da mesma forma, demonstrando especial preocupação com o arquivo do Cemitério, O artigo 44 do mesmo regulamento, localizado no capítulo VI que recebe o título de “disposições gerais”, determinava diligentemente que.

Art. 44. Para o assentamento dos óbitos haverá dois livros abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo presidente da Câmara Municipal, que serão escriturados pelo próprio punho do administrador, uma das pessoas livres, um outro dos escravos. O assentamento do óbito das pessoas livres deverá conter a declaração do nome, naturalidade, idade, estado, profissão, residência, tempo em que faleceu, e moléstia que causou a morte, assim como o número da catacumba ou sepultura em que jazem. O administrador deverá assignar-se no fim de cada página, que terá margem, em que se possam pelo mesmo modo as observações que ocorrerem sobre as exumações. O assentamento respeito a escravos conterà a declaração do nome do falecido, seu senhor, idade, estado, naturalidade, e moléstia que deu causa a morte.<sup>184</sup>

Em vista do que foi exposto no artigo acima, constatamos que desde os primórdios, havia uma preocupação por parte da câmara municipal quanto ao registro e arquivamento das informações acerca dos corpos que eram inumados. Dessa forma, o administrador deveria tomar nota de todo corpo que desse entrada naquele recinto. Ele escreveria à mão uma série de informações acerca do falecido em um livro mandado fazer pela Câmara do Município especialmente para este fim.

---

<sup>184</sup> PIAUÍ, 1855. p.17.

Segundo o artigo 44, acima transcrito, havia dois livros de óbito naquele cemitério: um destinado a anotar as informações de pessoas livres que ali foram inumadas e outro destinado às informações dos escravizados que também dessem entrada naquele recinto. Em vista disso, notamos que a segregação entre homens se perpetuavam até mesmo no momento da administração do cemitério tomar nota dos falecimentos. Livres e escravos não poderiam coabitar nem mesmo nas páginas de registro de óbitos.

Do mesmo modo, cabe dizer ainda que havia uma maior cautela no que concerne à catalogação dos dados dos homens livres do que dos escravizados. Daqueles, a administração tomava nota de dados como nome, naturalidade, idade, estado, profissão, residência, data do falecimento, moléstia que causou a morte, assim como o número da catacumba ou sepulturas em que foram inumados. Já a catalogação dos homens escravizados era bem mais simples, continha informações como nome do falecido, nome do seu senhor, idade, estado, naturalidade, e moléstia que deu causa a morte.

Vale ressaltar ainda que, a segregação entre os homens livres e os escravizados não acontecia somente quando o administrador do cemitério tomava nota dos falecimentos, separando em livros distintos as informações sobre os falecidos escravizados e os livres, mas, era perpetuada na própria forma de ocupação do espaço daquele cemitério.

Nesse sentido o artigo 41 do *Regulamento n° 29* determinava que “os escravos falecidos serão inumados também em sepulturas comuns, nos quarteirões para isso destinados, mas separados das que servem para a inumação de pessoas livres.”<sup>185</sup> Em suma, a segregação racial reverberou na legislação que ordenava a geografia daquele cemitério, segundo o texto do artigo os negros escravizados jamais seriam inumados no mesmo espaço ocupado pelos brancos livres.

Ainda sobre a catalogação dos dados das pessoas inumadas no primeiro cemitério público de Teresina, pudemos constatar que até o presente momento (ano de 2019) a administração da necrópole de São José ainda mantém o sistema de cadastro de dados bastante rudimentar e muito semelhante ao determinado pelo artigo 44 e utilizado desde a sua inauguração.

Assim, em visita realizada ao “campo santo” no decorrer dessa pesquisa, observamos que a atual administração do cemitério dispõe de um grande livro onde anota o nome, idade, filiação, cor, naturalidade, motivo e data do falecimento e do sepultamento das pessoas que ali são enterradas.

---

<sup>185</sup> PIAUÍ, 1855. p.17.

O livro de óbitos mais antigo que pudemos encontrar ali registrou os sepultamentos ocorridos nos anos de 1991 à 2005, esse período é bastante recente se compararmos à data de inauguração do Cemitério São José. Lamentavelmente, não foi possível encontrar os primeiros livros que possivelmente registraram os dados das primeiras pessoas inumadas naquela necrópole, ainda na segunda metade do século XIX.

Em que pese o paradeiro ignorado desses livros de registro, um dos mais antigos trabalhadores do cemitério que é conhecido como seu “Neguinho” nos contou que já ouviu falar que esses arquivos foram queimados, pois um dos primeiros administradores do recinto contraiu “lepra”(hanseníase), então, por medo de contágio, os sucessores atearam fogo nessa documentação para não ter que manusear os livros supostamente “contaminados”. Embora não tenhamos como afirmar a veracidade do relato do seu “Neguinho”, esta é uma possível explicação para o desaparecimento dos primeiros livros de óbito do cemitério.

O *Regulamento n° 29* de 1855 também aponta as incumbências colocadas ao encargo dos serventes. O artigo 9° estabelece que:

Art. 9° Aos serventes compete:

§ 1. ° Cavar sepulturas aos lugares que lhes forem indicados pelo administrador, e neles inumar os cadáveres. Ou recolhe-os às catacumbas, e depois de abertas por pessoas competentes que as fecharão.

§ 2. ° Fazer o serviço relativo às sepulturas, e tudo o mais que lhes forem ordenado pelo administrador.

§ 3. ° Ter sob sua guarda e responsabilidade toda a ferramenta e utensilio do cemitério, velando em sua conservação, e durante as horas, que não tiverem ocupados em dar sepultura a cadáveres trabalharão na preparação do terreno plantação de árvores e de flores, limpeza do cemitério e prestarão os demais serviços que lhes forem determinados.

§ 4. ° Observar que as sepulturas sejam respeitadas e bem conservadas, avisando ao administrador da ruina que começar a ter alguma.

§ 5. ° Não permitir a entrada de cadáver algum sem ordem do administrador.<sup>186</sup>

Assim, pelo que foi exposto no artigo acima, os serventes realizavam o papel de coveiro. Eram eles que preparavam a sepultura no lugar indicado pelo administrador e, ainda segundo o regulamento, também executavam a limpeza do cemitério, cuidavam dos equipamentos e a manutenção das covas.

Vale ressaltar ainda que muitos dos artigos do regulamento de 1855, apontavam para medidas que deveriam ser adotadas dentro do cemitério a fim de manter a salubridade e a higiene naquele recinto. Nesse sentido, podemos destacar o artigo 10° do capítulo III do referido regulamento, que determinava o interstício de utilização das sepulturas.

---

<sup>186</sup> PIAUÍ, 1855. p.11-12.

Art. 10. Na mesma sepultura reservada e catacumba não poderá ser inumado outro cadáver sem que, sendo de adulto, tenha mediado o espaço de dois anos, e de criança de menos de oito anos, o de ano e meio, nas sepulturas comuns. Porém, será preciso que decorram mais seis meses além do tempo aqui prescrito.<sup>187</sup>

Em vista do que foi apontado acima, constatamos que havia a preocupação em determinar um tempo suficiente para a total decomposição dos corpos inumados, antes que a sepultura fosse aberta para a realização de um novo sepultamento.

Supostamente, o intervalo de um ano e meio a dois anos para que houvesse um novo enterramento na catacumba, era uma medida que visava impedir que os “miasmas pestilentos” oriundos da decomposição dos corpos, chegassem até a atmosfera, trazendo doenças mortais aos vivos. Como já foi dito anteriormente, segundo João José Reis, o ar contaminado pelos “eflúvios miasmáticos era uma preocupação central durante o século XIX, limpar esse ar contaminado foi quase que uma obsessão daquele século”.<sup>188</sup>

No mesmo sentido, a historiografia brasileira afirma que durante o século XIX, houve a disseminação do medo relacionado às doenças causadas pela decomposição dos corpos dos mortos, principalmente, com relação aos “miasmas pestilentos” que emanavam destes.

Assim, o artigo 11 do *Regulamento de nº 29*, apresenta mais uma medida que demonstrava a preocupação por parte dos legisladores locais com o suposto perigo de contágio do ar a partir da decomposição dos restos mortais. Abaixo a transcrição do artigo 11, anteriormente mencionado.

Art.11. As catacumbas poderão também servir para depósito dos cadáveres, que tenham de ser inumados em sepulturas concedidas à perpetuidade. E nas quais ainda não estejam construídos os jazigos; e neste caso serão os cadáveres depositados em um caixão de chumbo ou zinco bem soldado, e colocado este dentro de outro de madeira convenientemente fechado.<sup>189</sup>

Em vista do que foi dito, podemos afirmar que o uso dos caixões de chumbo ou zinco hermeticamente fechados, para a guarda dos restos mortais das pessoas que possuíam sepultura perpétua, enquanto o jazigo ainda não estivesse pronto, era uma medida de sanitização daquele espaço público. Demonstra, outrossim, o cuidado com o isolamento dos

---

<sup>187</sup> PIAUÍ, 1855.p. 12.

<sup>188</sup> REIS, 1997, p. 134.

<sup>189</sup> PIAUÍ, 1855.p. 12.

restos mortais do contato com a atmosfera e a conseqüente contaminação da população teresinense.

Ainda tratando sobre as medidas que demonstravam a medicalização do espaço dos mortos, é pertinente destacar o cuidado com que eram realizadas as exumações judiciais no primeiro cemitério de Teresina. Assim, o artigo 34º do citado regulamento, localizado na sua sessão 5ª, que tratava exatamente sobre as exumações, determinava que.

Art. 34. As exumações assim ordenadas serão praticadas em dias fixados pela mesma autoridade, e, sempre que for possível, antes de seis horas da manhã: os coveiros terão o maior cuidado em não descobrir os cadáveres vizinhos, e a este ato não assistirão outras pessoas além das designadas pela autoridade que o houver ordenado.<sup>190</sup>

Assim, por intermédio do artigo acima, a administração do cemitério determinava que as exumações deveriam ser realizadas, sempre que possível, antes das 6 horas da manhã. Decerto, esta medida visava impedir que os visitantes presenciassem o procedimento. Esse ato era entendido como um iminente perigo à saúde pública, portanto, deveria ser realizado com toda a cautela possível.

Certamente, esse medo do contágio do ar pelos corpos dos mortos foi um dos fatos que determinou, na planta inicial da cidade de Teresina pensada por Saraiva e Isidoro França, a construção afastada da cidade. O cemitério deveria ser um local distante das pessoas a fim de evitar os inconvenientes causados pela putrefação dos corpos e que se expunham de maneira mais nítida durante as exumações.

Outro aspecto abordado pelo regulamento de 1855 dizia respeito ao comportamento do público no interior daquela necrópole. A exemplo disso, o artigo 20 do capítulo 4 que dispunha sobre as medidas de ordem interna do recinto, pronunciava que “Não se consentira que se faça do cemitério lugar de recreio”.<sup>191</sup> Este escrito demonstrava o quanto se queria paz, sossego e silêncio naquele recinto, lugar considerado por alguns como sagrado e que devia ser respeitado pelos vivos.

No artigo seguinte, a legislação se torna mais incisiva quanto a postura e o respeito de como os cidadãos deveriam se comportar no “Campo Santo” de Teresina. Portanto, o artigo 21 exigia que “as pessoas admitidas no cemitério, e que aí senão conduzirem com o respeito devido infringindo as disposições deste regulamento e desatendendo as reflexões, que

---

<sup>190</sup> PIAUÍ, 1855.p. 16.

<sup>191</sup> PIAUÍ, 1855. p. 14.

lhes forem feitas pelo administrador serão por este expulsas”.<sup>192</sup> Segundo esse, mais uma vez se afirma o cemitério como um lugar onde se deve manter o devido respeito. A legislação faz notar que aquele recinto é regulamentado por leis que devem ser cumpridas.

Ainda sobre o Regulamento de 1885, devemos destacar que apesar do fato do espaço de enterramento da capital ter passado dos cuidados da igreja e das irmandades à jurisdição do município a partir da *Resolução de nº 437* de 1857, a administração da necrópole que mais tarde receberia o nome de cemitério São José, continuou tendo uma relação próxima com a igreja. Essa relação fica evidente no artigo 39 do Regulamento de 1885, que determinava que:

Art. 39. Para que seja admitido algum cadáver deverá a pessoa, que disso trata, pagar a boca do cofre municipal a quantia estipulada, havendo do procurador um recibo extraído de um livro de talão, que será apresentado ao administrador, para que este expeça as providencias precisas. O procurador da Câmara para praticar o ato de que se fala, exigirá que primeiro lhe apresentem declarações da autoridade policial respectiva de que não há motivo para demorar-se a inumação, e do pároco de haver sido encomendado o cadáver ou de está obrigado a encomendá-lo. Estas declarações serão arquivadas.<sup>193</sup>

Assim, segundo o artigo exposto acima, para que um corpo recebesse sepultura na necrópole pública, os familiares do falecido deveriam pagar à municipalidade, a quantia referente ao tipo de sepultura escolhida, fossem elas reservadas, comuns ou mesmo catacumbas.

Além disso, era necessário apresentar ao procurador da câmara dois documentos distintos. Um seria emitido pelas autoridades policiais e deviam dar o atestado de que não havia motivo algum para que houvesse demora no sepultamento. E o outro era emitido pela igreja e deveria atestar que algum pároco foi encarregado de “encomendar” a alma.

Esse último, exigido pela Câmara Municipal como condição para que fosse realizado o sepultamento no cemitério público de Teresina, é um indício de que a separação entre o Estado e igreja, no que concerne ao cuidado dos corpos mortos, ainda não estava consolidada no Piauí em meados do século XIX. Assim, o Governo, por meio do artigo acima, ainda exigia a participação da igreja durante os rituais de passagem realizados após a morte dos indivíduos.

---

<sup>192</sup> PIAUÍ, 1855. p. 14.

<sup>193</sup> PIAUÍ, 1855.p. 14.

Ainda nessa mesma linha de considerações, no entanto, analisando agora o *Código das Leis Piauienses de 1873*,<sup>194</sup> é possível notar que os preceitos religiosos continuam sendo considerados pela legislação piauiense no que concerne aos enterramentos nos cemitérios públicos da província do Piauí. A exemplo disso, o artigo 10º, do capítulo 3º do *Código de Postura* publicado em 1873, determinava que: “as inumações serão feitas em sepulturas comuns e em catacumbas, quando as houver, de acordo com os preceitos religiosos”.<sup>195</sup>

Portanto, a legislação afirma que os sepultamentos deveriam ser respaldados pelos preceitos religiosos, fato que confirma a ligação entre Estado e igreja ainda em vigor no final do século XIX, já que, essas duas entidades só estariam separadas a partir de 1891 com a elaboração da constituição republicana.

Além disso, quando comparamos o *Regulamento n.º. 29* de 1855, com as posturas apresentadas no capítulo 3º do *Código das Leis piauienses* editado 18 anos depois, em 1873, podemos destacar algumas alterações entre as determinações legais impostas por um e por outro. Em primeiro lugar, ressaltamos que houve um reajuste entres os valores pagos para cada tipo de inumação, realizada em sepulturas ou catacumbas. Vale dizer que as catacumbas são um tipo de cova construída no interior das espessas paredes do Cemitério São José. Na tabela abaixo é possível comparar os valores estipulados para sepulturas e catacumbas no Regulamento de 1855 e nas posturas de 1873.

Tabela 1: Comparação dos valores dos enterramentos no cemitério de Teresina  
Nos anos de 1855 e de 1873.

Tipos de sepulturas e catacumbas	Regulamento N° 29 de 1855	Código das Leis Piauienses de 1873
Sepultura comum	2\$000 reis	4\$000 reis
Sepultura reservada	6\$000 reis (um ano a dois)	X
Sepultura temporária	X	1\$000 reis (um ano)
Sepultura perpétua	60\$000 reis	100\$000 reis
Catacumba (adulto)	30\$000 reis	50\$000 reis
Catacumba (criança)	20\$000 reis	50\$000 reis
Catacumba temporária	Um ano	25\$000 reis
	Dois anos	40\$600 reis
	Três anos	60\$000 reis
Catacumba perpétua	X	200\$000 reis

Fonte: PIAUÍ. Resolução n. 29, de 27 de novembro de 1855. Dispõe sobre as regras internas do cemitério de Teresina. *Código das leis piauienses de 1855: Leis, Decretos e Resoluções 1846 a 1859*. Teresina, 1855. Tomo 11, parte 2. Seção 2, p. 17; PIAUI. Capítulo 3º: Dos cemitérios. . Posturas que regularizam os cemitérios da Província. *Código das Leis Piauienses de 1873*. Teresina, 1873. p. 71.

<sup>194</sup> PIAUI. Capítulo 3º: Dos cemitérios. Posturas que regularizam os cemitérios da Província. *Código das Leis Piauienses de 1873*. Teresina, 1873. p. 70-73.

<sup>195</sup>PIAUÍ, 1873. p. 70.

Segundo o quadro acima, formulado a partir da observação e comparação dos dois elementos jurídicos que ordenavam sobre os cemitérios, respectivamente, nos anos de 1855 e 1873, podemos afirmar que houve um aumento dos valores das inumações no intervalo de dezoito anos que separam os dois componentes legislativos. No entanto, sobre o aumento dos preços das sepulturas, fazemos a ressalva de que se deve considerar também a desvalorização da moeda.

Assim, para inumar os restos mortais de alguém em uma sepultura comum no cemitério, no ano de 1855, a família pagaria aos cofres da municipalidade a quantia de 2\$000 reis. Vale ressaltar ainda que a sepultura comum era a opção mais humilde para a inumação naquele período. Já no ano de 1863, para sepultar nesse tipo de cova pagava-se o valor de 4\$000 reis, ou seja, o dobro do valor estabelecido em 1855. Igualmente, o valor determinado para as sepulturas perpétua passou de 60\$000 reis em 1855 para 100\$000 reis em 1873. Assim, pelo valor aqui designado, podemos afirmar que ser inumado em uma sepultura perpétua era indicativo do pertencimento a uma família supostamente abastarda.

Ainda segundo a observação do quadro acima, é possível constatar que o valor estipulado para realizar sepultamento em catacumba também teve um aumento significativo entre as duas regulamentações. Assim, em 1855, pagava-se entre 20\$000 e 30\$000 reis para inumar respectivamente os restos mortais de criança e adulto em uma catacumba. Já em 1873, o valor determinado para os mesmos serviços era de 50\$000 reis.

De maneira distinta, a observação dos dados do quadro, evidencia que houve uma redução dos valores determinados para receber sepultamento em catacumbas temporárias, entre o Regulamento de 1855 e as Posturas de 1873, que regulavam os preços praticados no cemitério. Em vista disso, o artigo 18 do Regulamento de 1855, determinava que “o depósito em catacumbas – custará a quantia de 25\$000 reis por um ano, de 40\$600 réis por dois, e de 60\$00 réis por três.”<sup>196</sup> Em contrapartida, o inciso § 1º do artigo 12 do *Código das Leis Piauienses*, determinava que o depósitos dos restos mortais em catacumbas custariam 10\$000 reis por ano.

Por outro lado, foi possível constatar que as Posturas de 1873 trouxeram algumas medidas mais contundentes quanto a manutenção da higiene e ordem interna nos cemitérios da província, quando a comparamos com o regulamento nº 29 de 1855, o qual analisamos no decorrer deste tópico. Assim, o artigo 19º do *Código de leis Piauienses de 1873*, determinava

---

<sup>196</sup> PIAUÍ, 1855. p. 17.

que “as sepulturas nunca terão menos de oito palmos de profundidade, três a quatro de largura e entre uma e outra se guardará a distância de três palmos.”<sup>197</sup>

Desta forma, enquanto a presente postura regulamentava a profundidade e espessura que deveria ter as covas dos cemitérios piauienses, o regulamento anterior, de 1855, determinava somente que os cadáveres inumados em sepulturas comuns teriam três palmos de distância entre si e jamais poderiam estar sobrepostos.<sup>198</sup> Enfim, as posturas elaboradas e publicadas em 1873, demonstraram maior preocupação em definir uma cova suficientemente profunda, a ponto de impedir que os restos mortais ou os gases emanados por estes, tivessem contato com a atmosfera. Por outro lado, a preocupação com a profundidade das sepulturas não foi mencionada no regulamento de 1855. Dessa forma, podemos afirmar que entre os anos que separam os dois regulamentos houve uma evolução na questão de controle das condições sanitárias.

Ademais, o *Código das leis Piauienses de 1873*, no artigo 20º do capítulo 3º determinava um tempo de três a quatro anos respectivamente para a abertura de sepulturas e catacumbas a fim de realizar novas inumações. Contudo, o regulamento anterior, aquele elaborado em 1855, determinava um espaço de tempo de um ano e meio a dois anos para que houvesse um novo sepultamento em uma cova utilizada anteriormente.<sup>199</sup> O mesmo artigo determinava ainda que deveriam se passar seis meses além do prescrito para que houvesse a efetiva realização de um novo sepultamento. No entanto, mesmo com a adição desses seis meses, o tempo estipulado por este, ainda é menor que o tempo determinado na postura elaborada em 1873.

Em suma, o final do século XIX presenciou o recrudescimento das leis que davam providências sobre as questões de uso, de salubridade e da ordem no interior dos cemitérios. Provavelmente, isso aconteceu devido a expansão das epidemias de varíola e febre amarela que atingiram a província do Piauí entre 1861 a 1863, voltando a assolar a população, quatro anos mais tarde, ou seja, em 1867.<sup>200</sup> O medo do contágio por essas epidemias que se alastraram até Teresina, certamente fizeram com que os legisladores da província tivessem maior cautela na elaboração das leis que regulamentavam a higiene, salubridade e o ordenamento dos cemitérios na província do Piauí.

---

<sup>197</sup> PIAUI, 1873, p. 71.

<sup>198</sup> PIAUÍ, 1855, p. 17.

<sup>199</sup> PIAUÍ, 1855, p. 12.

<sup>200</sup> LIMA, Josilene dos Santos. *Pelas Almas do Purgatório: ritos fúnebres e atitudes diante da morte no Piauí durante o século XIX*. 2012. 96 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012. p. 70.

Por fim, notamos que tanto o *Regulamento n. 29* de 1855 quanto o *Código das leis Piauienses de 1873* apresentaram disposições que proibiam o extravio de qualquer ornamento dos caixões ou até mesmo das vestimentas e quaisquer outros objetos que foram depositados nas catacumbas ou sepulturas juntamente com os cadáveres. Segundo o artigo 24 das *Posturas de 1873* a pena para essa infração seria de 4 a 8 dias de prisão. Os funcionários que cometessem tal delito seriam demitidos.<sup>201</sup> Conquanto, se a lei que proibía o vilipêndio das sepulturas, caixões e cadáveres foi retificada 18 anos após a publicação do Regulamento de 1855, isso pode ser um indício de que o delito determinado na lei era uma prática comum nos campos santos país afora e que precisava ser coibida mediante a existência de lei e punição específica para tal crime.

### **2.3 O caso da Igreja Matriz de Barras: José Carvalho de Almeida**

Na Bahia, a publicação da lei que proibía a realização de sepultamentos no interior das igrejas, a inauguração do cemitério “Campo Santo” e o iminente risco de ter seus corpos e de seus familiares enterrados em solo profano após a morte gerou a uma revolta que ficou conhecida como “Cemiterada”. Sobre o extraordinário acontecimento que teve início no dia 25 de outubro de 1836, João José Reis nos apresenta a seguinte narrativa.

naquele dia, a cidade acordou com o barulho dos sinos de muitas igrejas. Os mesmos sinos usados na convocação para missas, procissão, festas religiosas e funerais eram agora dobrados para chamar ao protesto coletivo. A reunião fora marcada para acontecer no terreiro de Jesus, no adro da igreja da Ordem Terceira de São Domingos. De suas sedes, marcharam para ali centenas de membros de irmandades.<sup>202</sup>

Pessoas comuns, não filiadas às irmandades, também compareceram à manifestação. Na ocasião foram proferidos inúmeros discursos contra a inauguração do novo cemitério que recebera o nome de “Campo Santo”. Em um outro dia de protesto, os revoltosos realizaram uma completa devastação no novo cemitério, estabelecimento que para muitos significava um lugar profano que ameaçava a fé católica.

Diante da proibição do sepultamento em espaço sagrado, os piauienses parecem ter assumido uma postura bem mais ordeira que os baianos. Aqui, até o presente momento, não foi desnudado nenhum relato de revolta semelhante a Cemiterada baiana. No entanto, isso não nos impede de afirmar que, em um momento ou outro, a proibição de realizar sepultamentos no interior das igrejas causou desconforto e temor para alguns fiéis católicos piauienses.

---

<sup>201</sup> PIAUI, 1873. p. 72.

<sup>202</sup> REIS, 1991. p.13.

José Carvalho de Almeida é um exemplo de piauiense que, em vida, recorreu à justiça a fim de angariar o direito de ser inumado no interior da Igreja matriz de Barras mesmo após a publicação da *Resolução n. 437* de 1857 e da *Lei n.º 549* de 24 de julho de 1864 que davam fim a essa antiguíssima prática. A luta de José Carvalho de Almeida para receber sepultura em “solo sagrado” foi trazida ao nosso conhecimento por meio da matéria escrita pelo jornalista David Caldas e publicada no jornal *O Amigo do Povo* do dia 15 de novembro de 1871.<sup>203</sup>

O texto de Caldas foi elaborado em memória do notável comandante da milícia de Barras, José Carvalho de Almeida. Filho de D. Joanna Maria da Conceição e Antônio Carvalho de Almeida, José Carvalho de Almeida nasceu no dia 24 de setembro de 1770 em Barras, no Piauí. Durante o governo de José Antônio Saraiva, o militar tornou-se comandante superior da guarda municipal de Barras.

O texto publicado no Jornal afirma que o comandante administrou a igreja de N. Senhora da Conceição daquela municipalidade por um período de trinta anos. Em 14 de julho de 1831, ele teria lançado as fundações de uma nova capela que mais tarde seria a igreja matriz da cidade. Assim, a capela do SS. Sacramento da matriz de Barras foi edificada, em grande parte, às custas do esforço e financiamento do comandante José Carvalho de Almeida.

Em vista da relação sentimental que tinha com a Igreja Matriz de Barras, o que se explica pelo fato de ter participado ativamente de sua construção, em 1868, José Carvalho de Almeida requereu em forma de petição à Assembleia Legislativa da província que concedesse a ele o direito de ser inumado na igreja matriz após a sua morte. Na mesma petição, pediu ainda que a inumação acontecesse sem que seus parentes tivessem que pagar qualquer multa ou emolumentos por isso. David Caldas explica o caso da seguinte forma.

Em julho de 1868 requereu à assembleia provincial que, quando viesse a falecer e os seus herdeiros o quiserem sepultar na igreja por ele construída, fossem os mesmos relevados à multa de 500\$000 reis de que trata a lei provincial n.º 549 de 24 de julho de 1864. Em consequência disso, a assembleia confeccionou a lei nº 646 de 20 de agosto de 1868, permitindo que se desse sepultura a José Carvalho de Almeida na igreja matriz da Vila de Barras, quando ele viesse a falecer: essa lei foi uma das 13 que o Dr. Simplício de Sousa Mendes suspendeu pela famosa portaria de 27 de agosto de 1868 que deu lugar para o aviso de 29 de outubro de 1869, cuja melindrosa execução coube ao benemérito e ilustrado presidente Luiz Antônio Vieira da Silva.

Entretanto, José Carvalho de Almeida, antigo e prestigioso chefe conservador, deixou de ser sepultado na igreja matriz, como tanto desejava, pois tendo falecido a 30 de maio de 1869 foi sepultado no dia seguinte no

<sup>203</sup> JOSÉ CARVALHO DE ALMEIDA. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n. 69, 15 nov. Texto em memória, citando sua relação com a igreja em Barras e seu desejo de ser enterrado na matriz, mesmo em oposição a lei que já proibia. 1871, p.5-6.

cemitério da confraria de Nossa Senhora da Conceição das Barras, quando ainda pesava sobre as 13 leis o interdito lançado pelo Dr. Simplício Mendes.<sup>204</sup>

O fragmento acima cita a *Lei provincial n° 549* de julho de 1864. Segundo o mesmo, a lei proibia o enterramento em igrejas e determinava uma multa de 5000\$000 reis para aqueles que infringirem a norma. Embora não tenhamos tido acesso ao texto integral da lei publicada no ano de 1864, mencionada acima, é valido ressaltar que em 1857 já existia a *Resolução provincial n° 437* que privava o enterramento nas igrejas e em quaisquer outros lugares que não fossem os cemitérios.

Em resumo, temos no pedido feito pelo comandante para que sua inumação fosse realizada na Igreja Matriz de Barras, um indício de que a vontade dos indivíduos de sepultarem seus corpos no interior das igrejas perdurou mesmo diante do conhecimento e das proibições sancionadas com o fito de coibir esse costume. Não podia ser diferente tendo em vista que, por aquela época a inumação em igrejas, perto dos santos e anjos representava uma estratégia de salvação acreditada por parte dos católicos. Enfim, morrer e ser sepultado em solo sagrado era uma forma de morte considerada mais amena, mais adequada visto que.

As igrejas eram a Casa de Deus, sob cujo teto, entre imagens de santos e anjos, deviam também se abrigar os mortos até a ressurreição prometida para o fim dos tempos. A proximidade física entre cadáver e imagens divinas, aqui embaixo, representava um modelo da contiguidade espiritual que se desejava obter, lá em cima, entre a alma e as divindades. A igreja era uma das portas de entrada do Paraíso.<sup>205</sup>

Para além disso, ser inumado em igrejas era uma forma de tornar a si próprio e a sua família notável perante a comunidade e as gerações vindouras. Constituía como um apelo à memória coletiva. Ter jazigo na igreja era uma forma de negar o esquecimento e execrar o afastamento propiciado pelo enterramento nos longínquos cemitérios modernos.

Ser enterrado na igreja era também uma forma de não romper totalmente com o mundo dos vivos, inclusive para que estes, em suas orações, não esquecessem os que haviam partido. Os mortos se instalavam nos mesmos templos que tinham frequentado ao longo da vida. Eles residiam no centro de decisões da comunidade, decisões que testemunhavam e que talvez propiciassem. Pois as igrejas brasileiras serviam de sala de aula, de recinto eleitoral, de auditório para tribunais de júri e discursões políticas. Ali se celebravam os momentos maiores do ciclo da vida – batismo, casamento e

<sup>204</sup> JOSÉ CARVALHO DE ALMEIDA, 1871. p. 5-6.

<sup>205</sup> REIS, 1991. p.171.

morte. Ali, no interior daquelas altivas construções coloniais, os mortos estavam integrados à dinâmica da vida<sup>206</sup>

Ainda segundo o texto escrito naquele periódico e publicado em 15 de novembro de 1871, a assembleia provincial autorizou que se desse guarida à petição de José Carvalho de Almeida e, na data em que este viesse a falecer, que se realizasse o seu sepultamento naquela Igreja Matriz. Isso se deu por meio da *Lei n° 646* de 20 de agosto de 1868. No entanto, ainda no mesmo ano essa lei foi suspensa pelo Dr. Simplício de Sousa Mendes.

No ano seguinte, em 1869, José Carvalho de Almeida veio a falecer. No entanto, o comandante não foi inumado da forma que desejou, ou seja, na Igreja de Matriz de Barras, a qual ele ajudou a construir e a administrou por décadas. Tendo falecido no dia 30 de maio de 1869, José Carvalho foi enterrado no cemitério da Confraria de Nossa Senhora da Conceição das Barras, tal como a maioria das pessoas que tiveram óbito após 1857, ano em que foi sancionada a *Resolução de n° 437* que privava os enterramentos nas igrejas, e em quaisquer outros lugares no recinto das cidades, vilas ou povoações da província.<sup>207</sup>

David Caldas no texto escrito em memória do comandante, ainda faz nota de que a Assembleia Legislativa de 1869 sancionou uma disposição que propôs a trasladação dos restos mortais de José Carvalho de Almeida do cemitério para a Igreja Matriz de Barras. No entanto, Caldas dá fim a essa história dizendo que “Ainda semelhante disposição ficou sendo letra morta do código das leis da província.”<sup>208</sup> Dessa forma, ele jamais teve seu último desejo realizado.

O desejo de José Carvalho de Almeida era também compartilhado com muitos indivíduos que viveram em meados dos séculos XVIII e XIX. Para muitos fiéis, o enterramento no interior das igrejas consistiria em uma “estratégia de salvação”, pois, segundo o imaginário daquela época, esse tipo de inumação permitiria a proximidade do morto com seus familiares, amigos e até mesmo com desconhecidos que rezariam por aqueles que ali foram sepultados. No limite, seria uma forma de permanecer vivo na memória dos entes queridos.

---

<sup>206</sup> REIS, João José, 1991. p.172.

<sup>207</sup> PIAUÍ, 1857. p. 65.

<sup>208</sup> JOSÉ Carvalho de Almeida, 1871. p. 5-6.

## 2.4 O caso da Igreja Menino Deus: sepultamentos em sagrado na cidade de Monsenhor Gil.

Por volta do ano de 1836, período em que aconteceu a revolta da “Cemiterada”, a divisão entre os vivos e seus mortos era quase inexistente. A esse respeito, Reis lança luz sobre a estrutura e o cotidiano nos templos católicos baianos naquele período.

Naquele tempo as igrejas não eram mobiliadas com bancos ou cadeiras, exceto alguns poucos às vezes, que eram encostados à parede. Os documentos falam de bancos levados pelos interessados para a cerimônia de corpo presente – o que devia se repetir em outros eventos, como casamento e batizado --, mas logo em seguida retirados. Os frequentadores das igrejas oravam e assistiam a missas de pé ou ajoelhados e, quando cansados e quando fosse apropriado, sentavam-se no chão, isto é, sobre as sepulturas. Sintonizado em outra sensibilidade funerária, Arango escreveu com sarcasmo que no Brasil, durante as cerimônias religiosas, “os vivos passeiam sobre os mortos”.<sup>209</sup>

Em Monsenhor Gil<sup>210</sup>, cidade localizada no interior do Piauí, os vivos ainda “passeiam sobre os mortos”. Assim, qualquer pessoa que visitar a igreja matriz da cidade que recebe o nome de Igreja Menino Deus facilmente poderá visualizar 17 catacumbas espalhadas por toda a construção. As lápides, bastante discretas, nem ao menos perturbam o nível do chão, mas, estão ali, por toda parte, nos dizendo que até o século passado pessoas ainda eram inumadas em igrejas no Piauí.

Basta andar pela belíssima construção do século XIX, e olhar embaixo dos bancos de madeira em que os fiéis se sentam para assistir as missas. Ali estão as lápides que tanto nos dizem sobre aqueles que já se foram, e mais ainda, sobre a sociedade piauiense dos dois séculos passados. A seguir a foto da Igreja Menino Deus e das sepulturas posicionadas no seu interior, mais precisamente sob os bancos.

---

<sup>209</sup> REIS, 1991. p.174-175.

<sup>210</sup> O município de Monsenhor Gil fica localizado a 40 quilômetros ao sul de Teresina. Oriundo da Fazenda Lages, que pertencia aos pais de Monsenhor Gil, mais tarde se tornou o povoado de Natal e apenas em 1963 foi elevado à categoria de município, recebendo o nome de Monsenhor Gil. A história da pequena cidade está atrelada a história de seu fundador. Monsenhor Gil recebe sua formação religiosa em Roma, na Itália. Em 1880, ele retorna ao Brasil, onde começa a desenvolver seu papel na fazenda Lages. Após a morte de seus pais e já na posse de seus bens, Monsenhor Gil constrói a Igreja menino Deus, um verdadeiro monumento para a época, e doa para a igreja as terras e toda sua herança, inclusive a casa de seus pais, que mais tarde funcionará como casa paroquial. A partir desse momento muitas famílias passaram a ser atraídas para o povoado devido a gratuidade das terras em torno da Igreja Menino Deus. Em 1963 o povoado Natal, como já havia sido dito antes, foi elevado à categoria de Município com o Nome de Monsenhor Gil.

Foto 4 - Paróquia de Menino Deus, município de Monsenhor Gil.



Fonte: Acervo Mariana Antão, 2014

Foto 5 - Sepultura sob os bancos da Igreja Menino Deus, município de Monsenhor Gil.



Fonte: Acervo Mariana Antão, 2014.

A história da igreja está atrelada à do surgimento da cidade, que por sua vez confunde-se com a própria história de vida do seu fundador, Monsenhor Gil. Assim, apesar de não conseguirmos identificar a data exata de fundação da igreja, pudemos inferir que sua origem remonta a mais de dois séculos tendo em vista que a fundação da casa paroquial data no ano de 1813.

No altar mor da igreja está a catacumba mais recente que pudemos observar, datada de 1919, pertencente ao personagem mais ilustre daquela cidade. Monsenhor Raymundo Gil de Silva Brito foi inumado ali naquele local que ele mesmo mandou construir. Filho legítimo do Coronel João da Silva e Brito e de D. Constância Emília do Espírito Santo, o cônego tem escritas em sua lápide, as seguintes palavras: “Quando a proximidade do Juiz Final for anunciada pelo troar do admirável clarim celeste de essa pedra ressuscitará o Monsenhor Raymundo Gil da Silva Brito.”

Após anunciada a sua ressurreição futura, são escritas palavras que buscam resumir quem foi e o que representou o Monsenhor, filho do povoado de Natal que agora repousava ali, assim está escrito: “sempre deu os melhores exemplos de piedade, fé, retidão e santidade”. No final fica para os vivos o pedido de que rezassem por ele. Abaixo, a imagem da lápide que pertence a Monsenhor Gil.

Foto 6 - Sepultura de Monsenhor Raymundo Gil da Silva e Brito.



Fonte: Acervo Mariana Antão, 2014

Os pais de Monsenhor Gil, possivelmente, foram inumados em uma única sepultura localizada no lado direito da igreja, próximo ao altar mor. Na sepultura onde, provavelmente, esse casal foi colocado, o tempo conseguiu apagar quase todas as letras, sendo possível ler apenas o nome de D. Constância Emília do Espírito Santo, mãe de Monsenhor. Observando o tamanho da sepultura e não tendo encontrado o nome do pai em catacumba alguma da igreja, é possível supor que ele tenha sido inumado juntamente com sua esposa. Além do mais, era comum nessa época, que os casais fossem enterrados em uma única sepultura. Assim, os laços feitos durante a vida se perpetuariam mesmo após a morte.

No lado esquerdo, também próximo ao altar mor da paróquia, foram inumados, em uma mesma cripta, o major Francisco Pereira Lopes e sua esposa Maria Eina do Espírito Santo. Em sua lápide está escrito a data do casamento, 19 de março de 1822, bem como a quantidade de filhos deixados pelo casal: “de seu consorcio deixaram 10 filhos”.

De um modo geral, sem especificar cada uma das lousas que observamos na Igreja Menino Deus, podemos afirmar que foram enterradas 19 pessoas entre os anos de 1854, data da primeira inumação, e o ano de 1919, data da mais recente. No entanto, só é possível contabilizar 17 catacumbas distribuídas no interior da igreja, nos lados esquerdo e direito desta, próximo ao altar ou na parte posterior interna da construção, próximo à porta principal. Na tabela abaixo, será possível observar o nome das pessoas inumadas, a data de seu nascimento, de óbito e o lugar em que cada catacumba está localizada a fim de que se tenha uma ideia da disposição dessas catacumbas pela igreja. No entanto, a informação que nos chama mais atenção é a data em que as inumações ocorreram.

Tabela 2: Data do sepultamento e localização das sepulturas no interior da Igreja Menino Deus.

Nome	Data do nascimento	Data do sepultamento	Local da sepultura
Monsenhor Raymundo Gil da Silva Brito	1855	1919	Altar mor da igreja
D Joanna Pereira do Espírito Santo	1834	1914	Próximo ao altar à esquerda
Major Francisco pereira Lopes	1803	1877	Próximo ao altar à esquerda
Maria Eina do Espírito Santo	1811	1864	Próximo ao altar à esquerda
Luiza Pereira do Espírito Santo	1826	-----	Próximo ao altar à esquerda
Honoraia Cesar dos Santos	1872	1910	Próximo ao altar à esquerda
D Cândida Vieira de			Próximo ao altar à

Carvalho	-----	1854	esquerda
Augusto Cesar dos Santos	1827	1918	Próximo ao altar à esquerda
Coronel Jose Raymundo as Silva Britto	1827	1904	Próximo ao altar à direita
Capitão Joaquim da Silva Britto	1860	1889	Próximo ao altar à direita
Constância Emília do Espírito santo e Silva	-----	-----	Próximo ao altar à direita
Inocente Lorival Borges Parentes	1907	1913	Próximo ao altar à direita
Antônio Mendes da Silva	1866	1910	Próximo ao altar a direita.
Roberta Lopes Baptista	1888	1910	Parte posterior da igreja à direita
Inácio Alves de Carvalho	1849	1918	Parte posterior da igreja à esquerda
Capitão Basílio Campelo de Senna Rosa	1849	1891	Parte posterior da igreja próximo à parede esquerda

A tabela exposta acima foi construída a partir da análise das informações fornecidas pelas escrituras nas lápides de cada catacumba. Segundo ela, é possível perceber que a primeira inumação realizada nessa igreja aconteceu no ano de 1854, e se trata de D. Cândida Vieira de Carvalho. Ainda de acordo com a tabela, é possível perceber que a última aconteceu já no século XX, em 1919, com o sepultamento do corpo de Monsenhor Raymundo Gil da Silva Brito. Portanto, o costume de se inumar na Igreja de Menino Deus se estendeu da segunda metade do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX.

Das 17 catacumbas analisadas, uma estava completamente ilegível. Em outras três só era possível observar informações parciais. Na catacumba de D. Luiza do Espírito Santo, por exemplo, a data de sepultamento não estava legível, já no caso de D. Cândida Vieira de Carvalho, a data de seu nascimento estava completamente apagada. Na lápide de Constância Emília do Espírito Santo e Silva, mãe de Monsenhor Gil, não é possível ler nada além de seu próprio nome.

No entanto, apesar dessas informações que foram perdidas devido a ação do tempo, é possível concluir que durante as duas primeiras décadas do século XX ocorreram mais inumações na Igreja Menino Deus, um total de 9, do que em toda segunda metade do século XIX, quando ocorreram apenas 5.

Por fim, é importante observar que cada lápide traz consigo a história pessoal daqueles que foram ali inumados. Ao ler, atenciosamente, cada uma delas é possível saber não apenas a data de nascimento ou de óbito das pessoas, mas, é possível descobrir outros aspectos de suas vidas. Profissão, cargo que ocupavam, quem eram seus pais, sua família, com quem se casaram, no que acreditavam. Tudo isso é possível inferir ao ler as palavras escritas sob as sepulturas.

No limiar, é possível conhecer a enorme crença que os nossos antepassados do século XIX tinham na ressurreição, em uma outra vida após a morte. Era comum, encontrar nas lápides escritos como “Aqui espera a ressurreição geral...”, ou então “Aqui repousam os restos mortais de...”, “que descanse em paz...”. Mais comum ainda, eram os pedidos de oração por aqueles que já se foram desta vida, em quase todas as lápides está escrito “orai por ele” ou então “orai por ela”.

Por outro lado, os vivos sempre procuravam demonstrar seu enorme carinho pelos que ali descansam. Nas lápides sempre havia frases que soavam como um desabafo, um longo suspiro de saudade, e de ressentimento pela partida. Assim eram comuns os seguintes escritos: “Sua inconsolável esposa D. Raymunda Doca Baptista da Silva como prova de amor e infinita saudade mandou gravar essa lápide”. “Orai por ele”, ou então “gratidão de sua esposa”, “sua desolada esposa e extremosos filhos mandaram gravar esta pedra como penhor da mais viva saudades”. Como podemos ver, esses escritos são embebidos de sentimentos, de costumes, de códigos e posturas sociais. Material farto para qualquer historiador que gosta do cheiro de carne humana.

## **2.5 O caso da Igreja de Nossa Senhora das Dores: Dom Severino Vieira de Melo.**

Podemos destacar ainda outro fato que demonstra certa resistência a lei que proibia o sepultamento em igrejas. Desta vez o palco da dissensão é Teresina. Em visita a catedral de Nossa Senhora das Dores, a segunda igreja edificada na cidade, encontramos o jazigo do primeiro arcebispo desta capital, Dom Severino Vieira de Melo.

Nascido no dia 5 de abril do ano de 1880, em Vitória de Santo Antão, pequeno município no interior de Pernambuco, em 1824, Dom Severino foi transferido para Teresina onde permaneceu no sacerdócio até a data do seu falecimento, 27 de maio de 1955. Por ter falecido ainda como arcebispo, foi inumado no altar mor da Catedral das Dores, localizada na Praça Saraiva. Em 2011, houve a exumação dos restos mortais do arcebispo que foram transferidos para uma capela da mesma igreja.

É interessante notar que o sepultamento do arcebispo no interior da Catedral de Nossa Senhora das Dores aconteceu em 1955. Ou seja, ocorreu quase um século depois da proibição de 1859. Abaixo a imagem da lápide da sepultura que guarda os restos mortais do arcebispo na parede de uma capela da catedral.

Foto 7- Sepultura sacra do primeiro arcebispo de Teresina Dom Severino Vieira de Melo, Catedral de Nossa Senhora das Dores.



Fonte: Acervo Mariana Antão, 2014.

Na imagem acima, observamos a lápide da sepultura de Dom Severino Vieira de Melo numa parede da catedral Das Dores. Ao lado dela há outros depósitos à espera dos restos mortais dos demais arcebispos da capital que possam vir a falecer ainda no exercício do cargo. Estes, assim como o primeiro, terão uma sepultura em lugar sagrado, bem perto do altar mor da catedral. Este era o tipo jazigo em que a maioria dos homens nos séculos XVIII e XIX desejavam ser sepultados, a fim de alcançar a salvação de forma mais breve, pois o enterramento em igrejas era uma estratégia de salvação para o imaginário dos homens daquela época, uma vez que imaginava-se que o solo sagrado aproximaria os mortos do reino dos céus.

As rezas dos vivos no interior das igrejas impediriam que as almas dos falecidos passassem muito tempo no purgatório. Para além disso, ser enterrado nas igrejas também era algo que permitia que os mortos permanecessem por mais tempo na lembrança dos vivos,

assim as orações por aqueles seriam mais intensas, fato que favorecia a boa passagem do morto para a outra vida.

### **3. DA MORTE À CONSTRUÇÃO DE UM ABRIGO ETERNO: SENSIBILIDADES NOS ANÚNCIOS DE FALECIMENTO E ARTE FUNERÁRIA EM TERESINA.**

O Terceiro e último capítulo apresentará o Cemitério São José enquanto local em que se reproduz as hierarquias da cidade dos vivos na metrópole dos mortos, e enquanto palco em que desfilam memórias, saudades e sensibilidades. Nessa parte do trabalho, observaremos as sensibilidades construídas pelos piauienses em dois momentos distintos do longo processo de despedida dos parentes e amigos falecidos, qual sejam: a hora de anunciar o falecimento nos jornais e, depois, escolher e mandar construir um monumento no lugar onde foram sepultados os estes restos mortais. Quais as intenções e sensibilidades perpassam esses dois momentos? Essa é uma questão que norteia nossas reflexões.

#### **3.1. “A mão pesada da morte acaba de arrebatara mais uma vida preciosa”: sensibilidades nos anúncios de falecimento no jornal “O Piauhy” entre 1869 e 1873.**

A mão pesada da morte acaba de arrebatara mais uma vida preciosa, cuja perda lamentamos do fundo d’alma!

Já não existe o nosso distinto amigo Exm. Sr. Dr. Aureliano Ferreira de Carvalho, muito digno deputado da assembleia geral por essa província. Ainda na flor dos anos, cheio de vida e de esperanças, quando começava a sorrir-lhe um brilhante futuro, foi o distinto piauiense vítima de uma morte prematura, que roubou ao país um cidadão presente e a província um filho ilustre e querido!<sup>211</sup>

Acima transcrevemos o anúncio de falecimento do Exm. Sr. Dr. Aureliano Ferreira de Carvalho publicado no jornal “*O Piauhy*” no dia 14 de agosto de 1871. O ex-deputado piauiense que é caracterizado pelo redator do jornal como um jovem de “inteligência robusta e brilhante, caráter leal e sincero, político firme e dedicado, um dos mais distintos membros do partido conservador” além de também ser “filho, cidadão e amigo de qualidades apreciáveis”, faleceu alguns dias depois de desferir um tiro de revólver em sua própria cabeça.

---

<sup>211</sup> CARVALHO, Aureliano Ferreira de. *O Piauhy*, Teresina, 14 ago. 1871. ano V, n. 184, p. 2. (Notícia sobre o falecimento Exm. Sr. Dr. Aureliano Ferreira de Carvalho)

Após registrar que “pouco importa hoje os motivos que o levaram a tão desesperada resolução, só nos resta lastimar sua infeliz sorte”, o jornalista encerra a nota da seguinte forma.

Altos são os juízos, e curvando-nos aos decretos do altíssimo, fazemos votos pelo seu descanso eterno. Associando-nos a sua ilustre família, a qual dirigimos nossos pêsames, derramemos sobre seu túmulo uma lágrima de dor e de saudade por tão irreparável perda. A terra lhe seja leve<sup>212</sup>

A leitura dos fragmentos acima, que datam do final do século XIX, nos permite perceber que a morte era anunciada com grande pesar e certa dramaticidade poética. Além disso, expressa a necessidade demonstrar solidariedade à família, principalmente se esta desempenhar certa influência no interior da província, reafirmando assim os laços com os parentes e amigos dos falecidos ilustres.

Dessa forma, a fim de rastrear as sensibilidades expressas pelos teresinenses do século XIX diante da morte e do morrer, analisamos algumas notas de falecimento publicadas no jornal *O Phiauhy* entre os anos de 1869 a 1873, durante esse período foi possível catalogar 20 notícias de falecimento, incluindo uma nota que dizia respeito a missa celebrada em razão da morte da princesa D. Leopoldina de Bragança na Igreja Nossa Senhora do Amparo, duas notas de agradecimento as solidariedades prestadas por ocasião do falecimento de familiares e um convite para a missa de sétimo dia.

Comumente, esses anúncios são posicionados na última página do jornal e variam quanto ao tamanho do texto, por vezes, são apresentadas apenas pequenas notas de falecimento como é o caso da publicação da edição de 2 de janeiro de 1869 por ocasião da morte do Capitão Aníbal José da Silva Conrado.

**Falecimento.** --- Deu ontem à noite a alma ao criador e sepultou-se hoje o capitão Aníbal José da Silva Conrado, escrivão dos feitos da Fazenda Provincial. Parece que a mão do infortúnio pesa sobre a *distintosa* família Conrado. Ainda não faz, talvez, um mês que faleceu o chefe da família, de que o capitão Aníbal ficara sendo o único arrimo, e já tão depressa é lançado ao túmulo, deixando mulher e filhos, mãe e irmãs em perfeita pobreza! Receba sua consternada família nossos sinceros pêsames. Deus se compadeça de sua alma.<sup>213</sup>

---

<sup>212</sup> CARVALHO, Aureliano Ferreira de. *O Phiauhy*, Teresina, 14 ago. 1871. ano V, n. 184, p. 2. (Notícia sobre o falecimento Exm. Sr. Dr. Aureliano Ferreira de Carvalho)

<sup>213</sup> FALLECIMENTO. *O Phiauhy*, Teresina, 2 jan. 1869. ano 2, n. 56, p.4 (Notícia sobre o falecimento do capitão Aníbal José da Silva Conrado)

Há também algumas notícias que são acompanhadas por enormes biografias ressaltando os feitos do falecido em vida. Comumente, essas notas maiores que são dirigidas as pessoas consideradas ilustres para o jornal, principalmente os membros do Partido Conservador, vem acompanhadas por uma imagem. A exemplo, podemos apresentar o recorte da primeira parte da notícia e detalhe da gravura que precedia o texto escrito por ocasião da morte do Sr. Tenente Coronel José Amaro Machado.

Imagem 4 - Recorte da notícia de falecimento e detalhe da imagem que a precede.



Fonte: MACHADO, José Amaro. O Piauí, Teresina, 23 mar. 1872. ano V, n. 211, p.3-4 (Notícia sobre as circunstâncias do falecimento do Sr. Tenente coronel José Amaro Machado retomando sua biografia-ilustrada com gravura possivelmente uma pranteadora).

Trata-se de um grande texto precedido por ilustração que traz uma mulher em prantos, representando, possivelmente, a desolação e tristeza diante da morte. Abaixo o fragmento do texto que ocupa quase três seções do jornal, e que narra, com grande lamento, a tragédia que se abateu sobre o coronel e sua família, e logo em seguida, apresenta a biografia do ilustre falecido.

Transpassados da mais intensa e profunda dor lamentamos hoje do mais íntimo da alma o infausto passamento do Exm. Sr. Tenente-coronel José Amaro Machado, que na idade de 40 anos baixou a sepultura no dia 17 do corrente, vítima de febres típicas ou paludosas, de que ele com sua virtuosa consorte e uma inocente filhinha foram acometidos poucos dias

depois de ter chegado a esta capital e assumido a administração da província na qualidade de 4º vice presidente. Tendo 6 dias antes visto expirar sua idolatrada esposa, bem como, dois dias depois dela sua última filhinha, tornou-se desesperado e impossível o reestabelecimento de sua saúde, acabrunhado e cheio de tão profundo desgosto, sendo como foi tão violentamente assaltado por uma crudelíssima enfermidade, que zombou de todos os recursos médicos e escarneceu dos cuidados de amigos dedicados que lhes velavam a cabeceira, consternados pelo mais inesperado golpe. Assim que, em menos de 8 dias, a mais pesada e dura fatalidade reduziu a cadáver uma após outras três existências queridas, arrebatou deste mundo três vidas preciosas[...] <sup>214</sup>

O coronel faleceu logo após o “infausto passamento” de sua esposa e de sua filha. Todos foram acometidos por uma forte febre que teve início após a chegada da família que se deslocou para a capital do Piauí afim de que o coronel pudesse assumir o cargo de vice-presidente da província. Após noticiar com grande lamento essa tragédia, nas linhas seguintes, o jornal registra uma biografia do falecido ressaltando a importância dele para a província.

Era comum que o morto ilustre fosse enaltecido com a enumeração das suas virtudes cívicas, morais, sociais e familiares. Esse registro acaba por nos apresentar as qualidades mais apreciadas em uma dada época. A exemplo disso, o tenente-coronel é caracterizado pelo jornal como um dos filhos do Piauí “de maior merecimento e mais acrisolado patriotismo; cheio de serviços reais relevantes a causa pública, que estão na consciência de todos, serviços que foram , em parte reconhecidos e distinguidos pelo governo, condecorando-o com a comanda de oficial da Rosa que lhe enobrecia o peito”<sup>215</sup>.

De modo geral, diante da análise das notícias e notas de falecimento publicadas no jornal “*O Piauí*” entre 1869 e 1873, encontramos os seguintes adjetivos utilizados para caracterizar os falecidos : distinto, digno, excelente homem, pai de família extremoso e desvelado, cidadão inestimável por suas virtudes cívicas e privadas, amigo, possuía o caráter elevado, espírito reto e alma generosa, excelente esposo, ilustres e de virtudes inextinguíveis. Ou então caracterizava como “dedicado e fiel aos princípios que sustentava, de honradez e probidade inextinguíveis”, modesto, afável para com todos, de grande inteligência, de caráter elevado, de coração bem-fazejo e acessível, sincero e de maneiras urbanas. Em resumo, o morto era enaltecido tanto por suas características públicas como privadas.

Foi possível observar também que eram raras as notícias de falecimento feminino e as virtudes atribuídas eram, como o esperado para a sociedade oitocentista, bem distintas

<sup>214</sup> MACHADO, José Amaro. *O Piauí*, Teresina, 23 mar. 1872. ano V, n. 211, p.3- 4 (Notícia sobre as circunstâncias do falecimento do Sr. Tenente coronel José Amaro Machado e retomando sua biografia -ilustrada com gravura possivelmente da pranteadora)

<sup>215</sup> MACHADO, 1872, p.3- 4

daquelas projetadas para os homens. Assim, das vinte notas encontradas, apenas cinco eram destinadas à morte de mulheres. Normalmente, fazia-se menção a sua família, esposo ou filho ilustre. A exemplo, na edição de 10 de março de 1869 foi publicada a seguinte nota: “Acabamos de ser surpreendidos pela infausta notícia de ter falecido a poucas horas a Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> D. Rosa Lúcia de Castro, muito digna mãe do nosso amigo Padre José Gomes de Castro. Deus se lembre de sua alma e mitigue a justa dor do filho que pranteia.”<sup>216</sup>

No texto acima, D. Rosa Lúcia de Castro foi caracterizada apenas por ser “digna Mãe do Padre José Gomes de Castro”, o anúncio de seu falecimento ocorreu em decorrência do prestígio que o padre tinha perante o jornal. Sem mais delongas, não foi apresentada nenhuma outra qualidade inerente a D. Rosa a não ser a sua condição de “boa mãe”.

De forma semelhante, apesar de receber um texto maior, dona Rufina Joaquina da Silva Rocha, teve seu falecimento anunciado no jornal devido o prestígio de seu esposo. Isso fica evidente pelas palavras que intitulam a notícia “Uma lágrima sobre o túmulo da Exm.<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Rufina Joaquina da Silva Rocha, oferecida ao Sr. Augusto Alves da Rocha.”<sup>217</sup> Além disso, outra passagem que finaliza o texto também oferece indícios que comprovam a constatação de que a dona Rufina Joaquina recebeu homenagem póstuma devido a importância de seu esposo

e neste ingênuo tributo de nosso afeto para com ele e de nossa respeitosa lembrança para com essa, que ele perdera tão cedo, há mais do que um voto, há um rigoroso dever. é a homenagem que, após um mês de mortificadora saudade, vimos pagar-lhe, ante o sepulcro de sua idolatrada esposa.  
Jerumenha, 29 de janeiro de 1873  
Por um seu amigo dedicado.<sup>218</sup>

A Exm<sup>a</sup> senhora Rufina Joaquina que parece ter falecido ainda muito jovem, ou seja, “na frescura da idade”, como sugere o texto que noticia a passagem de um mês do seu falecimento, é caracterizada da seguinte forma.

A esposa carinhosa, a mãe desvelada, a filha obediente, a amiga sincera e dedicada, a mulher virtuosa, que era também o desempenho deste provérbio: a mulher prudente é uma dádiva particular do senhor (*adomino própria uxo prudens*). A Exm.<sup>a</sup> Sr. D. Rufina Joaquina da Silva Rocha, que na frescura da idade dorme a um mês na cidade dos mortos o eterno e tranquilo sono dos justos. Soube ela ser mãe e praticar deveres que o seu estado lhe havia imposto, porque a educação -verdadeiro aperfeiçoamento do espírito lhe realçara em todo o brilho as faculdades nativas, e lhe apontaram no carinho

<sup>216</sup> FALLECIMENTO. O Piauí. Teresina, 10 mar. 1869, ano II, n. 66, p.4 (Notícia sobre o falecimento da Sr<sup>a</sup> D. Rosa Lúcia de Castro)

<sup>217</sup> ROCHA, Rufina Joaquina da Silva. O Piauí. Teresina, 22 de mar.1873. ano VI, n. 257, p. 4 (Notícia sobre o falecimento de D. Rufina Joaquina da Silva Rocha com biografia)

<sup>218</sup> ROCHA, 1873, p. 4

do dever que se lhe pusera diante, o princípio da honra, como padrão seguro para o seu procedimento e para todas as suas ações.

Diante disso, podemos ressaltar que a meiguice, obediência, prudência, dedicação a maternidade e a educação são algumas das características de Dona Rufina Joaquina que eram bastante apreciadas pela sociedade do século XIX.

Inserindo uma nova observação, a análise dos anúncios de falecimento publicados no jornal *O Phiauhy* entre os anos de 1869 e 1873 revela que a notícia da morte era suavizada pelo(s) seu(s) redator(res). Assim, o uso da palavra “morte” era evitado ao máximo, bem como a palavra “falecimento” também era comumente substituída por outras expressões como “infausto passamento”, “deu alma ao criador”, “descansa eternamente”, “subiu aos céus para receber o prêmio dos justos”, “baixou à sepultura” ou “já não existe”. Há também outras expressões que apresentam maior dramaticidade como “o gélido sopro da morte veio privar-lhe de” ou “a mão pesada da morte acaba de arrebatá-lo mais uma vida preciosa”, “foi lançado ao túmulo”, “reduziu a cadáver”, “foi arrebatado desse mundo”, “terminam seus dias”. Em suma, apesar da utilização de eufemismos, a morte, geralmente, era noticiada com grande pesar e dramaticidade poética.

Algumas outras expressões demonstram as múltiplas atitudes e leituras construídas pelos homens diante da morte em meados do século XIX. Ora os textos apresentam a consciência quanto a infalibilidade da morte e a condição miserável do homem diante dela. Esse posicionamento fica claro quando, por ocasião da morte do tenente-coronel Manoel Antônio de Carvalho, afirma-se que “seguiu o destino a que está voltada a humanidade e pagou o tributo certo e inevitável de uma das poucas verdades, que não admite controvérsia, e que ninguém pode subtrair-se!”<sup>219</sup>

No mesmo sentido, ao noticiar o falecimento do Major Aureliano da Silva Soares, o redator apresenta admiração quanto a fragilidade da condição humana

A vida humana, que se traduz por uma série consecutiva de trabalhos e amargores, semelhante ao batel em um navegante demanda o porto da felicidade, arrija-se de encontro com a lapide sepulcral apenas começa a divisa nos longínquos caminhos do horizonte! Miséria condição!<sup>220</sup>

<sup>219</sup> CARVALHO, Manoel Antônio. *O Phiauhy*, Teresina, 8 de jun. 1872, ano VI, n. 221, p. 3. (Notícia sobre o falecimento do tenente coronel Manoel Antônio Carvalho- ilustrada com uma gravura religiosa)

<sup>220</sup> SOARES, Aureliano da Silva. *O Phiauhy*, Teresina, 22 de mar. 1873, ano VI, n. 257, p. 2 (Notícia sobre o falecimento de Major Aureliano da Silva Soares com biografia-presença de ilustração religiosa)

Expressões como “Deus se compadeça de sua alma” ou “Deus se lembre de sua alma”, “ao altíssimo uma prece para que dê a sua alma o descanso eterno”, “altos são os juízos, e curvando- nos ao decreto do altíssimo, fazemos votos pelo seu descanso eterno” ou , “ Deus se amerceie de sua alma e a terra lhe seja leve”, ou ainda “ pedimos-lhe que se resignem com a vontade suprema”, são bastante comuns e demonstram a resignação do homem diante da morte pois esta é uma vontade de Deus. Ao mesmo tempo, ao proferir essas frases, os homens do século XIX, reafirmam sua crença cristã em uma vida após a morte.

### **3.2 O silêncio dos túmulos é encharcado de lágrimas e saudades: arte funerária no cemitério São José.**

O rito fúnebre é uma forma de significar positivamente o fim da vida. Serve muito mais aos vivos que aos mortos, é um ritual que traz conforto e, de forma processual, reordena a bagunça deixada pelo rastro avassalador do desviver.

A produção fúnebre interessava sobretudo aos vivos, que por meio dela expressavam suas inquietudes e procuravam dissipar suas angústias. Pois, embora variando em intensidade, toda morte tem algo de caótico para quem fica. Morte é desordem e, por mais esperada e até desejada que seja, representa ruptura com o cotidiano. Embora seja seu aparente contrário, a festa tem atributos semelhantes. Mas, se a ordem perdida com a festa retorna com o final da festa, a ordem perdida com a morte se reconstitui por meio do espetáculo fúnebre, que preenche a falta do morto ajudando os vivos a reconstruir a vida sem ele.<sup>221</sup>

De forma semelhante, a construção de um abrigo eterno para guardar os restos mortais dos parentes falecidos bem como a escrita da lápide, a escolha da escultura e dos adornos, comumente permeados por símbolos cristãos que remetem a ressurreição, também fazem parte desse processo de ressignificação da morte. Serve aos vivos como consolo, é uma estratégia para materializar a memória e perenizar as lembranças relacionadas ao falecido. Ajuda a pensar que algo dele ainda é palpável, visível. Para além disso, com o passar do tempo, o túmulo passa a servir como matéria prima para o trabalho histórico devido ao seu imenso valor expressivo:

O estudo dos túmulos permite perceber as etapas de transformação da vida social do homem. Os túmulos contêm uma série de imagens e adornos que

---

<sup>221</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 1.ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.p. 138

são cultuados pelas pessoas, segundo sua formação religiosa e moral. Quando impregnadas de expressões religiosas, traduzem uma mensagem de fé conciliada às lembranças. Quando trazem símbolos cívicos, prestam-se a homenagens póstumas. Para a população, quanto mais imagens e adornos simbólicos o monumento funerário apresentar, maior é seu significado, recebendo assim visitas mais frequentes. Daí advém o grande valor expressivo dos túmulos. No silêncio dos símbolos ali presentes, produzidos com certo gosto artístico e de fácil assimilação, eles despertam em seus visitantes os mais profundos e significativos sentimentos.<sup>222</sup>

Enquanto campo apinhado de sepulturas, podemos afirmar que o silêncio dos cemitérios grita ao historiador. Tudo nesse espaço, a totalidade dos objetos que compõem “o cenário” cemiterial, bem como seu arranjo geográfico, são “testemunhas” materiais das sociedades passadas pois estas “projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias”.<sup>223</sup>

O cemitério é, por excelência, um produto dos homens e de suas razões, cultura, estrutura socioeconômica e, principalmente, de sua forma de pensar a realidade e de se relacionar com a morte de uma dada época. O estudo dos cemitérios permite “resgatar do tempo aquilo que restou”, pois, “é uma das construções mais importantes de uma cidade, ali estão objetos e fontes que nos possibilitam conhecê-la. Está o seu resumo, a sua síntese, a sua história.”<sup>224</sup>

No presente estudo, o Cemitério São José é colocado como uma clara possibilidade de conhecer as sensibilidades dos homens teresinenses que viveram durante a segunda metade do século XIX e início do XX. Suas sensibilidades foram desenhadas de múltiplas formas, nas diversas sepulturas que resistem ao tempo no interior daquele “cemitério velho”.

No entanto, é necessário advertir o leitor para o fato de que o espaço cemiterial, como qualquer outra produção humana, é permeado pelo princípio do poder. Nesse sentido, muito embora a morte seja “socialista”, pois abate todos sem distinção social, de forma contrária, quando observamos a arte tumular, percebemos que esta é um mecanismo de diferenciação social, perpetua após a morte as hierarquias da cidade dos vivos na metrópole dos mortos. Sobre isso, de forma brilhante e sensível, Ribeiro nos traz a seguinte reflexão:

Entre os pobres conhece-se a socialização do espaço, cabendo-lhes a cova rasa ou a vala comum. Aqueles que foram pela vida a fora desprovido dos

<sup>222</sup> BORGES, Maria Elizia Borges. *Arte Funerária no Brasil (1890-1930): Ofício de Marmoristas Italianos em Ribeirão Preto*. 2.ed. Gráfica UFGA: Goiânia, 2017. P. 237

<sup>223</sup> BELLOMO, Harry Rodrigues. *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). 2. ed. Porto Alegre: EDPRCRS, 2000. p. 15.

<sup>224</sup> RIBEIRO, Dimas do Reis. *Cemitério sem mistérios: a arte tumular do sul de Minas – 1890 a 1925 – Região dos Lagos de Furnas*. 1.ed. Alterosa: MG, 2006. P.9.

meios de produção tornam-se agora desprovidos de identidade, visto que o túmulo ou a sua não existência identifica o indivíduo no meio social, sendo a arte tumular um elemento de diferenciação social.

As representações se dão conforme as posses de cada família. O poder econômico produz esculturas, pinturas, iconografias e arquitetura dos mais variados estilos. O espaço métrico, ao receber uma multiplicidade de elementos, faz com que as desigualdades prevaleçam, e é exatamente esta diversidade artístico-cultural que confronta o passado, as mentalidades, o cotidiano e a difícil superação dessas desigualdades.<sup>225</sup>

Em resumo, a perpetuação da memória ou o aniquilamento desta dependem do poder. Nesse sentido, os abastados conseguem perenizar sua memória individual por meio da produção artística tumular. Se observados em grupo, a burguesia utilizava-se dos signos da morte para construir uma identidade cultural, “ela ora ratificava os valores morais que propiciassem status, ora particularizava os valores religiosos oriundos do passado, ora elegia padrões estéticos de conveniência para se afirmar, para sentir-se individualizada e única”<sup>226</sup>. Além disso, recorria à utilização do Mármore de Carrara, também conhecido como mármore vivo ou estatuário, para ereção dos túmulos de seus mortos, pois, por ser um material perene e importado, acabava funcionando também como mecanismo de projeção social ao tempo em que negava o nacional.<sup>227</sup>

De forma contrária, os pobres têm seus rastros de vida e de morte apagados pelo implacável tempo, sua individualidade desaparece quando este é atirado à vala comum. Ali, até mesmo os historiadores, farejadores das existências humanas passadas, não conseguem tecer sua memória, pois o túmulo tem a função de registrar a existência, fazer lembrar, sem ele, os pobres esquecidos em vida permanecem esquecidos após a morte.

Prova disso é que, durante a pesquisa de campo realizada no Cemitério São José, encontramos poucos túmulos que datavam do período entre 1859 a 1950. Dentre aqueles encontrados, muitos tinham uma espécie de marcação indicando que correspondia a uma sepultura perpétua. Portanto, levantamos a hipótese de que boa parte dos túmulos do século XIX foram derrubados para dar lugar a outros. Sabe-se que poucos podem adquirir uma sepultura perpétua. Aqueles que não dispõem de recursos financeiros recebem túmulos temporários, ou seja, depois de algum tempo seus restos mortais são retirados do sepulcro e

---

<sup>225</sup> RIBEIRO, 2006, P.10

<sup>226</sup> BORGES, 2017, p. 106

<sup>227</sup> Maria Elizia Borges discorrer sobre a utilização do Mármore de Carrara como matéria prima para a construção dos túmulos. A partir de 1940, devido à crise nas importações causada pela segunda guerra mundial, o mármore importado teve que ser substituído por outros materiais menos nobres. BORGES, 2017, P.108.

depositados em outro local, a fim de ceder espaço para um novo sepultamento.<sup>228</sup> Nesse caso, o desmanche da sepultura leva embora o indício de seu enterramento e de sua morte e, com o passar do tempo, até mesmo de sua existência.

Porquanto, sabe-se que poucos tinham acesso a arte funerária e, por esse motivo devemos ressaltar que o seu estudo evidencia as práticas e anseios apenas de uma parte dos homens do passado, ou seja, não dá conta de totalidade social. Apesar dessa problemática aqui apresentada, propomos que a arte funerária não pode ser desprezada enquanto valioso discurso simbólico que ajuda a compreender a atitude, de parte dos homens, diante da morte em uma dada época. Maria Elizia Borges é uma porta voz da importância do estudo da arte funerária que “embora seja considerada por muitos como documento “indireto”, possui, sem dúvida, um discurso simbólico, metafórico de grande valia para a compreensão da morte”<sup>229</sup>

Borges também procura compreender a origem da arte funerária brasileira, esta seria filha da arte funerária europeia. Para a autora, os primeiros túmulos, anteriores a década de 1870, foram importados das oficinas marmóreas de Portugal e seguiam modelos neoclássicos. Após essa primeira fase, os monumentos e adornos funerários passaram a ser importados também da Itália e França sendo caracterizados pelo romantismo e ecletismo.<sup>230</sup>

No período da Belle Époque,<sup>231</sup> a produção dos túmulos brasileiros foi bastante influenciada pelo art nouveau<sup>232</sup>. Sobre o emprego deste estilo na estatuária fúnebre:

a sensualidade foi o seu fundamento ético, como condição plena de vivência e de grandeza. Assim, a estátua, mesmo a serviço da arte funerária, foi um pretexto utilizado para mostrar o corpo humano repleto de atrativos. É frequente, nessa época o emprego de alegorias voltadas a desolação e ao êxtase<sup>233</sup>

Apesar da importação de túmulos em um primeiro momento, a grande produção da arte funerária ficou a cargo das marmorarias dos imigrantes italianos e portugueses.<sup>234</sup> Em seu livro, *Arte funerária no Brasil (1890-1930): Ofícios de Marmoristas Italianos em*

<sup>228</sup> Durante o segundo tópico do capítulo dois analisamos o regulamento nº 29 que dava providência sobre o cemitério dessas cidades. Algumas passagens desse regulamento fornecem indícios de que há um remanejamento dos corpos não reclamados. O regulamento também distingue as sepulturas perpetuas e as de caráter temporário.

<sup>229</sup> BORGES, 2017, p. 168

<sup>230</sup> BORGES, 2017, p. 214

<sup>231</sup> Período de efervescência cultural na Europa que vai de 1871 à 1914.

<sup>232</sup> Movimento artístico que surgiu na Bélgica e vigorou entre 1880 e 1920. Este buscava acompanhar as inovações da sociedade industrial. O movimento pregava originalidade, qualidade e volta ao artesanato. Apresenta linhas graciosas, exageradas e espiraladas, traços formando arabescos e entrelaçamento de folhagens e flores.

<sup>233</sup> BORGES, 2017, p.222.

<sup>234</sup> BORGES, 2017, p.226

*Ribeirão Preto*”, Borges busca resgatar a identidade dos primeiros marmoristas de Ribeirão Preto ao passo em que valoriza e estuda sua produção.

Em Teresina, ao catalogar as sepulturas do Cemitério São José que datavam dos anos entre 1859 a 1950, não foi possível encontrar nenhuma rubrica que apontasse para a existência de marmorarias no Piauí. Apenas duas sepulturas apresentaram o nome indicativo de sua origem: Marmoraria brasileira-Pará. Até então, nenhuma fonte analisada nos forneceu pista sobre o lugar de fabricação das outras sepulturas do período. Essa questão que surgiu durante a realização do presente trabalho, ficará, por enquanto, em aberto, podendo ser solucionada em trabalhos futuros quando for possível observar novas fontes.

Registra-se aqui que a arte funerária presente no Cemitério São José apresenta um descompasso visível quando comparada a arquitetura tumular de cidades brasileiras mais antigas, maiores e mais desenvolvidas que Teresina. No entanto, o estudo da arte cemiterial inscrita em Teresina e no Piauí não pode ser desprezado, ao contrário disso, é uma relíquia que ajuda a compreender uma sociedade imbuída de suas particularidades regionais e cidadinas e que também possui poucos fios e rastros que possam ajudar a tecer uma narrativa histórica de seu passado. Esse último fator acaba por tornar o seu estudo ainda mais instigante.

Assim, para construir uma análise da arte funerária no Cemitério São José utilizamos como instrumento basilar o inventário tipológico realizado por Borges em seu livro *Arte Funerária no Brasil (1890-1930): ofícios de Marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Na obra, a autora apresenta a metodologia adotada para realizar o inventário. Em um primeiro momento, registrou as sepulturas mais significativas executadas pelas marmorarias pesquisadas que pertenciam ao intervalo de tempo estabelecido entre 1890 e 1930. A busca rendeu a catalogação de 500 túmulos.

Após esse processo, separou as sepulturas quanto a sua arquitetura, classificando-as em Jazigo-capela, túmulo monumental, túmulo porte médio e túmulo simples. De forma resumida, segundo Maria Elizia Borges, **o Jazigo Capela** corresponde a uma minicapela cuja sepultura subterrânea abriga todos os mortos de uma família. **O Túmulo Monumental**, por sua vez, assemelha-se aos monumentos celebrativos que foram construídos na Primeira República e apresentam três características fundamentais, qual sejam: a grandiloquência, qualidade artística e decoração apurada. Além disso, normalmente, são produções escultóricas exclusivas apesar de apropriar-se de elementos já feitos.

**O Túmulo de Porte Médio** tem tamanho mediano que varia entre 2,5 a 5,5 m, está assentado sobre uma base que ocupa parte da área reservada à carneira, estas normalmente são

bem altas e sobre elas é que se ergue a escultura propriamente dita. Por fim, há também os **túmulos simples** que, normalmente, são construídos em alvenaria e recebem apenas uma laje em mármore. Por vezes, esses túmulos eram adornados por esculturas simples como vasos, cruz, anjos e santos.

Além dessa, realizada a partir da observação da arquitetura tumular, a autora realizou ainda uma classificação da produção escultórica, dividindo-a em três modalidades: anjos, imagens sacras e imagens profanas. Após fotografar cada sepultura, preencheu uma ficha padrão para inventário tipológico que continha as seguintes informações: localização, reprodução da epígrafe, rubrica, dimensões, material, descrição formal, escultura funerária, adorno, estado de conservação e observações.

Buscamos aplicar essa metodologia de forma semelhante ao analisar os túmulos do Cemitério São José, fazendo, no entanto, algumas alterações que possibilitassem a adequação à realidade local. A exemplo, percebemos que o cemitério não apresentava sepulturas que pudessem ser consideradas monumentais. Assim, agrupamos as sepulturas que datavam do período entre 1859 e 1950 em: jazigo-capela, túmulo de porte médio e túmulo simples. A essas aplicamos uma ficha para catalogação das sepulturas semelhante a ficha utilizada por Maria Elizia em seu trabalho.

No decorrer da pesquisa foi necessário incluir mais duas categorias para dar conta de explicar a realidade do Cemitério São José, que foram: as catacumbas aéreas construídas nos muros do cemitério e as sepulturas de anjinhos, forma como eram tratadas as crianças falecidas. Nessas últimas, apesar de também ter aplicado a ficha para a catalogação das sepulturas, decidimos apresentá-las em forma de narrativa e não em forma de inventário tipológico como foi feito nas três primeiras.

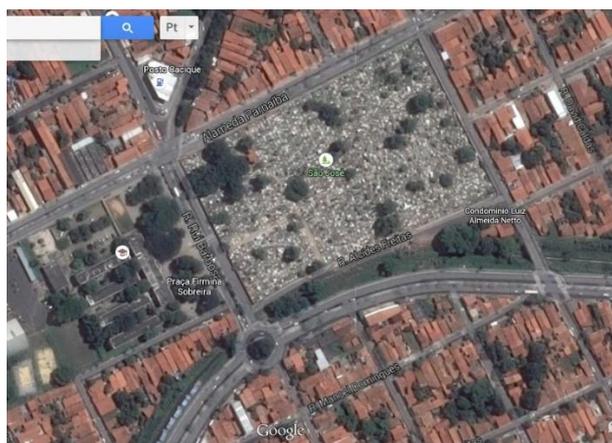
A intenção é fazer com que o leitor realize um passeio pelo cemitério. Em um primeiro momento, será possível conhecê-lo de forma geral, a sua localização dentro da cidade dos vivos e como ele está dividido em seu interior. Apenas depois, ao percorrer suas alamedas e avenidas, será possível conhecer os jazigos em que vivem simbolicamente alguns personagens importantes da história piauiense. Andar por entre as catacumbas oferece a sensação de estar passeando pelas ruas do centro antigo de Teresina. daquelas “ruas” demasiadamente estreitas, podemos, pouco a pouco, visitar cada um de seus moradores. Algumas “casas” parecem mais convidativas devido à grande imponência arquitetônica, são indiciárias do poder e importância de seu ou seus moradores. Há outras mais simples, mas que não deixam de ter seu chame convidativo. Existem os apartamentos mais altos destinados àqueles que não

apreciam o contato com a terra e há também as pequenas casas que abrigam os igualmente pequenos moradores.

### 3.3 Cemitério São José: um breve passeio pela cidade dos mortos

Ainda no primeiro capítulo do presente labor dissertativo, vimos que o Cemitério São José recebeu ordem de construção ainda em 1852, e que o local escolhido, inicialmente, era bastante afastado do sítio urbano que havia sido planejado por Saraiva. No entanto, atualmente, devido ao processo de expansão do território citadino, o cemitério está localizado no centro antigo da cidade dos vivos. De forma mais precisa, ocupa o bairro Matinha, zona norte da capital. Abaixo, a foto aérea do Cemitério São José, permite-nos observar as ruas que delimitam no seu atual sítio.

Imagem 5 - Vista aérea do cemitério São José



Fonte: Google Maps.

O “nosso Cemitério Velho” possui quatro limites: a oeste, é delimitado pela Rua Rui Barbosa de tal forma que, estando na entrada principal do campo santo, é possível avistar, do outro lado da referida rua, o prédio do Instituto de Educação Antonino Freire. Esse, por sua vez, foi estabelecido na Praça Firmina Sobreira. O limite leste é a Rua 13 de Maio e corresponde “aos fundos” do cemitério. Ao Norte, é delimitado pela avenida Alameda Parnaíba, enquanto o limite sul é assinalado pela Rua Alcides Freitas.

Após conhecer a localização da necrópole em meio a cidade pulsante dos vivos, é importante registrar que no presente estudo, o Cemitério São José, também é entendido enquanto uma “cidade” que foi sendo paulatinamente jazida e cuja lotação cresceu à medida que Teresina também se desenvolvia e ampliava sua população. Dessa forma, tendo em vista

a quantidade de corpos que abriga, o nosso velho cemitério ganha ares de uma “metrópole” fúnebre.

Enfim, a necrópole ocupa uma área de aproximadamente 35.088, 37 m<sup>2</sup>, possui 4 seções, 24 quadras, 8.700 covas e um número “habitantes” ainda indeterminado pelas estatísticas oficiais. No entanto, considerando a informação de um servidor de que cada sepultura comporta quatro indivíduos, podemos afirmar que o antigo cemitério tem aproximadamente 34.800 sepultados.

Como qualquer outra cidade, também sofreu um processo de expansão territorial. Esse é um fenômeno bastante comum entre os cemitérios brasileiros

Num primeiro momento, todo cemitério tem início em um terreno delimitado, com determinados números de hectares. O acúmulo de óbitos força sistematicamente a ampliação da área. Cada expansão territorial procura adequar-se aos parâmetros urbanísticos da época. Mesmo o visitante leigo é capaz de perceber o início e o fim de cada novo lote que se agrega ao espaço.<sup>235</sup>

Nesse sentido, se observado sob o ponto de vista histórico e geográfico, o cemitério, embora seja um só, está dividido por duas etapas de construção. Em consequência disso, apresenta duas áreas com características distintas. O primeiro espaço da necrópole corresponde à área que foi murada entre os anos de 1852 e 1859, quando foi inaugurada. O segundo espaço, condiz com a construção de um cemitério temporário no ano de 1862.<sup>236</sup>

Essa ampliação aconteceu em decorrência da necessidade de uma área maior para inumar os corpos devido ao aumento dos óbitos na província, resultado da epidemia de cólera que se abateu sob Teresina naquele ano de 1862. A partir de então, o cemitério teve sua área ampliada permitindo um incremento significativo em relação ao seu projeto inicial. Na imagem abaixo é possível visualizar os dois espaços que constituem o espaço na sua atual conformação.

---

<sup>235</sup> BORGES, 2017, p.204.

<sup>236</sup> Sobre isso ver: CARVALHO, 2013, p.72.

Imagem 6 -Vista aérea do Cemitério São José, destaque para o sítio original e sua ampliação em 1862.



Fonte: Google maps  
Edição de imagem: Emanuel de Almeida Muniz.

A partir da análise da imagem acima podemos supor que a área que foi construída a partir de 1862, é pelo menos cinco vezes maior que o perímetro original do cemitério inaugurado em 1859. Esse sítio primitivo da necrópole de São José está representado pela área contornada de vermelho da gravura acima. Nele é possível encontrar os túmulos mais antigos, a exemplo da sepultura de Jacob Manuel D'Almendra que data do ano de 1859. Além disso, apenas nesse perímetro primitivo observamos uma das maiores peculiaridades desse cemitério oitocentista que são as catacumbas aéreas de alvenaria construídas em seus muros mais antigos. Nos próximos tópicos, teceremos algumas linhas a despeito dessa particularidade.

Enfim, se iniciarmos o passeio pelo nosso “Cemitério Velho” a partir de sua entrada principal (corresponde a única entrada disponível na área circulada de vermelho na Imagem 6), é possível avistar frondosos e antigos pés de oitis que parecem estar posicionados justamente para recepcionar os visitantes. Ali, encontramos uma pequena placa disposta com a finalidade de delimitar o início da primeira seção do cemitério. Vale ressaltar que as seções são uma forma de organizar e compartimentar a área do cemitério para facilitar a localização das covas. Assim, abaixo do nome “1ª seção” da referida placa está escrito que *“Os que adormeceram em Cristo ressuscitarão em primeiro lugar”*.

Foto 8 - Paisagem do cemitério São José a partir de sua entrada principal.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

Portanto, a pequena placa de ferro, aparentemente bastante antiga, chama atenção por proclamar a crença cristã na ressurreição dos mortos. No mesmo sentido, a existência dessa, provavelmente mandada fazer pela administração da necrópole, também é indiciária de que o cemitério não passou a ser, como se imaginava a princípio, apenas o lugar legalizado para o enterro dos corpos sem vida. De forma diferente, tornou-se um campo “sacralizado”, espaço para a manifestação da fé e espera pela ressurreição.

Seguindo adiante, a poucos passos da entrada principal, é possível encontrar a capela, também localizada na parte primitiva do cemitério. A existência desta no recinto é outro indício que corrobora para a compreensão de que a construção dessa obra pública municipal foi fortemente perpassada pelo poder e preceitos da religiosidade católica. Enfim, a capela do cemitério foi mandada construir pelo § 4.º do artigo 7.º da lei nº 450 de 4 de setembro de 1857. Inaugurada em 1859, é um dos prédios públicos mais antigos de Teresina.

Foto 9 - Entrada da Capela. Cemitério São José, 2015, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

Foto 10 - Lateral da Capela. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

Seguiremos o passeio no interior da primeira necrópole de Teresina. Agora poderemos conhecer algumas das sepulturas mais significativas que observamos entre o período de 1859 a 1950.

### 3.3.1 Jazigos-capela

Foto 11 - Jazigo de grande porte da família Costa Araújo e Sousa Martins. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** Inocente Alcindo Filho, Clotilde Paz Araújo, Asdrúbal de Sousa Martins e Elisabeth da Costa Araújo Furtado.

**Localização da sepultura:** bloco 3, quadra 13, seção M, cova 416, n 4624/98

**Reprodução da epígrafe:**

MEMÓRIA DO INOCENTE ALCINDO FILHO DE ANTONIO RODRIGUES  
MONTEIRO E JULIA DA PAZ MONTEIRO. NASCEO A 8 DE MAIO DE 1894E  
FALECEU A 24 DE ABRIL DE 1895

CLOTILDE PAZ DA COSTA ARAUJO  
18-9-1877  
28-5-1948

ASDRUBAL DE SOUSA MARTINS  
9-11-1906  
14-04-1981

ELISABETH DA COSTA ARAÚJO FURTADO  
11-1-1947  
16-05-1949

**Período:** 1895

**Rubrica:** ausente

**Material:** jazigo-capela em alvenaria

**Descrição formal:** jazigo capela em alvenaria de grande porte. Possui cruz no topo de uma abóbada e há obeliscos em cada um dos cantos da construção.

**Escultura funerária:** ausente

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Regular, não rachaduras visíveis.

**Observações:** Maior construção tumular encontrada no interior do cemitério. Não registramos todos os inumados nesse jazigo devido apresentarem sepultamento bastante recente se comparado ao período delimitado pela presente pesquisa. Em média, a construção comporta 16 sepultamentos.

Foto 12 – Jazigo-capela de Horácio Narciso Couto. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** Horácio Narciso Couto, Mundinha Couto e Luzia da Silva Couto.

**Localização da sepultura:** ausente

**Reprodução da epígrafe:**

HORÁCIO NARCISO COUTO

13-3-1868

29-8-1943

MUNDINHA COUTO

12-5-1875

5-1-1968

LUZIA DA SILVA COUTO

13-12-1832

2-9-1909

**Período:**1909

**Rubrica:** ausente

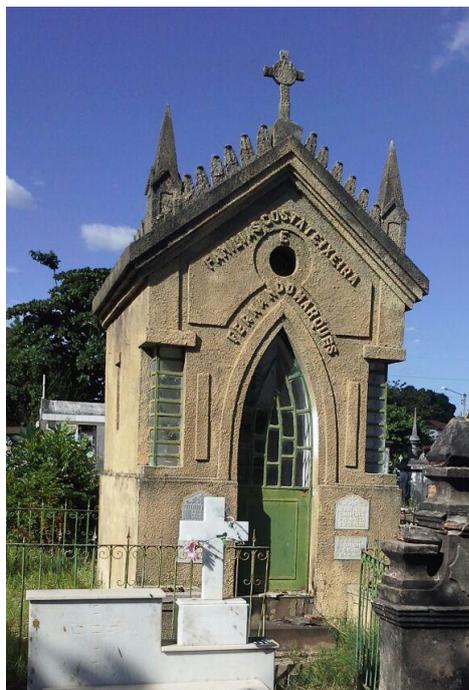
**Material:** jazigo-capela em alvenaria

**Descrição formal:** jazigo capela em alvenaria em estilo neogótico. Apresenta duas colunas que se assemelham as colunas coríntias. O jazigo-capela apresenta três pequenas torres cada uma com cruz no topo.

**Escultura funerária:** ausente

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** sofrível, parte da construção apresenta rachaduras visíveis e ausência de uma das cruzes que compõe os adornos de topo do jazigo.

Foto 13- Jazigo-capela da família Costa Teixeira e Fernando Marques. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** Francisco M. Da Costa, Fernando Marques, Amélia C. Marques e Maria Amélia.

**Localização da sepultura:** bloco 01, quadra 02, seção B, C116 n 5279/98

**Reprodução da epígrafe:**

FRANCISCO M. DA COSTA  
1.11.1939

FERNANDO MARQUES  
10.03.1880

23.09.1940  
SAUDADES DE SEUS FILHOS E NETOS

AMÉLIA C. MARQUES  
12-04-1884  
11-12-1993

MARIA AMÉLIA  
5.2.1880  
24.04.1946

**Período:** 1939

**Rubrica:** ausente

**Material:** jazigo-capela em alvenaria

**Descrição formal:** jazigo capela em alvenaria de estilo neogótico.

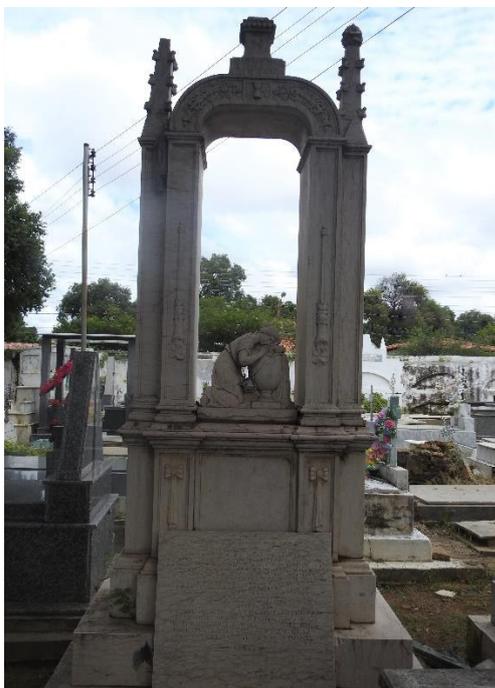
**Escultura funerária:** ausente

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Sofrível, recoberto pela vegetação.

**Observações:** As fotos tiradas em 2015 comparadas às fotos tiradas em 2019 apontam para um quadro de completo abandono do jazigo.

### 3.3.2 Túmulo de porte médio:

Foto 14 - Sepultura de Jacob Manoel D'Almendra e detalhe da escultura que orna a mesma. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** Jacob Manoel D'Almendra

**Localização da sepultura:** Bloco 01, quadra 02, seção B, C116 n 5279/98

**Reprodução da epígrafe:**

AQUI JAZEM OS RESTOS MORTAES DE  
 JACOB MANOEL D'ALMENDRA  
 COMENDADOR DA ORDEM DE CRISTO E COMANDANTE SUPERIOR DA GUARDA  
 NACIONAL  
 DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR, FILHO LEGÍTIMO DE MANOEL CAETANO DE  
 CARVALHO E DE D. MARIA JOSÉ D'ALMENDRA JÁ FALECIDOS. NATURAL DA  
 FREGUESIA DE TRINDADE, PROVINCIA DE TRAS OS MONTES, DO ACEBISPADO DE  
 BRAGA, REINO DE PORTUGUAL. NASCEU EM MAIO DE 1796 E COM IDADE DE OITO  
 ANOS VEIO PARA O BRASIL, ONDE CHEGOU EM 1804. EM MAIO DE 1820 DESPOSOU-  
 SE COM D LINA CLARA DE CASTELO BRANCO DE CUJO CONSORCIO DEIXOU  
 CINCO FILHOS  
 FALLECEO NO DIA 24 DE AGOSTO DE 1859, TENDO DE IDADE 64 ANOS  
 INCOMPLETOS  
 CRISTÃO, FIEL, BOM FILHO, ESPOSO AMANTE, PAI ESTREMOSO, OPTIMO AMIGO E  
 CIDADÃO PRESTIMOSO. SUA ALMA DOTADA DE TAM NOBRES VIRTUDES  
 DESCANSEM NA PAZ DO SENHOR

REQUIEM ETERNA DONA EI DOMINE ET LUX  
 PERPETUA LUCEAT EI REQUIESCAT INPACE

**Período:** 1859

**Rubrica:** Ausente

**Material:** Carneira em mármore de Carrara de cor marfim.

**Descrição formal:** Túmulo construído em uma variação marfim do mármore de Carrara. Trata-se de um arco sustentado por duas colunas que guarda em seu interior uma pranteadora em posição jacente apoiada sobre um vaso, essa representa alegoricamente a desolação. Na parte frontal do monumento há uma placa de mármore preenchida pela epígrafe. Cabe registrar que esse é um dos túmulos mais bem ornados do cemitério e que traz muitos elementos decorativos como tochas, laços, pombas, festões e ampulheta com asas.

**Escultura funerária:** Mulher em posição jacente com o rosto apoiado em um vaso apresentando um semblante triste, inconsolável. Trata-se de uma pranteadora representando alegoricamente a desolação.

**Adornos:** tochas, laços, pombas, festões e ampulheta com asas

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** ótimo, apesar de ser um dos túmulos mais antigos do cemitério ele não apresenta rachaduras visíveis.

**Observações:** Esse é o túmulo mais antigo encontrado no Cemitério São José. Destaca-se também que, além da beleza e riqueza em ornamentos, esse apresenta uma das maiores biografias encontradas dentre os túmulos catalogados.

Foto 15 - Sepultura de Jacob Manoel D'Almendra e Antônio de Sampaio Almendra e detalhe da lápide desta mesma sepultura. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** Jacob Manoel D'Almendra e Antônio de Sampaio Almendra.

**Localização da sepultura:** bloco 01, quadra 02, seção B, C116 n5279/98

**Reprodução da epígrafe:**

AQUI REPOUSAM OS RESTOS MORTAES DE JACOB MANOEL DE ALMENDRA E DE ANTONIO DE SAMPAIO ALMENDRA, AMBOS SOLTEIROS NATUARAES DESTA PROVINCIA DO PIAUÍ E FILHOS LEGITIMOS DO COMENDADOR JACOB MANOEL DE ALMENDRA E DE DONA LINNA CLARA DE CASTELO BRANCO ALMENDRA

01. ERA OFICIAL DA IMPERIAL ORDEM DA ROZA E CORONEL COMANDANTE SUPERIOR DO MUNICÍPIO DESTA CAPITAL.

NASCEO EM 12 DE MAIO DE 1828 E FALLECEO NA VILA DE PRINCIPE IMPERIAL DESTA MESMA PROVINCIA A 12 DE SETEMBRO DE 1861.

02. ERA BACHAREL FORMADO EM DIREITO PELA FACULDADE DO RECIFE CUJO GRAU FOI-LHE CONFERIDO NO ANO DE 1856. NASCEO A 23 DE NOVEMBRO DE 1829 E FALECEU NESTA CIDADEA 10 DE FEVEREIRO 1891. BONS FILHOS, IRMAÕS EXTREMOSOS, AMIGOS SINCEROS E DEDICADOS E CIDADÃOS PRESTIMOSOS

SUAS ALMAS ENTRE OS EXPLENDORES DA LUZ  
PERPETUA COSEMO O PRÊMIO DOS PREDESTINADOS  
REQUIEM ETERNA DONA EI DOMINE ET LUX  
PERPETUA LUCEATEI

DONA LINA LEONOR ALMENDRAR IRMÃ DOS ILUSTRES FINADOS EM  
TESTEMUNHO DE ETERNA SAUDADES, MANDOU ERIGIR LHES ESTE MAUSOLEU  
EM O ANNO DE 1893

**Período:** 1893

**Rubrica:** Ausente

**Material:** Carneira em mármore de Carrara marfim.

**Descrição formal:** Túmulo construído em mármore de Carrara seguindo o mesmo modelo do túmulo de Jacob Manuel D`Almendra, localizado ao lado deste. Trata-se de um arco sustentado por duas colunas que guarda em seu interior uma pranteadora, representando alegoricamente a desolação. Na parte frontal do monumento há uma placa de mármore preenchida por epígrafe. Além de reproduzir elementos decorativos como tochas, laços, pombas, festões e ampulheta com asas, neste mausoléu foi acrescentado a imagem de uma serpente mordendo a sua própria cauda simbolizando os ciclos de vida e o eterno retorno, bem como o crucifixo no topo da construção.

**Escultura funerária:** Mulher com o rosto apoiado em um vaso apresentando um semblante triste, inconsolável. Trata-se de uma pranteadora representando alegoricamente a desolação.

**Adornos:** Tochas, laços, pombas, festões, crucifixo, ouroboros e ampulheta com asas

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Regular, apesar de não apresentar rachaduras visíveis teve uma de suas colunas do topo arrancada.

**Observações:** Túmulo bem semelhante ao de Jacob Manoel D Almendra. Neste, mais recente, foi acrescentado o ouroboros e o crucifixo no topo.

Foto 16 - Sepultura de Jacob Almendra de Souza Gayoso. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** Jacob Almendra de Sousa Gayoso.

**Localização da sepultura:** Ausente

**Reprodução da epígrafe:**

AQUI JAZ  
JACOB ALMENDRA DE SOUZA GAYOSO  
FILHO DE  
RAYMUNDO J DE S. GAYOSO  
E DE SUA MULHER  
D IGNEZ LEONOR DE ALMENDRA  
NASCIDO EM 4 -12-63  
FALLECIDO EM 24-4-904

**Período:** 1904

**Rubrica:** Ausente

**Material:** Carneira em mármore de Carrara

**Descrição formal:** Túmulo construído em mármore de Carrara. Em relevo, possivelmente a alegoria da fé representada por uma mulher transportando uma escada e uma cruz com uma das mãos enquanto na outra leva uma cesta com ferramentas.

**Escultura funerária:** Possivelmente a alegoria da fé.

**Adornos:** Ausente

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Ótimo, não apresenta rachaduras visíveis

**Observações:** Esse túmulo também pertence à família Almendra e foi construído com mármore da mesma tonalidade dos demais túmulos dessa família.

Foto 17 - Sepultura de Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes e detalhe da escultura sobre sua sepultura. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes.

**Localização da sepultura:** Ilegível

**Reprodução da epígrafe:**

AQUI JAZEM OS RESTOS MORTAES  
DO EXº SNR  
DR ALVARO DE ASSIS OSORIO MENDES  
EX-GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUHY  
ELEITO A 7 DE ABRIL DE 1904  
1853-1907  
O ESTADO MANDOU ERIGIR ESTE MONUMENTO  
EM HOMENAGEM AOS INOLVIDAVÉIS SERVIÇOS  
QUE PRESTOU A TERRA PIAUHYENSE.

**Período:** 1907

**Rubrica:** Ausente

**Material:** Mármore de Carrara.

**Descrição formal:** Túmulo composto por carneira alta revestida por mármore de Carrara e preenchida por epígrafe. Acima da carneira existe um pedestal que serve de base para a ereção de quatro colunas que sustentam quatro arcos góticos. Esses formam uma espécie de cobertura que abriga em seu interior uma pranteadora, alegoria da desolação.

**Escultura funerária:** Pranteadora em posição genuflexa com as mãos no rosto, representando alegoricamente a desolação.

**Adornos:** Pombas e festões em alto relevo.

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Ótimo, sem sinais visíveis de rachaduras.

**Observações:** o monumento foi encomendado pelo governo do Piauí, e é uma homenagem aos serviços prestados pelo ex-governador ao Estado.

Foto 18 - Sepultura de Lina Josephina. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão

**Nome do(s) sepultados:** Lina Josephina

**Localização da sepultura:** Ausente

**Reprodução da epígrafe:**

LINA JOSEPHINA  
3-2-1919/10-7-1929  
FILHA LEGÍTIMA DO DR.  
MANOEL CASTELO BRANCO  
E  
LINA GAYOSO E ALMENDRA  
CASTELO BRANCO

SAUDADES DE SUA VOVÓ  
E DE SEUS PAES

BEIJOS DO MANINHO

**Período:** 1929

**Rubrica:** Ausente

**Material:** Carneira em mármore de Carrara.

**Descrição formal:** Túmulo porte médio retangular construído em placas de mármore de Carrara. A campa está preenchida por epígrafe em baixo relevo. Além desses elementos, na cabeceira da sepultura, sobre um pedestal, foi erguida um tipo de alegoria da saudade, representada por um anjo jovem que segura flores e apresenta-se apoiada em uma cruz também ornada com flores. A cruz transmite a ideia da morte e ressurreição de Cristo.

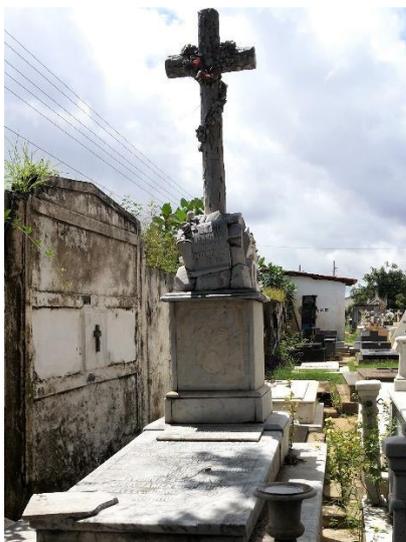
**Escultura funerária:** Escultura de um anjo jovem representando a alegoria da saudade. Ela segura flores e apresenta-se apoiada em uma cruz também ornada com flores.

**Adornos:** Flores e vasos.

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Regular, não apresenta rachaduras visíveis.

**Observações:** Possui retrato, algo raro. Lina faleceu aos 10 anos de idade e recebeu em sua sepultura uma alegoria com feições que representam a jovialidade.

Foto 19 - Sepultura de Dr. João Henrique de Souza Gayoso e Almendra. Cemitério São José, 2015, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** Dr. João Henrique de Souza Gayoso e Almendra

**Localização da sepultura:** Ausente

**Reprodução da epígrafe:**

TRIBUTO  
DE AMIZADE  
DE SUA  
MÃE, MULHER  
E FILHOS

DR. JOÃO HENRRIQUE DE SOUZA  
GAYOSO E ALMENDRA  
FILHO DE  
RAYMUNDO JOSÉ DE SOUZA  
GAYOSO  
E  
IGNEZ LEONOR DE ALMENDRA  
GAYOSO  
NASCIDO A 9-6-1865  
EM LIVRAMENTO-PIAUI  
E FALLECIDO A 19-09-1913

**Período:** 1913

**Rubrica:** Ausente

**Material:** Carneira em mármore de Carrara

**Descrição formal:** Túmulo retangular construído em placas de mármore de Carrara. A campa está preenchida por epígrafe em baixo relevo. Na cabeceira da carneira, sobre um pedestal, há a escultura de uma cruz que brota de uma montanha de pedras com pergaminho contendo epígrafe e ornado, no canto, com rosas. A cruz é o símbolo maior do cristianismo, representa

a morte e ressurreição de Cristo. As flores que formam uma coroa ao redor da cruz simbolizam a salvação alcançada enquanto as rosas posicionadas no canto do pergaminho são um símbolo do amor.

**Escultura funerária:** Cruz que brota de uma montanha de pedras ornada com rosas e pergaminho com epígrafe.

**Adornos:** Ramo de palma em baixo relevo, vasos, pergaminho e flores de diferentes tipos.

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Sofrível, vasos e placas quebradas.

**Observações:** As imagens tiradas em 2019 se comparadas com as de 2015 comprovam que este túmulo sofreu um violento processo de depredação.

Foto 20 - Sepultura de Amélia Pereira Mendes da Silva (1898) e Zezé Mendes de Melo (1924).  
Cemitério São José, 2015, Teresina. Acervo: Mariana Antão. Nome do(s) sepultados: Amélia Pereira Mendes da Silva (1898) e Zezé Mendes de Melo (1924).



Fonte: Acervo Mariana Antão

**Localização da sepultura:** Ausente

**Reprodução da epígrafe:**

AMÉLIA PEREIRA MENDES DA SILVA  
NASCEU A 22 DE ABRIL  
DE 1854  
FALLECEU A 13 DE JANEIRO  
DE 1898  
SAUDADES DE SEU ESPOSO  
JOÃO MENDES DA SILVA  
DE SUA FILHA MARIA JOSÉ.  
ZEZÉ MENDES  
DE MELO  
3 DE MARÇO DE 1882  
20 DE NOVEMBRO  
DE 1924

**Período:** 1898-1924

**Rubrica:** Ausente

**Material:** Carneira em alvenaria e campa em mármore de Carrara.

**Descrição formal:** túmulo porte médio retangular em alvenaria com campa em mármore branco e pedestal em alvenaria com escultura no topo em mármore.

**Escultura funerária:** anjo da saudade jogando flores sobre a sepultura.

**Adornos:** Cruz com guirlanda e arabescos em baixo relevo.

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Regular, a alvenaria apresenta processo de degradação visível.

**Observações:** O conjunto tumular pode ter sido construído em dois momentos diferentes. É possível que a Carneira em alvenaria com campa em mármore tenha sido construída após o falecimento de Amélia Pereira. Já o pedestal com a escultura do anjo da saudade, provavelmente, foi construído após o falecimento da segunda pessoa que foi inumada naquela sepultura, ou seja, o senhor Zezé Mendes de Melo.

Foto 21- Sepultura de Antônio Gonçalves Pedreira Portelada. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** Antônio Gonçalves Pedreira Portelada

**Localização da sepultura:** ausente

**Reprodução da epígrafe:**

ETERNA SAUDADES

DE SUA  
ESPOSA E FILHOS  
ANTONIO GONÇALVES PEDREIRA PORTELADA  
N17-09-1827  
F 10-12-1910

**Período:** 1910

**Rubrica:** Ausente

**Material:** Carneira em mármore de Carrara

**Descrição formal:** Trata-se de uma sepultura toda revestida em lajes de mármore de Carrara. A campa é preenchida por epígrafe emoldurada por arabescos. No topo da carneira, há um pedestal ornado por pergaminho com epígrafe e rosas onde foi colocada uma variação da alegoria da fé, representada aqui por uma mulher abraçando e envolvendo a cruz, símbolo da morte e ressurreição de Cristo. Além desses elementos, a sepultura possui também quatro vasos de boca larga distribuídos geometricamente em cada um dos cantos da carneira.

**Escultura funerária:** Alegoria da fé.

**Adornos:** pergaminho, rosas, arabescos e o coração de Jesus em uma das laterais da sepultura.

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Regular, apresenta grande rachadura na campa.

**Observações:** Esse túmulo é bastante rico em símbolos cristãos.

Foto 22 - Sepultura de Antônio Coelho Furtado De Albuquerque Cavalcante e José Furtado Beleza. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Foto: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** Antônio Coelho Furtado De Albuquerque Cavalcante (1896) e José Furtado Beleza (1909)

**Localização da sepultura:** ausente

**Reprodução da epígrafe:**

AQUI JAZEM OS RESTOS MORTAES  
DO CAPITÃO ANTONIO COELHO  
FURTADO DE ALBURQUERQUE  
CAVALCANTE  
FALECIDO A 21 DE JULHO DE  
1896  
CASADO COM  
D. MARIA DA GLORIA DOS  
PRAZERES COELHO  
DE CUJO CONSORCIO OBTIVERAM 6 FRUTOS UM DOS QUAIS O SEU  
FILHO JOSÉ FURTADO BELEZA EM SINAL DE AMOR E LEMBRANÇA  
ETERNA MANDOU-LHE ERIGIR  
ESTA LOUZA QUE A OFERECE SOBRE O SEU TÚMULO  
REQUIESCANT IN PACE.

JOSÉ FURTADO BELEZA  
FILHOLEGITIMO DE  
ANTONIO COELHO FURTADO  
DÁLBURQUEQUE CAVALCANTI  
JÁ FALECIDO E DE  
MARIA DA GLORIA COELHO FURTADO  
NASCEU A 26 DE OUTUBRO DE 1865  
E FALLECEU A 9 DE MARÇO DE 1909  
CASADO COM  
MARIA CAROLINA FURTADO  
DE CUJO CONSORCIO DEIXOU 5 FILHOS  
ETERNA GRATIDÃO DE ED. GENUINO.

**Período:** 1909

**Rubrica:** ausente

**Material:** carneira e pedestal em alvenaria e placas em mármore estatuário cinza e branco.

**Descrição formal:** Túmulo porte médio com carneira e pedestal em alvenaria. A campa é fabricada em mármore cinza preenchida por epígrafe e adornos em baixo relevo. Na cabeceira da carneira há a construção de um pedestal simulando uma capela com cruz no topo e ao centro uma placa em mármore branca preenchido com busto e epígrafe.

**Escultura funerária:** busto do falecido ilustre José Furtado Beleza

**Adornos:** par de anjos orando perante a cruz em baixo relevo.

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Sofrível, toda a construção apresenta rachaduras visíveis.

**Observações:** Possivelmente foi erigido em duas etapas. A primeira, construiu-se, após a morte de Antônio Coelho Furtado De Albuquerque Cavalcante (1896) e consiste na carneira em alvenaria com campa em mármore estatuário cinza preenchida por epígrafe e escultura em baixo relevo de dois anjos orando diante de um crucifixo. A segunda parte do túmulo monumental que consiste em um pedestal também em alvenaria que imita a entrada de uma capela com cruz no topo e, ao centro, busto em alto relevo esculpido em uma placa mármore estatuário branca preenchida também por epígrafe possivelmente foi erigida apenas após a morte de José Furtado Beleza em 1909.

### 3.3.3 Túmulo simples

Os túmulos simples são maioria no Cemitério São José. Em geral, são construídos em alvenaria e recebem campa em mármore onde, ao centro, é possível visualizar a epígrafe que, comumente, apresenta apenas o nome do falecido e data de seu falecimento. Por vezes, os túmulos simples recebem adornos, dentre esses os mais encontrados são os crucifixos de mármore ou mesmo de ferro e os vasos, estes últimos quase sempre se encontram quebrados ou descolados. Abaixo, a descrição de alguns dos túmulos simples que foram encontrados.

Foto 23 - Sepultura de Emília Francisca Nogueira. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do (s) sepultados:** Emília Francisca Nogueira

**Localização da sepultura:** ausente

**Reprodução da epígrafe:**

EMÍDIA FRANCISCA NOGUEIRA  
5-6-1880  
SAUDADES DE ANTONICA

**Período:** 1880

**Rubrica:** ausente

**Material:** carneira em alvenaria e campa em mármore cinza.

**Descrição formal:** túmulo simples retangular de tamanho médio em alvenaria. Na carneira há um pequeno oratório e em seu topo uma cruz também em alvenaria. A campa em mármore é preenchida ao centro por epígrafe em baixo relevo ornada com cruz e flor, também em baixo relevo.

**Escultura funerária:** ausente

**Adornos:** Cruz e flor em baixo relevo

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Regular, não há grandes rachaduras visíveis.

Foto 24 - Sepultura de Dr. Antônio Furtado. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** Dr. Antônio Furtado

**Localização da sepultura:** ausente

**Reprodução da epígrafe:**

DR. ANTÔNIO FURTADO  
SAUDADES  
DE  
SUA ESPOSA E FILHOS.

**Período:** ausente

**Rubrica:** ausente

**Material:** carneira em alvenaria e campa em mármore escuro.

**Descrição formal:** túmulo simples retangular médio em alvenaria com campa preenchida no centro por epígrafe em baixo relevo ornada com cruz e flor também em baixo relevo.

**Escultura funerária:** ausente

**Adornos:** cruz e flor em baixo relevo sobre a campa.

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Sofrível, com parte da campa em mármore quebrada e alvenaria desgastada.

**Observações:** A epígrafe não apresenta informações como data de nascimento e falecimento. É exposto somente o nome do falecido e uma mensagem de saudades de sua esposa e filhos.

Foto 25 - Sepultura de Francisco Alves de Paiva. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Foto: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** Francisco Alves de Paiva

**Localização da sepultura:** não há registro

**Reprodução da epígrafe:**

REPOUSAM AQUI OS RESTOS  
MORTAES DE  
FRANCISCO ALVES DE PAIVA  
BRAZILEIRO  
FALLECIDO A 13 DE JANEIRO DE 1898  
COM 34 ANOS DE IDADE  
CASOU SE A 19 DE MAIO DE 1889 COM  
MARIA ALIPIA DE PAIVA,  
QUE ESTA MANDOU FAZER  
COMO RECORDAÇÃO DE AMOR  
E INFINDA SAUDADE.

**Período:** 1898

**Rubrica:** ausente

**Material:** carneira em alvenaria e campa em mármore branco.

**Descrição formal:** túmulo simples retangular médio com cabeceira elevada e ornada com pirâmides e campa em mármore preenchido no centro por epígrafe em baixo relevo.

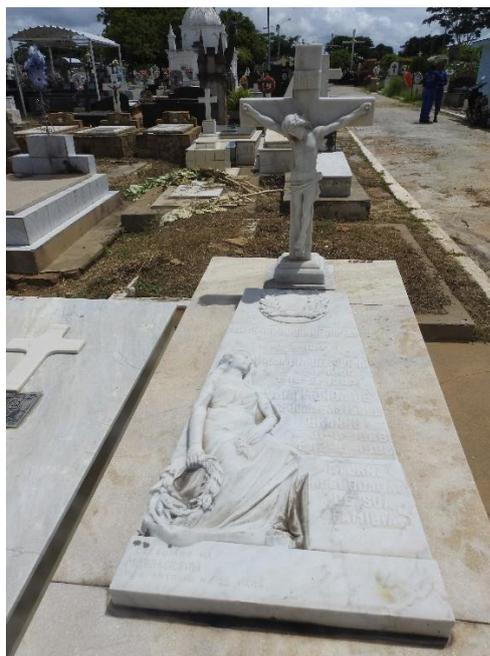
**Escultura funerária:** ausente

**Adornos:** ausente

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Sofrível, alvenaria com rachaduras visíveis.

**Observações:** dentre os túmulos simples catalogados este é um dos mais completos quanto a informações sobre a vida do falecido. Além da data de nascimento e falecimento a epígrafe menciona também data de casamento e idade com que faleceu. Nos túmulos simples é mais comum constar apenas o nome do falecido as datas de nascimento e falecimento.

Foto 26 - Pranteadora em alto relevo. Sepultura de Raimundo Gomes de Sousa (1897), Rosa Lia de Sousa (1860-1903) e Raimunda de Sousa Castelo Branco (1886-1923). Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** Raimundo Gomes de Sousa (1897), Rosa Lia de Sousa (1860-1903) e Raimunda de Sousa Castelo Branco (1886-1923).

**Localização da sepultura:** Ausente

**Reprodução da epígrafe:**

RAIMUNDO GOMES DE SOUSA  
10-5-1897

-----  
 ROSA LIA DE SOUSA  
 4-9-1860  
 19-9-1903

-----  
 RAIMUNDA DE  
 SOUZA CASTELLO  
 BRANCO  
 31-8-1886  
 12-5-1923

ETERNA RECORDAÇÃO  
 DE SUA  
 FAMÍLIA

**Período:** 1897-1923

**Rubrica:** Marmoraria brasileira. R. S. Antônio. n 05. Pará

**Material:** Carneira revestidas por lajes em alvenaria, campa e adornos em mármore de Carrara branco.

**Descrição formal:** Túmulo simples retangular médio. Na cabeceira da carneira há a escultura de Cristo crucificado (Cristo Morto ou Crucifixo). A campa em mármore está ornada no canto inferior esquerdo com uma pranteadora em alto relevo segurando uma coroa de folhagens. Ao centro da campa está a epígrafe em baixo relevo

**Escultura funerária:** Cristo crucificado em mármore

**Adornos:** Pranteadora e coroa de folhas.

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Ótimo, não há sinais de rachadura visíveis.

**Observações:** É um dos poucos túmulos simples que apresenta escultura em alto relevo na campa. Além disso, é possível visualizar rubrica indicando a marmoraria em que foi produzido, no caso específico: Marmoraria brasileira no Pará. Essa indicação da marmoraria é algo raro entre as sepulturas analisadas.

Foto 27 - Sepultura de Joaquim Berillo Gonçalves Pereira e Justina Brígida da Silva Pereira. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do (s) sepultados:** Joaquim Berillo Gonçalves Pereira e Justina Brígida da Silva Pereira.

**Localização da sepultura:** Não há registro

**Reprodução da epígrafe:**

Joaquim Berillo Gonçalves Pereira

-----  
Justina Brígida da Silva Pereira.

**Período:** Ausente

**Rúbrica:** Ausente

**Material:** Carneira simples em alvenaria com campa em mármore estatuário branco e cruz em ferro.

**Descrição formal:** Túmulo simples retangular médio com campa em mármore branca preenchida, ao centro, com epígrafe e cruz em baixo relevo. A sepultura possui ainda uma cruz em ferro na sua cabeceira.

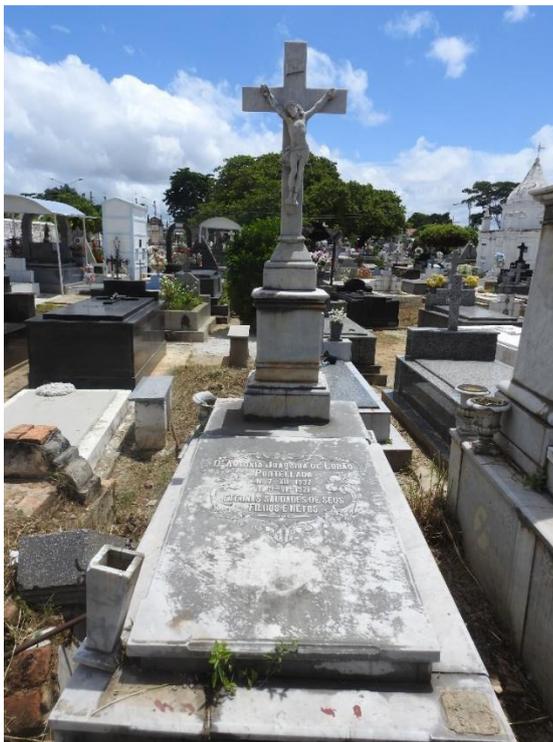
**Escultura funerária:** Ausente

**Adornos:** Cruz em baixo relevo

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Ótimo, não há sinais de rachadura visíveis.

**Observações:** É um dos poucos túmulos simples que apresenta cruz em ferro.

Foto 28 - Sepultura de D Antônia Joaquina de Lobão Portellada. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** D Antônia Joaquina de Lobão Portellada.

**Localização da sepultura:** Não há registro

**Reprodução da epígrafe:**

D. ANTÔNIA JOAQUINA DE LOBÃO  
 PORTELLADA  
 N: 7-XII-1837  
 F:9-VI-1921  
 -----  
 ETERNAS SAUDADES DE SEUS  
 FILHOS E NETOS

**Período:** 1921

**Rubrica:** Ausente

**Material:** Carneira em mármore estatuário.

**Descrição formal:** Túmulo simples retangular médio revestido com lajes em mármore branco e campa preenchida no centro com epígrafe rodeada de arabescos em baixo relevo. A sepultura possui ainda a escultura de um crucifixo.

**Escultura funerária:** Crucifixo em mármore.

**Adornos:** Arabescos e flores

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Regular, não há sinais de rachadura visíveis, mas os vasos que ornavam a sepultura foram arrancados.

**Observações:** É um dos poucos túmulos simples que apresenta cruz em ferro.

Foto 29 - Sepultura Fausto Luiz Fernandes da Silva, Zelinda Rosa de Carvalho E Silva, Zulmira Rosa da Silva. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** Fausto Luiz Fernandes da Silva (1835), Zelinda Rosa de Carvalho E Silva (1880), Zulmira Rosa da Silva (1899)

**Localização da sepultura:** Não há registro.

**Reprodução da epígrafe:**

IN MEMÓRIAM  
 FAUSTO LUIZ  
 FERNANDES DA SILVA  
 19-12-1835  
 ZELINDA ROSA DE  
 CARVALHO E SILVA  
 8-8-1841  
 9-1-1880  
 ZULMIRA ROSA DA SILVA  
 28-10-1868  
 17-1-1899  
 ENTERNAS SAUDADES DE  
 VANGI.

**Período:** 1835-1899

**Rubrica:** Ausente

**Material:** Carneira em alvenaria e campa em mármore.

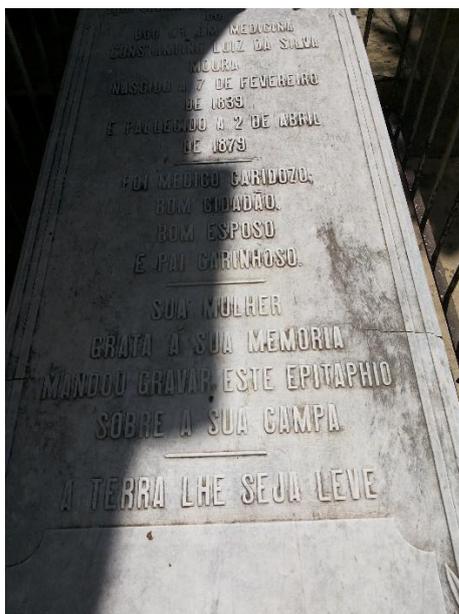
**Descrição formal:** Túmulo simples retangular de médio porte construído em alvenaria e campa em mármore com epígrafe. A cabeceira da catacumba é ornada com cruz em ferro.

**Escultura funerária:** Ausente

**Adornos:** cruz em baixo relevo na campa e cruz em ferro.

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** Ótimo, não apresenta sinais de rachadura visíveis.

Foto 30 - Sepultura de Constantino Luiz da Silva Moura. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

**Nome do(s) sepultados:** Constantino Luiz da Silva Moura

**Localização da sepultura:** Não há registro.

**Reprodução da epígrafe:**

AQUI JAZEM OS RESTOS MORTAES  
DO  
DOUTOR EM MEDICINA  
CONSTANTINO LUIZ DA SILVA  
MOURA  
NASCIDO A 7 DE FEVEREIRO  
DE 1839  
E FALLECIDO A 2 DE ABRIL  
DE 1879  
-----  
FOI MÉDICO CARIDOZO,  
BOM CIDADÃO,  
BOM ESPOSO  
E PAI CARINHOSO.  
-----

**Período:** 1879

**Rubrica:** Ausente

**Material:** Carneira em alvenaria e campa em mármore.

**Descrição formal:** Túmulo simples, retangular, e de médio porte, construído em alvenaria e campa em mármore, estatuário com epígrafe.

**Escultura funerária:** Ausente

**Adornos:** Moldura com folhas em baixo relevo.

**Estado de conservação (ótimo, bom, regular, sofrível):** ótimo, não apresenta sinais de rachadura visíveis.

**Observações:** É um dos túmulos mais antigos dentre os que foram catalogados.

### 3.3.4 Catacumbas de alvenaria nas antigas paredes norte e sul do cemitério São José

Uma das maiores peculiaridades que caracterizam o Cemitério São José são as catacumbas de alvenaria construídas em seus antigos muros norte e sul. Para sermos mais precisos, quando falamos em muro norte no cemitério estamos nos referindo aquele que faz o limite do cemitério ao norte com a Avenida Alameda Parnaíba (ver imagem 5). Por muro sul, entendemos aquele que hoje (ano de 2019) está posicionado quase ao centro do cemitério, mas, que já foi o limite sul daquele recinto antes dele ser ampliado em meados de 1862.<sup>237</sup>

Há poucas referências que versam acerca dos sepultamentos realizados em catacumbas de alvenaria nos muros do primeiro cemitério de Teresina. Essa modalidade de inumação, provavelmente, ocorreu entre 1873 até pelo menos o ano de 2009,<sup>238</sup> data em que encontramos o sepultamento mais recente no muro do cemitério.

Em que pese ao assunto, destacamos o pronunciamento do presidente da província do Piauí, Victorio da Costa que, no ano de 1884, redigiu nota mencionando a utilização de catacumbas de alvenaria no cemitério de Teresina. O presidente considerava inadequada a utilização desse “sistema” julgando-o obsoleto. Por outro lado, ele alegava que muitos povos

<sup>237</sup> Na obra “Construtores e aprendizes: cativos da Nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1853)”, a autora Genimar Machado Resende de Carvalho, na parte do seu trabalho sobre a construção do cemitério, a autora escreve que em 1862 o aumento de óbitos devido a uma epidemia de cólera fez com que a administração cercasse a área em torno do cemitério em construção para construir um de caráter provisório.

<sup>238</sup> Essa afirmação tem respaldo na pesquisa de campo realizada no cemitério São José em Teresina. De acordo com a observação das lapides dispostas sobre as catacumbas observamos que a inumação mais antiga realizada na referida catacumba e de que se tem registro aconteceu em 1873 até pelo menos 2009. Portanto o enterramento em catacumbas de alvenaria deve ter ocorrido pelo menos entre 1873 até 2009. Fazemos a ressalva de que essa é uma data provável podendo ter acontecido antes ou até depois do intervalo de tempo mencionado.

já o haviam condenado como causa da propagação de doenças epidêmicas que afetavam a saúde dos vivos e a salubridade das cidades.<sup>239</sup>

Na busca de indícios sobre as catacumbas aéreas de alvenaria, cabe citar ainda o regulamento nº 29 de 1855, este dava providências sobre o cemitério de Teresina. O artigo 2º do referido regulamento versava sobre a existência de diferentes lugares para o sepultamento dos corpos quando afirmava que “as inumações serão feitas em sepulturas comuns, em reservadas, e em catacumbas.”<sup>240</sup>

Acreditamos que, possivelmente, quando o regulamento cita as inumações em catacumbas, está fazendo referência às “sepulturas aéreas” construídas nos muros do cemitério. Assim, ainda com base no referido regulamento, no ano de 1855, o valor cobrado para realizar a inumações em catacumba era superior ao valor cobrado para realizar o mesmo procedimento em sepultura simples, no chão. Assim, o artigo 17º do regulamento nº 29 determinava que.

Art. 17. O preço de uma catacumba para cadáver de pessoa adulta será 30\$000 réis, e 20\$000 reis para o de criança, o de uma sepultura reservada 6\$000 réis, sendo por ano e meio ou dois anos; de 60\$000 sendo a perpetuidade, e o de uma sepultura comum dois mil réis. Nos carneiros ou mausoléus não se receberá cadáver algum sem que pague 8\$000 reis por cada um.

De acordo com o que foi exposto no artigo acima, quando comparamos o valor da catacumba para cadáver de pessoa adulta que tem o custo de 30\$000 réis, com o valor de 6\$000 réis exigido para o enterramento em sepultura reservada, podemos concluir que a inumação em catacumba era pelo menos cinco vezes mais onerosa que a realizada em sepultura comum. De fato, quando observamos as catacumbas nas paredes do Cemitério São José, percebemos que algumas recebem adornos relativamente elaborados. Entre estas, algumas ainda conservam lousas que trazem grafadas os sobrenomes de famílias tradicionais no estado, configurando mais um indício de que as catacumbas em alveiraria eram um espaço para o enterramento de pessoas mais abastardas.

Portanto, no que concerne ao sepultamento de cadáveres nos muros do Cemitério São José, com base na pesquisa realizada *in loco*, contabilizamos, aproximadamente, 48 catacumbas no muro norte do cemitério e 45 no antigo muro sul daquele recinto. No total

<sup>239</sup> FREITAS. Clodoaldo. História de Teresina. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 116, 22 jul. 1911, p. 1.

<sup>240</sup> PIAUÍ. Resolução n. 29, de 27 de novembro de 1855. Dispõe sobre as regras internas do cemitério de Teresina. *Código das leis piauienses de 1855*. Teresina, 1855. Tomo 11, parte 2. Seção 2, p. 9.

dessas 93 catacumbas de alvenaria que foram contabilizadas, seis possuíam lápides, epígrafes e escrituras que fornecem informações sobre os corpos que ali foram depositados.

Registra-se ainda que, por meio da leitura das lápides, contabilizamos 28 pessoas inumadas nessas seis catacumbas que apresentaram maior grau de conservação. Essa divergência entre o número de inumações e o número de catacumbas se dá devido ao fato de haver casos em que há o sepultamento de mais de um corpo em uma única “sepultura aérea”<sup>241</sup>. Abaixo, foto de algumas dessas catacumbas no muro norte.

Foto 31 - Catacumba de alvenaria no muro norte. Cemitério São José, 2015, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

De acordo com observação da imagem acima, é possível compreender a disposição das catacumbas de alvenaria construídas nos muros do cemitério. Os baixos relevos em formato abobadado correspondem, cada um, a uma catacumba de alvenaria.

É interessante ressaltar ainda que, por ocasião das chuvas de janeiro de 2012, foi realizada uma obra de contensão do muro norte, tendo em vista que esse ameaçava ruir. A construção que consistia em colocar colunas de ferro nos muros, acabou por revelar o conteúdo interno das catacumbas. Abaixo, fotos da obra realizada na parede do cemitério e do espaço interno das catacumbas de alvenaria.

---

<sup>241</sup> Por catacumba aérea nos referimos a catacumba de alvenaria construída nos muros do cemitério São José. Essa denominação pode ser dada devido ao fato de esse tipo de sepultura ser construída acima do solo em contraste com as sepulturas tradicionais que são abaixo do solo.

Foto 32 - Muro norte do cemitério São José durante a obra que visava conter seu desmoronamento.

Cemitério São José, 2012, Teresina.



Acervo: Mariana Antão.

Foto 33 - Espaço interno de uma das catacumbas de alvenaria localizada no Muro norte do cemitério São José.

Cemitério São José, 2012, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

Foto 34 - Espaço interno de uma das catacumbas de alvenaria localizada no muro norte do cemitério São José, com destaque para os restos de caixão e dois crânios humanos. Cemitério São José, 2012, Teresina.



Acervo: Mariana Antão.

A obra de engenharia que, buscou conter o desmoronamento dos muros, desencadeou na abertura deles para a colocação das vigas de ferro, provocando, com isso, a exposição do conteúdo interno das sepulturas. Assim, ao observar as imagens acima, é possível perceber que as referidas catacumbas são construções de alvenaria hermeticamente fechadas e bastante espessas. Elas foram construídas em formato de abóbada e não possuíam revestimento interno. Nas fotos acima ainda é possível observar alguns restos mortais que não foram totalmente consumidos pelo tempo.

Em suma, no muro norte do cemitério, encontramos apenas três catacumbas em que o grau de conservação das lápides e escritos possibilitam saber em que período e quais pessoas foram inumadas ali. Abaixo, temos a catacumba do Comendador Francisco da Cunha Castelo Branco e de seus netos Adylino Carlos e Manoel de Sousa Martins.

Foto 35 - Catacumba de alvenaria do Comendador Francisco da Cunha Castelo Branco e de seus netos no muro norte Cemitério São José. Cemitério São José, 2015, Teresina.



Acervo: Mariana Antão.

Trata-se de uma ornamentação bastante simples. Não apresenta adornos e traz, gravado em tinta preta, o nome das três pessoas que ali foram sepultadas e apenas uma data de sepultamento, qual seja: 21/09/1933. No entanto, não encontramos os dados bibliográficos do comendador e nem de seus netos a fim de que pudéssemos comparar a data escrita na sepultura e a de falecimento de cada um deles. Registra-se que a lápide da catacumba do Comendador apresenta o seguinte apelo cristão “*orae por eles*”. Esse é um pedido comum nas demais lousas daquele cemitério

Outra catacumba erigida no muro norte do nosso Cemitério Velho é a que abriga os restos mortais da família Jayme de Sousa Martins. Nesta, não é possível identificar quais pessoas da família foram inumadas, também não há informação sobre a data dos sepultamentos realizados. Trata-se de um jazigo, ornado de maneira simples. A catacumba em formato de abobada recebeu pintura em tinta branca e lápide em tinta preta. Ao centro da lousa há a escultura do rosto de Cristo com coroa de espinhos em alto relevo. Essa imagem que foi esculpida remete aos momentos de dor e angústia sofridas por Jesus antes do calvário. Abaixo foto do jazigo que pertence a referida família.

Foto 36: Catacumba de alvenaria que pertence à família Jayme de Sousa Martins localizada no muro norte Cemitério São José. Cemitério São José, 2015, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

Ainda no muro norte, é possível observar a catacumba que pertence à família Rocha Moura Falcão. Esta recebeu maior atenção que as demais sepulturas apresentadas no que diz respeito a seus adornos. Também é pintada com tinta branca, seguindo os modelos vistos anteriormente. No entanto, essa última recebeu a construção de um pedestal com cruz, ao centro, e mini-obeliscos nos cantos. Além disso, está ornada com coroa de rosas em mármore, que além de simbolizar o amor, também é um símbolo da salvação alcançada.

Este jazigo, parece ter recebido uma lousa em mármore que posteriormente foi pintado com tinta branca. Além da lápide em baixo relevo a lousa apresenta, também em

baixo relevo, anjos tocando trombetas, arabescos e cruz. Abaixo, a catacumba da família Moura Falcão.

Foto 37 - Catacumba de alvenaria que pertence à família Moura Falcão localizada no muro norte Cemitério São José. Cemitério São José, 2015, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

Por fim, ali foram inumados, no início do século XX, o Coronel Francisco da Rocha Falcão e D. Laura Rosa de Moura Falcão Costa, provavelmente, esposa do coronel, uma vez que é comum o enterramento dos cônjugues na mesma sepultura. Ainda nesta catacumba aérea, estão inumados os restos mortais de D. Maria Romana de Moura Falcão e de sua filha D. Aurora do Nascimento de Moura Falcão, a primeira faleceu na década de 1960 e a segunda, na década de 1970.

Registra-se ainda que, abaixo do nome de D. Aurora está *escrito* “*saudades Octávio*”. No que concerne a essa frase grafada na lápide, podemos ressaltar que os cemitérios são um espaço de manifestar a saudades dos vivos com os mortos. Erigir algum monumento, escrever epitáfios, ornar e cuidar das sepulturas do ente falecido é uma forma de amenizar a dor e o sentimento de perda.

Já no muro que corresponde ao limite sul da área mais antiga do cemitério, que hoje está localizado quase ao centro do recinto, pudemos catalogar apenas três catacumbas que apresentam evidências sobre a família e pessoas que ali foram inumadas. As demais catacumbas aéreas do referido muro não apresentam qualquer tipo de ornamento ou lápide.

Assim, podemos destacar o jazigo onde repousam os restos mortais do Coronel Firmino Alves dos Santos. Sob sua lápide foram escritas em letras em baixo relevo as seguintes palavras:

Aqui jazem os restos mortais de Firmino Alves dos Santos coronel da guarda nacional D`esta província e negociante matriculado. Faleceu a 8 de junho de 1873 com 42 anos. Casou-se a 2 de abril de 1853 com D. Maria Germana da Crus e Santos. Foi bom cidadão e negociante honrado. Excelente Chefe de família. Irmão e parente dedicado, amigo sincero e fiel.

Sua viúva inconsolável por sua perda lhe mandou erigir esta lousa em sinal do seu estremecido amor e da mais pungente saudade. A sua alma descanse na paz do senhor.

O escrito acima pode ser entendido como uma tentativa de perpetuação do *status* do coronel após sua morte. As palavras minutadas na lápide narram um pouco da biografia do coronel ressaltando informações importantes como, por exemplo, o cargo que ocupou em vida, a data de seu casamento, data da morte e a idade que tinha.

É interessante destacar também os elogios grafados a respeito do coronel, esses afirmavam seu papel na sociedade, no meio de sua família. Assim, Firmino Alves da Silva teria sido um *“bom cidadão e negociante honrado”*. Para a sua família, teria sido um *“um excelente chefe, irmão e parente dedicado, amigo sincero e fiel.”*

Ainda observando as palavras grafadas na catacumba que guarda os restos mortais do Coronel Firmino Alves dos Santos podemos destacar o fato de a catacumba ter sido mandada erigir por sua esposa, D. Maria Germana da Cruz e Santos.

As palavras escritas na lousa demonstram a dor sentida pela viúva. No limite, a última frase escrita naquela lousa, qual seja: *“a sua alma descanse na paz do senhor”* mostra, mais uma vez, a crença na vida após a morte, além de ser um testemunho de religiosidade católica. Abaixo a foto da referida catacumba.

Foto 38 - Catacumba de alvenaria em que foram inumados os restos mortais do coronel Firmino Alves dos Santos. Cemitério São José, 2015, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

Na foto acima, a catacumba do Coronel Firmino é a que possui a pintura branca. Toda a construção revestida de cerâmica corresponde ao espaço de duas sepulturas. Assim, de acordo com o indicativo das placas pretas colocadas sobre a superfície de azulejo, percebemos

que outras três pessoas foram também foram inumadas naquela sepultura pelo menos 73 anos após a morte de Firmino.

Outra catacumba de alvenaria localizada na antiga parede sul do nosso “Cemitério Velho” e que possui lousa com escrituras corresponde ao jazigo de Thomas D’Aquino Ozorio. A lousa mandada erigir sobre esta sepultura foi grafada em baixo relevo e está quase totalmente apagada. Por outro lado, há outro fator que impede a visualização de sua lápide: uma sepultura foi construída muito próxima à parede em que está localizada a catacumba de modo a bloquear a sua visualização. Isso impossibilitou a leitura da lousa colocada sob aquela catacumba. Abaixo a foto que foi possível fazer da sepultura aérea que pertenceu à Thomas D’Aquino Ozório, nesta é possível observar o quanto o ângulo adequado para tirar a foto está prejudicado pela construção de uma sepultura muito próxima a essa parede.

Foto 39 - Catacumba de alvenaria em que foram inumados os restos mortais de Thomaz D’Aquino Ozório localizada no muro sul do Cemitério São José. Cemitério São José, 2015, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

Por fim, o jazigo da família Martins Santos e Sousa Martins. Essa é a catacumba mais bem ornada e que se encontra em melhor estado de conservação dentre todas que foram catalogadas. Assim, a pintura dessa catacumba familiar não está rasurada e o altos relevos das lousas das lápides feitas em Mármore de Carrara tem um elevado valor artístico. Abaixo a foto do jazigo aéreo que pertence à família.

Foto 40 - Catacumba de alvenaria que pertenceu a Família Martins Santos e Sousa Martins localizada no antigo muro sul do Cemitério São José Cemitério São José, 2015, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

Foto 41- Catacumba de alvenaria que pertenceu a Família Martins Santos e Sousa Martins. Detalhe. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

Na primeira foto (foto 40), em segundo plano, é possível visualizar o jazigo da família Martins Santos e Sousa Martins. O referido jazigo familiar ocupa o espaço que corresponde a quatro catacumbas de alvenaria que abrigam, em conjunto, os restos mortais de 16 pessoas. Foi possível identificar a quantidade de sepultamentos e os nomes dos sepultados por meio da leitura das placas colocadas ali.

Assim, foram inumados nessa catacumba os restos mortais do Coronel Leocádio Alves dos Santos que faleceu em 1920, um ano após a morte de sua esposa, Virgília Christina da Silva Santos em 1919, também inumada na referida catacumba. Além desse casal, também foram sepultados ali os restos mortais de Joaquin Antônio de Noronha, Constância M dos Santos Noronha, Dr. João Virgílio dos Santos, Maria Julia Martins Santos, Maria Julia Martins Santos Noronha, Leocádio dos Santos Noronha, Joaquin Santos Noronha, Maria

Virgília Martins Santos. Os outros restos que ali jazem são os de Alice Cruz, Cândida C. de Sousa Martins, Elias de Sousa Martins e Ângelo Martins.

Destacamos ainda epígrafe escrita em homenagem à D. Verônica Castelo Branco da Cruz Santos. O Coronel João da Cruz e Santos, seu esposo, mandou escrever em sua lápide as seguintes palavras: “*deixou seis filhos menores que pranteiam a sua falta*”. Com a escrita dessa frase o Coronel demonstrou que além de ser um lugar de memória, os cemitérios também são um lugar para prantear saudades.

Em suma, hoje restam apenas seis catacumbas nas paredes do Cemitério São José em que o grau de conservação da sua lousa possibilita saber quais pessoas foram sepultadas ali. Abaixo procuramos montar um quadro que expõe os nomes das pessoas sepultadas nessas catacumbas de alvenaria, bem como também, as datas de nascimento e falecimento. Desagregando os dados, indicaremos o local da sepultura, se está no muro norte ou sul do antigo cemitério.

Tabela 3: Pessoas inumadas nas catacumbas de alvenaria nos muros do cemitério São José, destacando data de nascimento, falecimento e local da sepultura.

Nome	Data do nascimento	Data do sepultamento	Local
Francisco da Cunha C. Branco	-----	21/09/1933	Muro norte
Adylino Carlos	-----	21/09/1933	Muro norte
Manoel de Sousa Martins	-----	21/09/1933	Muro norte
Coronel Francisco da Rocha Falcão	17/04/1831	30/ 10/1903	Muro norte
Laura Rosa de Moura Falcão Costa	23/02/1870	4/09/1908	Muro norte
D. Maria Romana de Mora Falcão	? / ? / 35	27/4/71	Muro norte
D. Aurora do Nascimento de Moura Falcão	25/12/64	?/ 2/ 76	Muro norte
Firmino Alves dos Santos	-----	08/06/1873	Muro sul
Maria Henriqueta de Noronha Pessoa	8/04/1872	9/11/1946	Muro sul
Dídimo Castelo Branco	1902	2002	Muro sul
Esther M Pessoa Castelo Branco	1909	2009	Muro sul
Thomas D´Aquino Ozório	-----	-----	Muro sul
Coronel Leocadio Alves dos Santos	9/12/1846	18/05/1920	Muro sul

Virgília Christina da Silva Santos	26/06/1859	26/04/1919	Muro sul
Joaquín Antonio de Noronha	02/03/1875	06/03/1937	Muro sul
Constância M dos Santos Noronha	12/12/1888	22/05/ 1960	Muro sul
Dr. João Virgílio dos Santos	29/05/1880	28/03/1926	Muro sul
Maria Julia Martins Santos	15/03/1893	26/01/1985	Muro sul
Maria Julia Martins Santos Noronha.	24/11/1922	14/01/1960	Muro sul
Leocadio dos Santos Noronha.	03/01/1821	14/10/1979	Muro sul
Joaquín Santos Noronha	14/12/1922	24/03/1995	Muro sul
Maria Virgília Martins Santos.	02/11/1917	15/02/2003	Muro sul
Alice Cruz	22/04/1872	13/12/1908	Muro sul
Cândida C. de Sousa Martins	18/07/1873	07/09/1921	Muro sul
Elias de Sousa Martins	18/07/1873	07/09/1921	Muro sul
Ângelo Martins	29/07/1901	21/08/1965	Muro sul
D. Verônica Castelo Branco da Cruz Santos	-----	-----	Muro sul

Com base no quadro acima podemos afirmar, ainda que de forma imprecisa, que o costume de realizar inumações nas catacumbas de alvenaria nas paredes do Cemitério São José perdurou por cerca de 136 anos, ou seja, 1873 até 2009.

Porquanto, a inumação mais antiga que pudemos observar pela leitura das lápides foi a do coronel Firmino Alves dos Santos que faleceu em 8 de junho de 1873, tendo sido inumado, provavelmente, no dia seguinte naquela catacumba de alvenaria. Por outro lado, o sepultamento mais recente nas referidas catacumbas aconteceu em 2009 e corresponde a inumação de Esther Pessoa Castelo Branco na mesma catacumba onde foram depositados os restos mortais do coronel Firmino Alves dos Santos. Portanto, o enterro de D. Esther Maria Castelo Branco, em 2009, demonstra que a utilização dessa prática de enterramento dos restos mortais perdurou até o início do século XXI, ou seja, é algo ainda relativamente recente.

No quadro acima é possível observar ainda que há uma repetição de nomes de algumas famílias como, por exemplo, a família Moura Falcão, Castelo Branco, Noronha, Martins Santos e Sousa Martins. Por serem jazigos perpétuos, geralmente as catacumbas

aéreas de alvenaria abrigam os restos mortais das pessoas de uma mesma família. Casais geralmente eram sepultados em um mesmo jazigo, como por exemplo, o coronel Leocádio e sua esposa Virgília Cristina. Também era inumados juntamente todo o conjunto familiar: irmãos netos e sobrinhos etc.

Por fim, ao que parece, durante mais de um século, as catacumbas de alvenaria foram um espaço de enterramento destinado aos membros de famílias abastadas da capital. Três indícios contribuem para essa afirmação: o primeiro diz respeito aos nomes das pessoas inumadas naquelas paredes corresponderem a famílias que constituem a elite teresinense. O segundo fator diz respeito à forma como algumas daquelas catacumbas foram ornadas. Por fim, a resolução nº 29 de 1855 que foi estudada acima, ainda nesse tópico, determina o valor para o sepultamento em catacumbas superior ao valor do mesmo procedimento realizado em sepultura simples no chão. Assim enquanto o valor da inumação em sepultura reservada era 6\$000 reis, custavam 30\$000 reis, ou seja, era um valor cinco vezes maior que o anterior.

### 3.3.5 Sepultura de anjinhos

João José Reis nos informa sobre os funerais de crianças realizados no Brasil no início do século XIX. Pareciam ser rituais bem mais leves e menos sofridos que aqueles preparados para os mortos adultos.

Em primeiro lugar, os funerais infantis tinham uma menor gravidade, não era necessário aos vivos realizar muitos esforços para que a alma da criança fosse reintegrada à ordem celeste uma vez que o inocente não possui, em sua conta, nenhum pecado. Como prova disso, Reis demonstra que o número de sacerdotes nos funerais era tanto menor quanto mais novo fosse o falecido pois “talvez os padres não tivessem muito a fazer pelas almas de inocentes que, não chegando a pertencer plenamente a ordem social, na morte se integrava automaticamente à ordem divina, tornando-se “anjinhos””<sup>242</sup>

Assim, durante os funerais infantis, as lágrimas eram mais escassas pois acreditava-se que ao perder uma criança, ganhava-se um anjinho para cuidar da família no plano celeste. Talvez, devido a isso, a ocasião era de júbilo, usavam músicas mais alegres e chegavam até mesmo a dançar para o inocente falecido.

---

<sup>242</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 1.ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.p. 142

Na Bahia o cortejo infantil seguia o modelo nacional. Denis notou que tanto lá como no Rio as crianças eram enterradas “com uma pompa entre nós ignorada, e nada têm de fúnebre”. Nas ruas dessas cidades era comum se encontrarem “dessas criaturinhas rodeadas de flores artificiais e postas num pequeno ataúde envolto em pano bordado”. Wetherell achava que o baiano não via como infortúnio a morte da criança, cujo cadáver era “adornado com cuidado particular”, coberto de flores artificiais e transportado numa cadeira de arruar.<sup>243</sup>

Essa leveza dos funerais infantis também integra a construção das sepulturas destinadas aos inocentes falecidos no século XIX. Assim, ao andar pelo cemitério é fácil identificar o jazigo de uma criança, além do tamanho menor, normalmente, apresenta-se ornado pela escultura de um anjinho que “é quase sempre representado com um ar tranquilo, sereno, pacífico, ingênuo. É diferente do anjo adulto, muitas vezes representado com feições mais sérias, maduras, de quem já não possui a inocência de uma criança”<sup>244</sup>

O anjo ainda pequenino é o principal símbolo cristão atribuído à morte infantil. Na arte funerária, esses seres espirituais que atuam como mensageiros entre Deus e os homens, de forma recorrente, são utilizados para representar algumas alegorias da fé cristã<sup>245</sup>. No Cemitério São José, dentro do período estudado, catalogamos nove túmulos que apresentavam esculturas de anjos. Em meio a essa pequena amostra, foi possível encontrar seis esculturas de anjos que classificamos como representantes da alegoria da saudade, pois, segundo Maria Elizia Borges esse tipo de anjo, normalmente, “apresenta-se em estado de meditação, com expressão triste e serena. Ele pode exhibir-se de várias maneiras: apoiado em uma coluna; ajoelhado sobre o túmulo e registrando os dados do morto em uma estrela; abraçando a cruz; espalhando as flores da recordação”<sup>246</sup>

A exemplo disso, abaixo é possível conhecer uma das mais belas sepulturas dentre aquelas destinadas às crianças que puderam ser encontradas no Cemitério São José. No referido conjunto escultórico a morte infantil foi representada com leveza e, até mesmo, certa ingenuidade.

---

<sup>243</sup> REIS, 1991, p. 140

<sup>244</sup> STEYER, Fábio Augusto. Representações e manifestações antropológicas da morte em alguns cemitérios do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues. Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia. BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). 2. ed. Porto Alegre: EDPRCRS, 2000. P.61-96. P. 83

<sup>245</sup> Alegoria é a representação de uma ideia de modo indireto. Tomando por base Goether, Bellomo explica que alegoria é uma forma de expressão que se dá pela substituição da ideia com a finalidade de expressar um conceito ou uma ideia personificada.

<sup>246</sup> BORGES, Maria Elizia Borges. *Arte Funerária no Brasil (1890-1930): Ofício de Marmoristas Italianos em Ribeirão Preto*. 2.ed. Gráfica UFGA: Goiânia, 2017.p.261

Foto 42: Sepultura de criança sem epígrafe e detalhe da escultura sobre a sepultura. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Acervo: Mariana Antão.

Nesta sepultura, não foi possível saber qual o nome e a idade do inocente inumado pois ela não apresenta epígrafe. No entanto, a representação da criança dormindo o “sono eterno” ao tempo em que é velada por um anjo constitui um forte indicativo de que a sepultura pertence a um inocente, forma como eram tratadas os garotos e garotas que faleciam ainda bem jovens. Aqui, é importante registrar que, por vezes, quando uma criança falecia antes mesmo de ser batizada, o seu túmulo não apresentava nome <sup>247</sup>. Talvez, essa seja uma explicação para o fato de não haver identificação na sepultura mencionada.

Trata-se de um túmulo de porte médio retangular revestido por lajes em mármore de Carrara. Na cabeceira da carneira, há a escultura de uma criança dormindo em uma cama, essa imagem corresponde a representação do “sono eterno” que, por sua vez, simboliza o descanso junto à Deus. O sono da criança é velado por um anjo da saudade que joga flores sobre o inocente. Além desses elementos, destacamos que, por trás do anjo, há um crucifixo, símbolo cristão que remete a salvação.

No Cemitério São José, a alegoria da saudade também se manifesta por meio de um outro modelo de anjo que, de forma semelhante ao analisado anteriormente, simula jogar

<sup>247</sup> STEYER, 200, p.87.

flores da recordação sobre a sepultura do inocente Edson Thomaz Tajra. O menino que nasceu no dia 10 de março do ano de 1933, faleceu pouco tempo depois de completar 2 anos de idade, em maio de 1935, deixando em completa saudade seus pais e irmãos. Abaixo, a imagem do anjo negro queorna sua sepultura.

Foto 43 - Anjo negro sobre a sepultura de Edson Thomas Tajra. Cemitério São José, 2019, Teresina.

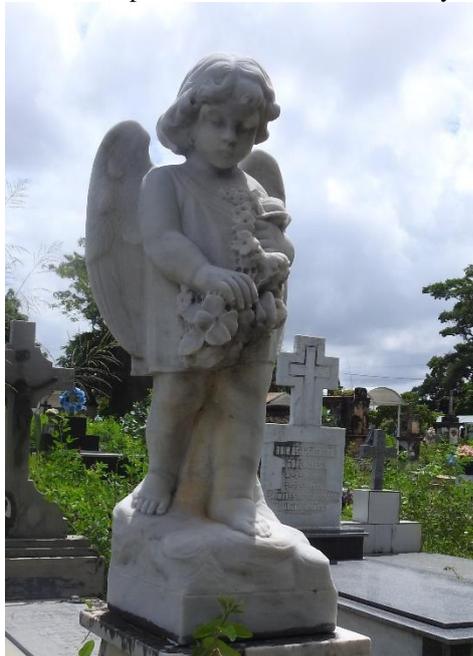


Fonte: Acervo Mariana Antão.

Este é um túmulo simples retangular e pequeno em mármore de Carrara. Na cabeceira, sobre um pedestal decorado por coroa de flores, foi posicionado o anteriormente mencionado anjo da saudade. Este, que chama atenção por ser o único anjo negro encontrado na época estudada, simula jogar flores sobre a campa preenchida, ao centro, por epígrafe em baixo relevo e ornada, acima, por arabescos.

A saudade deixada pelo falecimento de inocentes é materializada em forma de anjo também nos túmulos de José Massoud Sady (1932 -1938) e das duas meninas que receberam o nome de Marietta. A primeira tendo nascido em 1903 veio a óbito em 1909, quando tinha seis anos de idade. A segunda, viveu bem menos, pois, tendo nascido em 6 de abril de 1910, faleceu no mês seguinte do mesmo ano. Abaixo, imagens das esculturas colocadas sobre as sepulturas desses inocentes falecidos.

Foto 44 - Anjo da saudade sobre a sepultura de José Massoud Sady. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Marina Antão

Foto 45 - Anjo da saudade depositando coroa de flores sobre o crucifixo. Sepultura das Mariettas. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Acervo: Mariana Antão.

A alegoria da saudade manifesta-se de forma mais dramática no túmulo do inocente José. Nesse, a saudade não está representada sobre a forma de um anjo, mas na escultura de uma criança jacente com a cabeça apoiada em um vaso. Seu olhar apresenta-se triste ao tempo em que simula brincar com as flores da recordação.

Foto 46- Criança representando a saudades em posição jacente com a cabeça apoiada em um vaso. Sepultura do inocente José. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

Trata-se de um túmulo simples retangular de grande porte construído em alvenaria com mini obeliscos posicionados nos quatro cantos da carneira também em alvenaria. Ao centro, há um conjunto escultórico em mármore de Carrara, possivelmente pintado em tinta branca acrílica com pequena placa contendo a seguinte epígrafe “*o inocente José, 3-3-1918/29-10-1922, filho do dr. Odylo Costa e d Aurora Costa*”.

Em menor número, é possível encontrar também, anjos que representam a alegoria da desolação, estes, comumente, apresentam as mãos posicionadas em oração e “Em geral, sua cabeça está ligeiramente inclinada para baixo e uma das pernas insinua o gesto do caminhar”<sup>248</sup>. A exemplo, no interior do Cemitério São José, a pureza transmitida pelo túmulo do inocente José Genuíno D’Oliveira chama atenção dos visitantes atentos.

Foto 47 - Anjo orante na sepultura do inocente José Genuíno D’Oliveira. Cemitério São José, 2019, Teresina.



Fonte: Acervo Mariana Antão.

<sup>248</sup> BORGES, 2017, p.263

Trata-se de um túmulo simples retangular e pequeno construído em alvenaria. Na cabeceira da sepultura, sobre uma base não muito alta, foi posicionada a escultura de um anjo genuflexo orando, essa é uma variação da alegoria da desolação. Ainda sobre a campa, há um pergaminho em formato de folha preenchido, ao centro, por epígrafe em baixo relevo que materializa as saudades sentidas pelos familiares fazendo uso das seguintes palavras: “*imperecível memória dos seus paes e irmãos*”.

Em resumo, os túmulos apresentados acima transmitem aos observadores a impressão de uma conformidade com a morte. No entanto, “o que se aceita é a morte como transcendência, como ponte para o outro mundo, para uma forma diversa de existência, que preserva as características individuais de cada um, mesmo que seja uma vida sobre-humana – os anjos, por exemplo”<sup>249</sup>.

## CONCLUSÃO

O Piauí, sua capital Teresina, e o Cemitério São José, foram, durante a tessitura destas páginas, os lugares escolhidos para que pudéssemos rastrear as histórias, memórias e sensibilidades vivenciadas pelos homens de uma outra época diante de um acontecimento que, mais cedo ou mais tarde, chega para todos: A morte.

A fim de apresentar *in locus* em que se desenharam essas vivências e sensibilidades, revisitamos o processo de construção da nova capital que teve início com a decisão encabeçada por Saraiva, de transferir a antiga sede de Oeiras, cidade encravada no centro sul do Piauí, para a Vila Nova do Poti que receberia, mais tarde, o nome de Teresina.

Aqui nos chamou atenção o fato de que, tendo sido inaugurada em 1852, ou seja, na segunda metade do século XIX, a nova capital do Piauí foi projetada de modo que houvesse uma separação nítida entre o espaço dos vivos e o cemitério, lugar reservado para os mortos. Demostramos isso por meio da apresentação da planta germinal da cidade que prescrevia um lugar afastado para a construção da necrópole.

Acompanhamos também os primeiros anos da capital logo após ter sido inaugurada. Nesse período, o desejo de civilidade convivia com a indisponibilidade de recursos e a morosidade para a construção dos seus primeiros prédios, a exemplo, a Igreja Matriz do Amparo, o mercado central e o seu primeiro cemitério público devidamente institucionalizado, o Cemitério São José. Assim, dentre as construções quem compunham a

---

<sup>249</sup> STEYER, 200, p.89

capital em seus primeiros anos, demos atenção especial para analisar a edificação do Cemitério São José que, embora tenha sido classificada como “obra pública de máxima urgência”, foi concluído e inaugurado apenas em 1859.

Compreendemos que a construção deste cemitério estava inserida em um processo maior que já acontecia na Europa e em outras regiões do Brasil em meados do século XIX, qual seja: higienização e normatização do espaço destinado aos mortos. Aqui é importante lembrar que, até o final do século XVIII e parte do século XIX, era comum a realização de sepultamentos no interior das igrejas, em seus arrabaldes e em outros lugares não institucionalizados. No entanto, esse costume foi se dissipando lentamente com a propagação do saber médico e a publicação de leis que proibiam os sepultamentos em sagrado.

Assim, parte desse labor dissertativo esteve voltado para analisar a legislação piauiense no que diz respeito ao seu ordenamento funerário. Percebemos que a partir de 1854, os legisladores piauienses começaram a implantar leis cada vez mais severas quanto ao lugar para a realização dos enterramentos, estes foram proibidos em quaisquer lugares não institucionalizados nas vilas, lugarejos e cidades.

No entanto, apesar do recrudescimento legal quanto ao ordenamento funerário no Piauí, foram constatados alguns casos de contravenção das normas vigentes em Barras, Monsenhor Gil e em Teresina. Não podia ser diferente, os costumes e crenças de uma população não são modificados rapidamente pela força de um conjunto de normas. Apesar da propagação de um discurso médico modernizador, a tradição ainda resistia em alguns homens que desejavam ter seus restos mortais depositados no interior ou perto das igrejas, lugar antigamente imaginado como sagrado e ideal para o sepultamento dos cristãos.

Não podendo mais sustentar essa tradição, os homens ocidentais e os piauienses transferiram para os cemitérios todo mobiliário que antes pertencia as igrejas: cruces, santos, anjos, flores, velas, e tudo isso passou a adornar as sepulturas no interior dos cemitérios.

Em um último momento, rastreamos as sensibilidades diante da morte expressas nos anúncios e notas de falecimento publicadas no Jornal *o Piauí* entre 1869 e 1873. Os homens oitocentistas anunciavam a morte com uma dramaticidade que chegava a ser poética, os anúncios eram, quase sempre, uma forma de demonstrar estima pela família do falecido ilustre.

Ao final, convidamos o leitor para “passear” pelas alamedas e avenidas do Cemitério São José. Neste lugar, as memórias, histórias e sensibilidades teresinense estão desenhadas por toda parte, elas gritam aos historiadores. Estão ali para serem lidas pelas gerações vindouras.

No presente trabalho, o cemitério tomou ares de necrópole, cidade dos mortos. Assim, buscamos visitar as suas casas mais antigas, analisamos as suas arquiteturas, porte e ornamentos a fim de conhecer também um pouco de seus moradores e das sensibilidades projetadas ali por meio da arte funerária. Observamos mausoléus mais luxuosos e de maior valor artístico, outros mais simples e outros bem pequenos pois abrigam pequenos moradores. Em resumo, o passeio pelo cemitério revelou o quanto os homens do século XIX demonstravam sua humanidade e sensibilidade ao cuidar de seus mortos, ao erigir, cuidadosamente, monumentos em suas memórias. Sem mais delongas, espero que tenha sido para os leitores um passeio tão fabuloso quanto foi para mim.

## REFERÊNCIAS

### Fontes impressas:

CARVALHO, Aureliano Ferreira de. *O Piauíhy*, Teresina, 14 ago. 1871. ano V, n. 184, p. 2. (Notícia sobre o falecimento Exm. Sr. Dr. Aureliano Ferreira de Carvalho)

CARVALHO, Manoel Antônio. *O Piauíhy*, Teresina, 8 de jun. 1872, ano VI, n. 221, p. 3. (Notícia sobre o falecimento do tenente coronel Manoel Antônio Carvalho- ilustrada com uma gravura religiosa)

FALLECIMENTO. *O Piauíhy*, Teresina, 2 jan. 1869. ano 2, n. 56, p.4 (Notícia sobre o falecimento do capitão Aníbal José da Silva Conrado)

FALLECIMENTO. *O Piauíhy*. Teresina, 10 mar. 1869, ano II, n. 66, p.4 (Notícia sobre o falecimento da Sr<sup>a</sup> D. Rosa Lúcia de Castro)

FREITAS. Clodoaldo. História de Teresina. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 116, 22 jul. 1911.

JOSÉ CARVALHO DE ALMEIDA. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n. 69, 15 nov. Texto em memória, citando sua relação com a igreja em Barras e seu desejo de ser enterrado na matriz, mesmo em oposição a lei que já proibia. 1871, p.5-6.

MACHADO, José Amaro. *O Piauíhy*, Teresina, 23 mar. 1872. ano V, n. 211, p.3- 4 (Notícia sobre as circunstâncias do falecimento do Sr. Tenente coronel José Amaro Machado e retomando sua biografia -ilustrada com gravura possivelmente uma pranteadora)

PIAUI. Título VI. Proíbe o enterro de cadáveres no interior das igrejas. Código das leis piauienses de 1854. Teresina, 1854.

PIAUI. Resolução n. 29, de 27 de novembro de 1855. Dispõe sobre as regras internas do cemitério de Teresina. *Código das leis piauienses de 1855*. Teresina, 1855. Tomo 11, parte 2. Seção 2. 1855.

PIAUI. Resolução n. 437.1857, de 24/25 de julho de 1857. Proíbe o enterro de cadáveres no interior das igrejas. *Código das leis piauienses de 1857*. Teresina, 1857, p. 65-66.

PIAUI. Presidente, 1858 (Oliveira Junqueira). *Relatório dirigido a Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 1 de julho de 1858 pelo Exmo. Sr. Dr. Oliveira Junqueira*. Maranhão. Tipografia Temperança, 1858.

PIAUI. Presidente, 1859 (Antônio Corrêa de Couto). Relatório oficial em que o presidente da província, Dr. Antônio Corrêa de Couto passou a administração para seu sucessor, Ernesto José Batista. 1859.

PIAUI. Capítulo 3º: Dos cemitérios. Posturas que regularizam os cemitérios da Província. *Código das Leis Piauienses de 1873*. Teresina, 1873. p. 70-73.

ROCHA, Rufina Joaquina da Silva. O Piauí. Teresina, 22 de mar.1873. ano VI, n. 257, p. 4 (Notícia sobre o falecimento de D. Rufina Joaquina da Silva Rocha com biografia)

SOARES, Aureliano da Silva. O Piauí, Teresina, 22 de mar. 1873. ano VI, n. 257, p. 2 (Notícia sobre o falecimento de Major Aureliano da Silva Soares com biografia-presença de ilustração religiosa)

### Referências bibliográficas:

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.

ANDRADE, Andreia Rodrigues de Andrade. *Entre o sertão e as margens do rio Parnaíba: a transferência da capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX*. 2016. 212 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

BARROS, Raul Marcel Ribeiro. *A desterritorialização funerária: da inumação no interior das igrejas aos enterramentos em cemitérios públicos entre os séculos XVIII e XIX*. 2007.. Dissertação, Mestrado em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BELLOMO, Harry Rodrigues. *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. BLOMO, Harry Rodrigues (org.). 2. ed. Porto Alegre: EDPRCRS, 2000.

BRITO, Nercinda Pessoa da Silva. *O experimentar da morte: comportamentos frente a finitude em Teresina de 1900 a 1930*. 231f. Dissertação. Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

BITENCOURT, João Batista. *Cidades em movimento*. In BRANCHER, Ana (Org.). História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. Florianópolis: Livraria e editora jurídica,1999. p.26.

BORGES, Maria Elizia Borges. *Arte Funerária no Brasil (1890-1930):Ofício de Marmoristas Italianos em Ribeirão Preto*. 2.ed. Gráfica UFGA: Goiânia, 2017.p.261

CARRASCO, G.; NAPPI, S. *Cemitérios como fonte de pesquisa, de educação patrimonial e de turismo*. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG. V.2, n.2, p. 46 – 60, 2009, p. 46. Disponível em: em <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmu>>

CARVALHO, Geminar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes: cativos da Nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1853)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2013. p. 72.

COSTA, Fernanda Maria Matos da Costa. *A Morte e o Morrer em Juiz de Fora: Transformações nos costumes fúnebres (1851-1890)*. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

COE, Agostinho Junior Holanda. *As epidemias e a morte: mudanças nas práticas de sepultamento em São Luís na segunda metade do século XIX (1854 – 1856)*. *Outros tempos*, São Luís, v. 4, n. 4, p. 21. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/Volume04/vol04art03.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

CHAVES, Joaquim. *Obra Completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiço e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Em torno de alguns túmulos afro-cristãos de uma área africana contagiada pela cultura brasileira*. Salvador: Universidade da Bahia/Livraria Progresso Editora, 1959.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. V.7. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O semeador e o ladrilhador*. In: *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KNOX, Miridan Brito. *Viver nos trópicos: aspectos da mortalidade na província do Piauí*. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 1990, Curitiba, 23 jul. 1990.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. *Teresina: urbanização e meio ambiente*. In: *Scientia et Spes*. Teresina, v. 1, n. 2, 2002, p. 181- 206. Disponível em: <<https://iracildefelima.webnode.com/files/200000039-1cc061dad6/Revista%20ICF.pdf>>

LIMA, Josilene dos Santos. *Pelas almas do purgatório: religiosidade e atitudes diante da morte no Piauí oitocentista*. 2013. 159 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

MORAIS, Marluce Lima de. *Em cada conta um Lamento: Incelências, benditos e rezas [Alto Longá, Piauí, Brasil 1980-2011]*. 2013. 170 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. 2.ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7 - 28.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: editora Artenova S.A., 2ª ed., 1975.

OLIVEIRA, Elene da Costa. *A arte de bem morrer: cultura funerária na cidade de Teresina, Piauí (1852-1896)*. 2014. Dissertação. Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

OLIVEIRA, Elane da Costa. *“In Memória”: o cemitério Igualdade cidade de Parnaíba, Litoral Norte do Piauí, Brasil (1859 -1930)*. 2014. Dissertação. Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

PASSAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGS, 1999.

REIS, João José. *O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista*. In ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 95-141.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 1.ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Dimas do Reis. *Cemitério sem mistérios: a arte tumular do sul de Minas – 1890 a 1925 – Região dos Lagos de Furnas*. 1.ed. Alterosa: Minas Gerais, 2006.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação cultural, 1997.

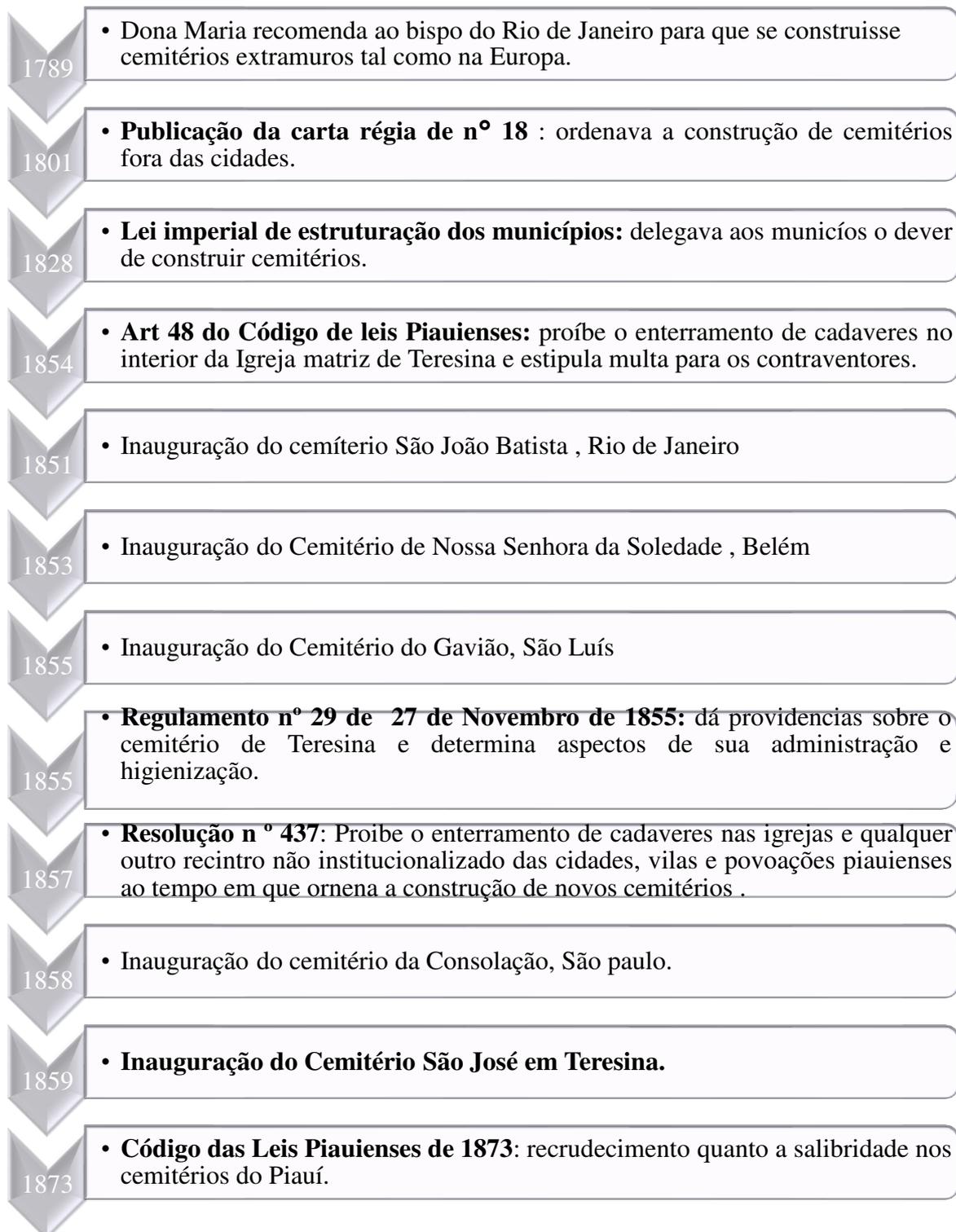
SILVA, Elisângela Tavares da. *As “posturas” da cidade*. In: *Teresina 150 anos (1852-2002)*, Teresina: Gráfica Junior, 2002. p. 64-65.

STEYER, Fábio Augusto. *Representações e manifestações antropológicas da morte em alguns cemitérios do Rio Grande do Sul*. In: BELLOMO, Harry Rodrigues. *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. OMO, Harry Rodrigues (org.). 2. ed. Porto Alegre: EDPRCRS, 2000. P.61-96.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *Teresina*. Teresina-PI: Pulsar, 2004.

TAJRA, Marta Teresa. *A história do comércio de Teresina no desenvolvimento do Piauí*. 1 ed. Teresina:Zahle,2014.

**ANEXO A – LINHA DO TEMPO RESSALTANDO ALGUNS DOS PRINCIPAIS EVENTOS QUANTO À NORMATIZAÇÃO DOS ESPAÇO PARA A REALIZAÇÃO DE SEPULTAMENTOS NO BRASIL E NO PIAUÍ, PROIBINDO A REALIZAÇÃO DESTES NO INTERIOR DAS IGREJAS E DETERMINANDO A CONSTRUÇÃO DE CEMITÉRIOS EXTRAMUROS.**



**ANEXO B – QUADRO ANALÍTICO DESTACANDO AS NOTAS DE FALECIMENTO PUBLICADAS NO JORNAL “O PHYAUHY” ENTRE 1869 Á 1873 QUE FORAM CATALOGADAS DURANTE A PRESENTE PESQUISA.**

	<b>Número do jornal</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Data do falecimento</b>	<b>Nome do falecido</b>	<b>Causa da morte</b>	<b>Descrição</b>	<b>Inscrições em latim</b>	<b>Menção a parentes vivos ilustres.</b>	<b>Referência</b>	<b>Observações</b>
01	n.56	02/01/1869	01/01/1869	Aníbal José da Silva Conrado	Ausente	Pequena nota de falecimento	Ausente	Ausente	FALLECIMENTO. <i>O Piauhy</i> , Teresina, 2 jan. 1869. ano II, n. 56, p.4 (Notícia sobre o falecimento do capitão Aníbal José da Silva Conrado)	A nota de falecimento acaba por mencionar que a viúva fica em extrema pobreza
02	n.66	10/03/18/1869	10/03/18/1869	Sr <sup>a</sup> D. Rosa Lúcia de Castro	Ausente	Pequena nota de falecimento	Ausente	Padre José Gomes de Castro(filho da falecida )	FALLECIMENTO. <i>O Piauhy</i> . Teresina, 10 mar. 1869, ano II, n. 66, p.4 (Notícia sobre o falecimento da Sr <sup>a</sup> D. Rosa Lúcia de Castro)	É bastante raro a notícia de morte femininas. Dona Rosa é uma das poucas encontradas. Observamos também que a anúncio da morte de mulheres acontece em razão do prestígio de seus filhos, esposos e família. Isso se deve, principalmente, devido a escassa

										participação da mulher na vida pública.
03	n. 119	31/01/1870	26/01/1870	Sr. Vicente, da Costa Bebem	Possível Afogamento	Notícia inventariando a causa da morte e narrando o acontecido	Ausente	Ausente	DESGRAÇA LAMENTAVEL. <i>Piauhys</i> , Teresina, 31 jan. 1870, ano III, n. 119, p.4 (morte de Sr. Vicente da Costa Bebem por suposto afogamento)	Notícia deixa dúvidas sobre a real causa da morte.
04	n.124	12.03.1870	08/03/1870	José Patrício De Sant Anna	Ausente	Pequena nota de falecimento	Ausente	Manoel José Sant´Anna.(pai do falecido)	FALECIMENTO. <i>O Piauhys</i> , Teresina, 12 mar. 1870, ano 3, n. 124, p. 4. (Notícia sobre o falecimento de José Patrício De Sant Anna)	

05	n.157	21/01/1871		Ausente	Ausente	Pequena nota de agradecimento pela solidariedade prestada à família.	Ausente	Manoel Raimundo da Paz e Firmino Alves Cardoso Paz (filhos do falecido)	AGRADECI MENTO. <i>O Piauí</i> , Teresina, 21 jan. 1871, ano IV, n. 157, p.4 (agradecimen to de Manoel Raimundo da Paz e Firmino Alves Cardoso Paz pelas solidariedade s prestadas por ocasião do falecimento de seu pai)	Esse agradecimento faz parecer que a morte é um momento para que os vivos sejam lembrados ao passo em que a família é projetada socialmente. Nesse caso, o nome do notório falecido nem mesmo é citado.
06	N 166	28/ 03/1871	Não informado no texto, mas sabe-se que a princesa D. Leopoldina de Bragança teve morte em 07 de fevereiro de 1871.	princesa D. Leopoldina de Bragança	Ausente	Nota média a respeito da missa celebrada em razão da morte da princesa na igreja Nossa Senhora do Amparo	Ausente	Duque de Saxe e filha do S. M. o Sr. D. Pedro II	HONRAS FÚNEBRES. <i>O Piauí</i> , Teresina, 28 de mar. 187. ano IV, n. 166, p.4 (notícia sobre missa fúnebre realizada em Teresina em razão da morte da princesa D. Leopoldina	a princesa Leopoldina recebeu honras fúnebres até mesmo na longínqua província do Piauí

									de Bragança)	
07	N. 170	28/04/1871	06/04/1871	Antônio Borges Leal Castelo Branco	Ausente	Pequena nota de falecimento.	Ausente		FALECIME NTO. <i>O</i> <i>Phiauhy</i> , Teresina, 28 abr. 1871. ano IV, n. 170, p. 4. (Noticia sobre o falecimento de Antônio Borges Leal Castelo Branco)	

08	n.184	14/08/1871	Ausente	Dr. Aureliano Ferreira de Carvalho	Suicídio	Grande texto lamentando sua morte e explicando como se deu o ocorrido. A notícia é precedida por uma gravura religiosa e uma passagem em francês de Lamartine	Inscrição em francês	Faz menção a sua ilustre família mas não cita nomes	CARVALHO, Aureliano Ferreira de. <i>O Piauí</i> , Teresina, 14 ago. 1871. ano V, n. 184, p. 2. (Notícia sobre o falecimento Exm. Sr. Dr. Aureliano Ferreira de Carvalho)	
09	N 211	23/03/1872	17/03/1872	Tenente coronel José Amaro Machado	febres típicas ou paludosas	Grande texto precedido por ilustração, possivelmente uma pranteadora. O texto que ocupa quase três seções do jornal narra como ocorreu sua morte e da família e em seguida escreve sua biografia.	Inscrição ilegível		MACHADO, José Amaro. <i>O Piauí</i> , Teresina, 23 mar. 1872. ano V, n. 211, p.3-4 (Notícia sobre as circunstâncias do falecimento do Sr. Tenente coronel José Amaro Machado e retomando sua biografia -ilustrada com gravura possivelmente e uma	

									pranteadora)	
10	n.217	10/05/1872	Ausente	D. Jenoveva Joaquina de Lobão	Ausente	Nota de agradecimento pela solidariedade prestada à José Tomaz de Aguiar Cantanhede e Custodio José Alves de Lobão por ocasião do falecimento de D. Jenoveva Joaquina de Lobão	Ausente	Tomaz de Aguiar de Cantanhede e Custodio José Alves de Lobão	IRMANDAD E DOS PASSOS, Nota de agradeciment o. <i>O Piauhy</i> , Teresina, 10 mai. 1872. ano VI, n. 217, p.4 (Nota de agradeciment o pela solidariedade prestada à José Tomaz de Aguier Cantanhede e Custodio José Alves de Lobão por ocasião do falecimento	

									de D. Jenoveva Joaquina de Lobão )	
11	n. 221	08/06/1872	31/05/1872	Tenente Coronel Manoel Antônio Carvalho	Não informado	Grande texto com gravura e biografia explicitando as funções políticas desempenhadas em vida. o Tenente coronel era líder do partido conservador, ligado, portanto, á edição do jornal.	Ausente	Faz alusão a sua família explicitando que “pertencia a uma das famílias mais distintas dessa província” Dr. Raymundo Antônio de Carvalho(irmão ).	CARVALHO , Manoel Antônio. <i>O Phiauhy</i> , Teresina, 8 de jun. 1872, ano VI, n. 221, p. 3. (Notícia sobre o falecimento do tenente coronel Manoel Antônio Carvalho- ilustrada com uma gravura religiosa)	Presença de gravura

12	n.221	08/06/1872	Não informado	Major Raymundo Ferreira Castelo Branco	Não informado	Texto mediano explicitando as qualidades do falecido e a função ocupada por ele em vida	<i>Réquiem eternam dona ei, Domine. et lux perpetua luceat ei</i>	. faz alusão a dor da esposa mas não anuncia o nome dela.	BRANCO, Raymundo Ferreira Castelo. <i>O Phiauhy</i> , Teresina, 8 de jun. 1872, ano VI, n. 221, p. 3. (Notícia sobre o falecimento do Major Raymundo Ferreira Castelo Branco explicitando cargo público ocupado em vida)	
13	n.245	23/12/1872	20/ 12/1872	Dr. Raimundo Antônio de Carvalho	Moléstia que levou também a óbito seu irmão Manoel Antônio de Carvalho	Grande texto com gravura e biografia explicitando as funções políticas desempenhadas em vida.	<i>Alta sunt judicia dei</i>		CARVALHO, Raimundo Antônio. <i>O Piauhy</i> , Teresina, 23 de dez.1872, ano VI, n. 245, p.2-3 (Noticia sobre o falecimento de Dr. Raimundo Antônio de Carvalho com biografia – ilustrada com gravura	Notícia de destaque com gravura. Irmão do também falecido Manoel Antônio de Carvalho

									religiosa)	
14	n.245	23/12/1872	20/12/1872	Dr. Raimundo Antônio de Carvalho	Ausente	Pequeno anuncio sobre a missa informando data, local e horário.	Ausente	Dr. Simplício de Sousa Mendes,  Raimundo Mendes de Carvalho,  Antônio Gentil de Sousa Mendes	ANÚNCIOS. O Piauíhy, Teresina, 23 de dez. 1872, ano VI n. 245, p.4 (Convite para missa por ocasião da morte de Dr. Raimundo Antônio de Carvalho)	Está em negrito e ao lado é sinalizada por uma cruz
15	n.257	22/03/1873	Não informado	Major Aureliano da Silva Soares	Não informado	Grande texto com biografia destacando suas virtudes sociais e familiares precedida por ilustração religiosa	<i>Vitai sunna brevis spem nos vetai inchoire longan</i>  <i>Est sola in cielo qui es</i>		SOARES, Aureliano da Silva. O Piauíhy, Teresina, 22 de mar. 1873. ano VI, n. 257, p. 2 (Notícia sobre o falecimento de Major Aureliano da Silva Soares com biografia-presença de ilustração religiosa)	

16	n.157	22/03/1873	Não informado	Melciades Pereira da Silva.	Varíola	Pequena biografia exaltando suas qualidades	<i>Sic transeart gloria mundi</i>  <i>Recescat in pace</i>	Dr Agesilau Pereira da Silva, deputado geral por esta província, e capitão Lizandro Pereira da Silva.(irmãos)	SILVA, Melciades Pereira da Silva. <i>O Piauhhy</i> , Teresina, 22 de mar. 1873. ano VI, n. 257, p. 2 (Notícia sobre o falecimento de Melciades Pereira da Silva com pequena biografia e exaltação de suas qualidades)	

17	n.157	22/03/1873	Há um mês da notícia	D. Rufina Joaquina da Silva Rocha	Não informada	Pequeno texto ressaltando as virtudes de D Rufina Joaquina oferecida ao seu esposo	<i>adomino própria uxo prudens</i>	Sr. Augusto Alves da Rocha (esposo)	ROCHA, Rufina Joaquina da Silva. <i>O Piauí</i> . Teresina, 22 de mar.1873. ano VI, n. 257, p. 4 (Notícia sobre o falecimento de D. Rufina Joaquina da Silva Rocha com biografia)	É raro a anúncio da morte de uma mulher neste jornal. Dona Rufina Joaquina é uma das poucas que são mencionadas aqui. Quando existe a menção a morte de uma mulher os valores que lhes são ressaltados são os valores patriarcais da época. Ainda assim, D. Rufina apenas teve seu nome anunciado no jornal devido ao prestígio de seu esposo.
----	-------	------------	----------------------	-----------------------------------	---------------	--	------------------------------------	-------------------------------------	---	--

18	n.157	22/03/1873	Ausente	tenente-coronel José Rodrigues de Miranda,  Manoel da Silveira Sampaio  Capitão Joaquim dos Santos Rabello	Ausente	Breve nota de falecimento destacando as virtudes de José Rodrigues de Miranda e prestando solidariedade as famílias dos mortos.	Ausente		FALECIMENTO. <i>O Piauí</i> , Teresina, 22 de março. 1873. ano VI, n. 257, p. 4 (Notícia sobre o falecimento de tenente-coronel José Rodrigues de Miranda, Manoel da Silveira Sampaio e o capitão Joaquim dos Santos Rabello)	
19	n.272	17/07/1873	22/05/1873	Joaquim Mendes da Rocha	Complicações do beribéri	Texto enaltecendo suas virtudes cívicas e morais bem como apresentando sua luta pela vida.	Ausente	D. Julieta Celsa Fontenelle(espósa)	ROCHA. Joaquim Mendes da Rocha. <i>O Piauí</i> , Teresina, 17 de jul. 1873. ano VII, n. 27, p. 4 (Notícia sobre o falecimento de Joaquim Mendes da Rocha detalhando sua luta pela vida bem	

									como qualidades cívicas e familiares)	
20	n.272	17/07/1873	30/06/1873	D. Ana da Fonseca Chaves		Pequena nota de Nota de falecimento		tenente coronel José Cardoso(espos )	FALECIME NTO. O Piauí. Teresina, 17 de jul. 1873. ano VII, n. 272, p. 4 (Notícia sobre o falecimento de tenente D. Ana da Fonseca Chaves)	A morte das mulheres apenas é mencionada para prestar condolência a seus esposos pais, filhos ou familiares distintos.